

**MONSANTO:
UM
CASO
SILENCIADO**

QUEM PROTEGE GUARDA-COSTAS DOS GALVÃO DE MELO?

Um dos elos da rede terrorista em que a direita se apoiou para desestabilizar a situação passa por Monsanto: for aí que uma explosão prematura, há pouco mais de um ano, chamou a atenção do País para as actividades dos bombistas. No entanto, o caso de Monsanto tende a diluir-se com o misterioso extravio (ou desaparecimento) de um processo que poderia pôr as autoridades na pista correcta para a identificação dos responsáveis. O silêncio caiu sobre um dos dados mais importantes para averiguação de «quem», «como» e «porquê» procura instaurar o terror no País. Hoje, o «DL», avança com uma série de pistas para quem se mostrar escandalizado com o facto de conhecidos bombistas, incluindo o guarda-costas da família Galvão de Melo, se passearem, impunemente, em liberdade.

Ao tentarem destruir as antenas de Televisão em Monsanto, morreram dois indivíduos, de um grupo de cinco. Isto passou-se na noite de 26 de Setembro de 1975, quando forças de direita consideram a RTP «perigosamente progressista». Treze meses passados, com o «25 de Novembro» de permissão, o «processo de Monsanto» foi esquecido ou levou sumiço. Um dos implicados, que saiu ileso do atentado, chama-se Ângelo do Nascimento e dá por «Ângelo da Peixeira». Dedicou-se a contrabando (de fora para dentro) nomeadamente de pistolas, e metralhadoras «Beretta». Outros implicados no

caso de Monsanto, estão igualmente em liberdade. Não há processo, não há mandados de captura.

A partir de elementos já publicados no «D. L.» e de informações recentemente obtidas, aqui deixamos alguns subsídios para uma eventual reconstituição do processo.

Os mortos de Monsanto: José dos Santos Inácio, 27 anos, solteiro, empregado no Banco «Pancada e Moraes» natural de Trancoso; Norberto Augusto Albuquerque da Silva, 40 anos, com várias profissões (desde tractorista a perfurador de poços, passando por agricultor) natural de Sequeiros, Aguiar da Beira, onde residia.

Identificados os terroristas-vítimas, através das impressões digitais dos corpos destruídos e das roupas, a Polícia Judiciária de Lisboa passou à identificação do automóvel, quase totalmente destruído. E apurou que se tratava de um «Audi», matrícula BG-50-58, pertencente, até há pouco, a Hermínio Martins de Carvalho Venâncio, dono de uma estação de serviço em Mangualde e que o vendera à «Viseu Industrial», através de Alexandre Perdigão Ventura. Provou-se, depois, que foi este último que o cedeu para a «operação», ficando ainda esclarecido que um dos elementos organizadores do atentado frustrado era o «Ângelo da Pei-

xeira», comerciante e proprietário em Trancoso.

No dia 4 de Agosto, a P. J. entrega o «processo de Monsanto» ao Copcon, em cumprimento de um despacho do Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo. Um processo já então recheado de elementos que

permitiriam a captura de vários implicados e o prosseguimento das restantes diligências até à conclusão do caso e envio a julgamento.

Surge o «25 de Novembro», extingue-se o Copcon, não aparece quem se responsabilizava.

Continua na pág. 32



Noite de 25 de Setembro: a bomba não chegou às antenas da RTP. Ficou pelo caminho, matando os bombistas que a transportavam. Que é feito do «Processo de Monsanto»?

**PADEIROS
REGRESSARAM
AO TRABALHO**

Os trabalhadores da Panificação decidiram ontem em plenário suspender a greve que tinham iniciado há seis dias pela forma como estavam a ser conduzidos os trabalhos da elaboração da portaria do sector, a cargo de uma comissão técnica nomeada no âmbito do Ministério do Trabalho.

Os trabalhadores tomaram essa decisão para evitar a especulação e falta de sanidade com que os patrões, familiares e amigos estavam a fabricar pão e a vendê-lo ao público. Decidiram também os trabalhadores da Panificação repudiar o estabelecimento de horário livre que o projecto da portaria consagra e que contraria o estabelecimento de horário fixo diurno, conquistado pelos trabalhadores já depois do 25 de Abril. Ao praticar este horário diurno (que em algumas padarias ainda não estava em vigor) os trabalhadores abriram outra frente de luta.

(Pág. 15)

CORTES DE ESPANHA PODEM SER SUSPENSAS

MADRID, 21 (ANOP e «DL») — As actuais Cortes espanholas, uma das heranças do regime de Franco, poderão ser suspensas se não aprovarem o plano de reforma política proposto por Suarez.

Esta possibilidade foi admitida pelo próprio presidente das Cortes, Torcuato Fernandez de Miranda, durante uma conferência de imprensa em que explicou os critérios do procedimento de urgência a seguir durante os debates e a votação sobre o referido projecto, que o Governo quer mesmo levar por diante, apesar da resistência prevista por parte da direita, que no momento aglutina os seus activistas mais radicais na «Aliança Popular», promovida por seis ex-ministros de Franco e que já chegou a ser considerada como neofascista.

Em princípio, a direita dispõe de maioria nas Cortes, onde são necessários dois terços dos votos para a aprovação do

projecto governamental. Os actuais procuradores representam os interesses e os grupos políticos que não concordam com as intenções reformistas do governo Suarez, entre as quais está prevista a própria extinção das Cortes franquistas. Entretanto, nos meios políticos de Madrid considera-se possível uma atitude mais intransigente por parte de Juan Carlos e de Suarez, se as Cortes continuarem a manter a sua posição de entrave à democratização de Espanha, até porque a reforma política proposta poderá ser feita por decreto ou por recurso aos poderes reais concedidos por referendo popular.

Contudo, alguns círculos políticos acreditam que poderá surgir uma solução negociada entre o Governo e a extrema-direita.

Esta confiança nas possibilidades de poderem ser alcançadas vias mais abertas de actuação parecem estar por

trás do adiamento do congresso do PSOE. Este não foi proibido. Apenas se exigiu um cumprimento de uma série de questões de forma e a medida foi encarada como eminentemente política. Uma indicação disto foram os moderados protestos emitidos pelo Partido Socialistas Operário Espanhol. Por outro lado a atitude manifestada pela «esquerda democrática», deixando de lado algumas posições mais radicais, faz crer num entendimento básico entre o Governo e a oposição moderada.

Uma clarificação da situação, não isenta de riscos poderá ocorrer nas próximas semanas.

Entretanto, a família de Santiago Carrillo, secretário geral do PCE regressou ontem à Espanha, com intenções de viver no bairro de Vallecas, em Madrid. Carrillo permanece em Paris, pois o Governo espanhol negou-se a conceder-lhe o passaporte.



**Alegre: "não"
à Imprensa fascista**

(Pág. 5)

**Conselho da Revolução
desdramatiza problema
dos ex-milicianos**

(Pág. 9)

HOJE HÁ "COLUNA DA DIREITA"

(Pág. 7)



Boavista: xequê ao Levsky

(Pág. 28)

Nacional

Política de A a Z

CLARIFICAÇÃO

O problema da liberdade de Imprensa carecia de ser clarificado. O secretário de Estado da Comunicação Social, Manuel Alegre, produziu afirmações que tendem para essa clarificação. Batemo-nos, ao longo da noite fascista contra a censura e pela liberdade de Imprensa, mas não nos batemos — enquanto jornalistas e escritores por dignidade profissional, enquanto militantes antifascistas por opção política — para que, no Portugal libertado, no Portugal do «25 de Abril», a liberdade de Imprensa viesse a ser utilizada pelos mais obstinados reaccionários contra a Liberdade, para desacreditar a Democracia e as suas instituições, para contrariar a marcha para o socialismo e denegrir as conquistas populares. Não podemos confundir «liberdade de Imprensa» com a proliferação suspeita de diários e de hebdomadários, muitos dos quais alimentados por estranhos recursos e beneficiando de escandaloso suporte publicitário. A Secretaria de Estado da Comunicação Social deveria mandar inquirir os verdadeiros motivos que levam empresas, entidades bancárias e agências de publicidade nacionalizadas ou «intervencionadas» (que horror de palavra!) a colocarem publicidade: a comprarem espaço, aos órgãos pró-fascistas que abertamente se dedicam a apologia do «regresso» e da «desforra». Sabem-se — e dos livros — e Manuel Alegre recordou-o no seu discurso que: «Uma das maneiras de permitir a reconstituição de organizações fascistas é permitir a existência de uma Imprensa fascista. A liberdade de Imprensa não pode albergar os que dela se servem para a destruir...» Exacto. Portanto, e citamos ainda: «Se queremos defender a liberdade reconquistada temos de tomar medidas contra a Imprensa antidemocrática. A democracia não é neutra e tem o direito e o dever de se defender.» Exacto. Mas será necessário com o mesmo espírito de clarificação, com idêntica noção da responsabilidade política e da grandeza da missão histórica que aos democratas incumbe, desdramatizar lembranças e ressentimentos, criando as condições de trabalho, de cooperação, de convergência que garantam esse comum direito, e esse comum dever, de defender a Democracia, o Socialismo e a Liberdade.

A DEMOCRACIA NÃO É NEUTRA

A necessidade de defender as instituições democráticas, de proteger a «ordem constitucional», de acumular forças para prosseguir a tarefa de construção de um «País novo», passa, também, por uma clarificação das discussões e movimentações dos órgãos político-militares. Em democracia não poderá verificar-se dualidade de poderes e muito menos um regional feudalismo político-militar que — acaso contra a vontade dos protagonistas — é convertido em ameaça política, em factor de desestabilização, pelas interpretações desprevenidas ou pelas especulações intencionais, tendenciosas, mistificadoras.

A Democracia terá que defender-se do clima de golpismo e contragolpismo, dos conspiradores profissionais e dos profissionais da intoxicação política que nos bares, nos botiquins, nos corredores e nas antecâmaras, trabalham activamente contra a «ordem democrática». Na diversidade dos pretextos ideológicos eles não são inocentes. A Democracia não poderá ser neutra. A Democracia não deverá ser inocente.

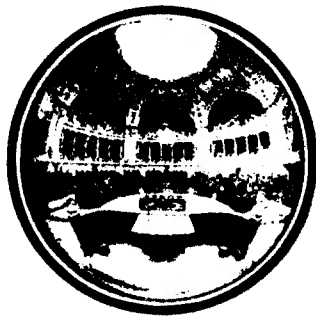
O CUSTO DA VERDADE

Fala-se muito do «custo da Imprensa estabilizada». Ontem, o secretário de Estado da Comunicação Social indicou números. O seu «custo» será de 270 escudos para cada contribuinte, de uns 75 escudos para cada português. Será excessivo. Mas cabe perguntar: e quanto custa a propaganda fascista, reaccionária? E quanto custa a propaganda dos «bons velhos tempos», a apologia frenética do «regresso» e da desforra? E qual o preço da liberdade reconquistada?

Numa Democracia que não deve, nem pode, ser neutra, a Imprensa que, com orientações diversas, se empenha no combate pelos objectivos definidos na Constituição da República, representa um valor social, constitui um serviço público.

O Estado não deverá dominar a Imprensa. A Imprensa não deverá assumir um papel oficial ou oficioso. Mas, porque a Democracia não é neutra, e porque pela lógica das nacionalizações dos bancos e grandes empresas, o Estado ganhou posições importantes, no interesse do combate político não deverá consentir que uma falsa «Imprensa livre» subsista e prolifere, enquanto é calada, por razões técnicas e financeiras asfixiada, uma Imprensa a que o apoio do Estado, a contribuição dos cidadãos, faculta a possibilidade de se exprimir com liberdade e com responsabilidade.

O combate à ofensiva reaccionária no campo da Comunicação Social tem um «custo político». Reconhecemos que esse custo é elevado e ao Estado só pedimos condições para caminhar pelos nossos próprios meios e o apoio que corresponda, e que neutralize, o relativo desfavor a que parecem estar condenados os que defendem a Revolução, a Liberdade, a Democracia. Não podemos esquecer que este País foi intoxicado durante meio século e que o trabalho de esclarecimento, divulgação, consciencialização política, é um duro e longo trabalho. Os «homens políticos» tendem a confundir o sucesso pessoal efêmero, com a sedimentação sólida de uma realidade institucionalizada; tendem a confundir aplausos com apoios; votos com adesões conscientes; sequazes com militantes; clientelas com suporte de massas populares. Estamos em plena batalha, não entreguemos armas ao inimigo.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

"A reacção conspira"

outras soluções fora do quadro institucional».

Após esta alerta, o deputado comunista frisaria, no entanto, que «existem forças e energias suficientes na classe operária nas massas populares, nas forças democráticas, civis e militares, para afastar esses perigos e ameaças. As forças que no nosso País estão do lado da democracia e do socialismo continuam a ser mais poderosas do que as forças da reacção».

Noutra passagem da sua importante intervenção, i deputado do P.C.P. lamentou que o P.S. não tivesse entendido «o verdadeiro significado da votação popular do 25 de Abril» e a existência «na vida política portuguesa de dois campos fundamentais — o campo democrático e de esquerda, e o campo da direita e da reacção — como «realidade das posições e interesses de classe defendidos pelas principais forças políticas».

O representante do P.C.P. acentuou ainda que o seu partido «está pronto a examinar e discutir com todos os sectores democráticos interessados e a todos os níveis», a medidas necessárias para a «defesa da democracia e das conquistas consagradas na Constituição».

Eduardo Vieira (P. P. D./P. S. D.) mostrou-se extremamente preocupado porque pensava «que as verdades nos iam ser entregues e que os responsáveis

golpistas iam ser denunciados, julgados e sentenciados pelos seus oportunistas, pelos seus crimes e pela sua consciente traição», duvidando que «os únicos que atentaram com a democracia, a segurança de pessoas de bens, fossem os indivíduos presos em Caxias». O deputado «pêpêdê» não especificou, (embora tivesse expressões como «trovoada gonçalvista» ou «faixas otelistas») se pretendia referir-se ao ex-general Spínola, ao 28 de Setembro e ao 11 de Março.

Fernando Roriz, do mesmo partido, manifestou «inteiro apreço» pela próxima visita ao Brasil do Primeiro-Ministro, Mário Soares, tendo referido que «teremos muito a lucrar com um intercâmbio comercial, técnico e cultural, eficazmente seguido com o grande país que é o Brasil...». O deputado não fez referências a Angola ou Moçambique.

Nuno Abecassis (C.D.S.) terminou a sua intervenção acerca do ensino dizendo: «não quero deixar de afirmar agora, em contraponto com algumas atitudes que por aí se vêm, o meu apoio à atitude corajosa que vem tomando o ministro Sottomayor Cardia e a sua equipa na dignificação do ensino que pretendemos para os nossos filhos».

Jerónimo Sousa, metalúrgico (P.C.P.), referindo-se à recente legislação do Ministério do Trabalho, e ao boicote à participação dos trabalhadores, lembrou, a

propósito, que «o contrato da construção civil arrastase há 16 meses, o das madeiras há 8, o da cerâmica há 7, o dos químicos há 4 e o dos metalúrgicos há 2, embora em alguns aspectos há mais de 1 ano».

ADIAR?

Na ordem do dia iniciou-se (e prolonga-se hoje) a discussão das propostas de alteração do P.P.D., do C.D.S. e da U.D.P., aos diplomas legislativos sobre as autarquias locais. Duas atitudes diferentes: P.S. e P.C.P. preferem evitar o atraso e consequente adiamento das eleições que a aprovação de tais propostas é susceptível de propiciar; o C.D.S., o P.P.D. e a U.D.P., insistem na sua discussão e tentativa de aprovação, mas sem êxito porque (pelo menos ontem) comunistas e socialistas votaram sempre em bloco derrotando as propostas votadas.

Entretanto as sucessivas interpelações do C.D.S. do P.P.D. e da U.D.P. ao Governo levaram Jorge Campinos, presente no hemiciclo em representação do Executivo, a perguntar «se estamos num regime parlamentar puro, regressamos à prática de 1911 ou respeitamos o espírito e a letra da Constituição ao proclamar que estamos num regime semipresidencial?»

E. A.

NA POSSE DO CONSELHO NACIONAL

"Nunca houve uma política de rendimento e preços"

— afirmou o ministro Sousa Gomes

«No nosso país pode dizer-se não ter sido prosseguida até hoje, de forma integrada e sistemática, uma política nacional de rendimentos e preços» — disse o ministro do Plano, Sousa Gomes, ontem, no uso da palavra durante a cerimónia de posse do Conselho Nacional de Rendimentos e Preços. Sousa Gomes referia-se quer ao tempo anterior a 25 de Abril quer aos últimos dois anos e meio, e aludiu depois ao novo regime citando-lhe o que chamou uma «preocupação, desde o início revelada»: a «defesa das classes mais desfavorecidas, no

sentido de travar a inflação controlando os preços, e (...) estabelecer uma nova política salarial que permitisse a correcção dos desequilíbrios existentes, uma justa redistribuição dos rendimentos e uma real subida do poder de compra das classes trabalhadoras».

O ministro acentuou a necessidade de pôr em prática uma política de rendimentos e preços como parte indispensável de uma política de coordenação económica, citando números reveladores da situação de rendimentos e salários e acentuando que «a

sensível melhoria verificada nas remunerações do trabalho vem sendo em parte prejudicada pelos crescentes aumentos de custo de vida, ou seja, pelo aumento de preços». Realçou a importância das funções que o CNRP vai ter de desempenhar.

O CNRP é presidido por Jacinto Nunes. O vice-presidente é Luis Pereira de Moura. Fazem parte do Conselho ainda 25 vogais, e, dentre estes, dois peritos de reconhecida competência designados, como o presidente e o vice-presidente, pelo Conselho de Ministros. Os outros 23 vogais representam grupos socioeconómicos ou entidades interessadas na política de rendimentos e preços: oito representam trabalhadores, outros tantos, a actividade económica privada; cinco, departamentos governamentais com intervenção, em matéria de planeamento, finanças, trabalho e assuntos sociais; um representa o Instituto Nacional de Estatística, outro, o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas.

Ao acto de posse de ontem presidiu o primeiro-ministro, Mário Soares e estiveram presentes ainda os ministros das Finanças, do Trabalho e o secretário de Estado do Comércio Interno.

S. Bento desmente ocupações no Mondego

Um comunicado da responsabilidade do Gabinete do Primeiro-Ministro desmente os rumores que correm acerca das iminentes ocupações de terras e nacionalizações de propriedades no Vale do Mondego, uma região que não está abrangida pela Lei da Reforma Agrária.

«Esses rumores que provocam um certo alarme nas populações locais são falsos e completamente destituídos de fundamento» — diz o comuni-

cado. Mais adiante acrescenta-se que «o vale do Mondego não está situado na zona de intervenção da Reforma Agrária e o Governo — como resulta da resolução sobre política agrícola recentemente publicada — não permitirá quaisquer ocupações ou nacionalizações fora dessa zona, e mesmo na zona de intervenção terão de ser feitas mediante prévia expropriação e de acordo com um planeamento que ainda não foi aprovado pelo Governo».



O ministro do Planeamento e Coordenação Económica no uso da palavra

Cardeal Cerejeira continua doente

Encontra-se doente, desde há alguns dias, o Cardeal Cerejeira, cujo estado, embora inspirando cuidados, foi considerado em evolução favorável, de acordo com uma nota da Secretaria Geral do Patriarcado de Lisboa.

No entanto, frisa a nota, o estado do cardeal ainda causa preocupações, sendo objecto de constante vigilância médica.

post scriptum

Aposentados da C.G.D.: a justiça que tarda

Na epígrafe «post-scriptum» e sob o título *Aposentados da C.G.D.: a justiça que tarda*, inseriu esse jornal, em 11 do corrente, um artigo da autoria de um antigo colega, defendendo a concretização da revisão das pensões de reforma, medida aprovada em Conselho de Ministros de 24 de Junho p.p., pelo que esta Comissão em seu nome, e no de todos os beneficiários, vem apresentar a V.Ex.as sinceros agradecimentos pela publicação do mencionado artigo.

Em aditamento, porém, ao que ali se diz, permitam-nos acrescentar o seguinte:

Como se verifica na parte final do citado artigo, a verba destinada àquele fim não constitui qualquer encargo para o Estado, dela vindo a beneficiar 193 funcionários, dentre os quais 80 por cento, ou mais, têm idades superiores a 70 anos.

Daqui aquele valor diminuirá progressivamente se tivermos em atenção que anualmente alguns irão desaparecendo do número dos vivos, pelo que, e consequentemente, dentro de poucos anos verificar-se-á a total extinção daquele encargo.

Com os protestos de nossa elevada consideração.

A Comissão de Aposentados da Caixa Geral dos Depósitos

Afinal como é?

Através do debate entre Ford e Carter na TV americana, o primeiro divulgou que os U.S.A. (claro, a CIA não empata dinheiro à sorte), no Verão de 75, «evitaram que fosse implantado o comunismo em Portugal» (as diligências do sr. Carlucci...).

Os incêndios, as bombas, os atentados contra pessoas e bens que assinalaram tristemente essa época terão sido o resultado de ingerências estrangeiras? Que dizem a isto todos aqueles que «lutaram» para derrubar o Governo de Vasco Gonçalves? Ainda dizem que representavam a «vontade do povo»?

No Verão de 75, não faltou quem apontasse os verdadeiros responsáveis por aqueles desmandos, mas outros (os defensores da «liberdade») respondiam que se tratava de calúnias: não havia qualquer ingerência do imperialismo americano nos nossos assuntos...

Afinal como é? Respondam agora os intrépidos representantes da «vontade do povo»!

É lamentável que ainda haja trabalhadores capazes de «embarcar» em demagogias baratas, deixando-se manipular por defensores do \$ nem sequer muito hábeis.

Fernando Vieira — PORTO

Até quando o Vouga continuará a ser um cano de esgoto?

Desde o ano em que a fábrica de Celulose de Cacia começou a produzir pasta (1953), o povo de Cacia nunca deixou de protestar contra a poluição que aquele complexo fabril provoca nas águas do Vouga.

Apesar das promessas que de maneira habilidosa iam sendo feitas, no sentido de adiar as soluções que se impunham, nunca os interesses do povo, da lavoura e dos pescadores foram atendidos. E como recompensa, para tapar a boca, começou aquela empresa a pagar indemnizações aos proprietários dos terrenos prejudicados pelas descargas dos afluentes fabris.

Há anos a esta parte tem-se notado um agravamento da poluição do rio, a tal ponto degradante que hoje, na zona do Baixo-Vouga, não há possibilidade de vida piscícola.

Sob o ponto de vista agrícola é cada vez mais evidente a deterioração dos terrenos, a esterilidade dos arrozais, o fenecimento das pastagens.

As lamas, os óleos e as fibras residuais que os esgotos arrastam para o rio fazem do Vouga um perfeito cano de esgoto, nauseabundo e doentio. E o fim.

Acontece que ultimamente, através de reuniões entre os técnicos da Celulose e a lavoura local, se têm feito esforços no sentido de se encontrar solução que venha minimizar os efeitos desastrosos da poluição. E uma solução que se apresentou possível e viável, não só porque tem o total apoio do povo, como também o da Casa do Povo, da Junta de Freguesia, da comissão de moradores e de trabalhadores, e até da própria direcção daquela empresa.

Essa solução preconiza a canalização dos esgotos em conduta fechada, libertando os campos mais ubérrimos do Baixo-Vouga.

Incompreensivelmente há quem esteja contra essa solução, opondo-se à vontade do povo e defendendo que os esgotos precisam de oxigenação pelo que terão de ser conduzidos em conduta aberta numa extensão de dois quilómetros e meio.

O povo pergunta: para quê os inconvenientes de uma conduta aberta, quando todos sabemos que o rio Vouga, desde a confluência do rio Caima, não tem oxigénio nem o ganha ao longo dos 20 quilómetros que percorre até Cacia?

Quem defende a conduta aberta, argumentando com a oxigenação é a Capitania de Aveiro, que prometeu vir a um plenário do povo prestar esclarecimentos que justificassem a conduta aberta, mas ao qual não compareceu para «não pactuar com os que não defendem os interesses das classes trabalhadoras!».

Criou-se assim um impasse que só poderá agradar aos poucos que, para manter as chorudas indemnizações (ou gratificações?) que recebem da Celulose, têm todo o interesse que a poluição continue... e até engrosse!

Ao fim e ao cabo temos um rio que é uma fossa de lamas negras e um povo que há 25 anos clama e reclama por justiça.

Até quando continuará o povo a ser joguete de interesses ocultos — mesmo que tragam a etiqueta ecológica de oxigenação das águas? Até quando este abuso...

Rui Milheiros
AVEIRO

CONSTITUIÇÃO E PEDAGOGIA

COOPERE-SE NA ESCOLA

MANUEL RAMIRO SALGUEIRO

E viva-se em espírito de Constituição. A escola portuguesa, que auscultará as pulsações da sociedade futura e as incentivará, será a primeira instituição deste País a dar mostras de querer viver segundo o espírito da Constituição da República Portuguesa.

A antiga mentalidade está ainda muito presente em máximas como esta: «ferra-lhe com um quatro para não se ficar a rir de ti.» «Mutatis mutandis» ela quer dizer o mesmo que «mete-o em Caxias para não se ficar a rir de ti.» A citação deixa antever algo mais. Em primeiro lugar transparece nela o clima de desconfiança socio político do passado. Em segundo lugar acusa o clima de choque e de agressão que caracterizou a sociedade e a escola desse tempo, cuja sucedânea ainda temos. Deixa ainda antever a posição fascizante do adulto (e dos poderes, seus dinamados), arcaísmos sempre a renovar-se, de que as forças políticas totalitárias sempre fizeram consumo intenso, para manter-se no pódio da política.

Esta desconfiança, choque, agressão e totalitarismo, tão arcaicos como os instintos, cavaram sempre a divisão entre as pessoas e levaram ao surgimento da mentalidade que transparece em frases como a anterior. A divisão cria o boato. Este também existe ainda na escola que temos.

Mas sob a forma do mecherico ao nível de grupinho. O mecherico reveste nos tempos que correm a forma política. Não se podem evitar as opiniões partidárias entre os professores. Elas estão consagradas na Constituição em artigos com o 37.º, 45.º, 46.º, 47.º, pelo menos, dos «Direitos, Liberdades e Garantias». Mas podem superar-se. Agora apenas basta que todos os professores queiram pensar em termos de Constituição. O mecherico reveste ainda a forma coscuvilharia. Há uma tendência para determinadas pessoas se preocuparem com a vida particular e privada de outras. Este tipo de professores deve tomar contacto directo com o art. n.º 33 da nossa Cartilha Política e Nacional: «Direito ao bom nome, à identidade e à intimidade». Um dos valores que enobrecem o indivíduo é a sua utilidade social. Em termos de Constituição pensemos nos que de facto são úteis e nos outros. Por certo que alguns mecheriqueiros não seriam favorecidos. O mecherico escolar é ainda retrogradativo e roncero. Mal de quem tente uma inovação por mais pequena que seja. «Os olhos e os ouvidos do rei» atravessam as paredes das salas, porque por enquanto é apenas dentro delas que se realiza toda a actividade pedagógica. Até que se não abram as portas de uma vez para sempre.

Pois a doença do mecherico escolar tem que erradicar-se da escola. Suprapartidarismo e confiança mútua, perante a Constituição, são os remédios. Só uma abertura total ao nível escolar poderá corrigir a pobreza envergonhada de muitos ou de todos, se se quiser. Com sinceridade, confiança e humildade muitos problemas se poderão resolver. Quem está convencido que sabe manifeste-o sem dogmatismo. O preconceito do «mestre sabichão», herdado da tradição e da má Universidade que ainda temos e nos formou a todos, é coisa que não se quer. Atrás dele esconde-se muita incompe-

tência. Pensemos nas múltiplas teorias que todos os dias estão a ser ultrapassadas. O mito do sábio despersonalizado é o que nós temos. Queremos mulheres e homens de carne e osso e espírito a ensinar. Queremos gente que queira aprender com a outra gente e não subir pelo ombros dos outros para dominá-los, já que mais não seja, pela impotência sabichona. Todos temos a aprender uns com os outros. Se uns sabem uma coisa outros sabem outra. E que ninguém se esconda. A nesceência consciente é muito velha na Europa. É um exemplo a seguir. A humildade e a vontade de querer superar-se ajudando os outros a fazê-lo é o caminho. Tenhamos consciência não só das nossas agressões, mas também das nossas omissões. Aquelas atingem a periferia e dão possibilidades de desforra. As omissões cavam a alma dos outros sob a capa da hipocrisia. Só com o espírito de aceitação e

mim o que se entende por cooperação. Este clima deve transcender mesmo a instituição-escola e comunicar-se a outras instituições sociais por intermédio da escola. Depois é só ter em conta a actividade natural de cada um a qual está consignada na Constituição em termos de direito ao trabalho (art. 51.º, 53.º etc.), já que «Todos os trabalhadores... têm direito: ... b) À organização do trabalho em termos socialmente dignificantes, de forma a facultar a (sua) realização pessoal e também dos outros, porque a mesma Constituição nos ensina que «Portugal é uma República Soberana, baseada na dignidade da pessoa humana...», dignidade que lhe deve ser conferida pelos outros, como um dever. (art. 1.º).

A organização do trabalho fará surgir como por encanto as iniciativas individuais e co-

à violência deve partir das bases e das cúpulas, e não só destas. Neste tempo de transição qualquer ministério verdadeiramente constitucional corre um grave risco, o de falar em democracia com a linguagem da prepotência. As cúpulas auscultam. Mas as bases reflectem. Estas estão mais próximas dos problemas. Não sei se decretos de gabinete alguma vez corrigirão seja o que for. Durante o fascismo foi nestes que escolheu a cooperação e o entendimento social dos portugueses. Ora a Constituição aponta socialmente para a cooperação no trabalho, portanto na actividade natural dos indivíduos. Segundo ela todos nós «cidadãos» somos «trabalhadores». Se a sociedade portuguesa na realidade se informa pela cooperação, se a escola reflecte a sociedade e fomenta o pleno desenvolvimento da mesma, i. e., se escola e sociedade são espelhos paralelos em que se projecta a nossa realidade, parece que é este mesmo espírito que todos nós, de um polo ao outro do ensino e da sociedade, devemos realizar, evitando as querelas que não favoreçam o respeito pela «dignidade da pessoa humana» e a «vontade popular» empenhada na transformação da sociedade portuguesa «numa sociedade sem classes».

Só quando os adultos aprenderem responsabilmente a viver em cooperação se poderá falar nos jovens em termos de educação. Até lá é pouco mais que ocioso tentar, embora todas as tentativas sejam «démarches» a percorrer. Quando na escola se tiver comunicado eficientemente aos jovens o espírito de enteadia e responsabilidade social temos ultrapassado o primeiro degrau para a autoconsciencialização da sociedade portuguesa como sociedade em cooperação e em socialismo. Só então com pleno vigor se poderá aplicar o art. 84.º da Constituição, segundo o qual «O Estado deve fomentar a criação e a actividade de cooperativas...» O adverbio «designadamente» do n.º 1 do mesmo artigo deixa uma reserva para outras cooperativas que não «de produção, de comercialização e de consumo». Um Ministério da Educação é Estado. A Constituição proporciona-lhe os meios constitucionais eficazes para o desenvolvimento do cooperativismo escolar. Porque não começar já a pensar em regulamentar uma tal atitude pedagógica, no sentido de mentalizar as bases para uma responsabilidade social? O n.º 2 do mesmo artigo por sua vez talvez se possa também interpretar do mesmo ponto de vista, na medida em que afirma que «não haverá restrições à constituição de cooperativas...». Talvez depois se pudessem falar em termos de autêntica liberdade em democracia, quando a nível social estivesse enraizada a consciência da responsabilidade pelos outros, como base do respeito pelos outros. Na escola portuguesa nada disto se vislumbra por enquanto. Mas vislumbra-se entre os camponeses, os tais que as minorias cidadinas empantufadas de «cultura», não consideram cultos. Mais um conceito que fica para a escola rever, copiando a experiência dos que sempre excluiu dos seus bancos. Olhem só para este provérbio: «DOIS VALEM MAIS DO QUE UM». Vamos aprender todos.



«Ferra-lhe com um quatro para não se ficar a rir de ti» — diz a mentalidade antiga. Mas os jovens sabem organizar-se (havendo meios ao seu dispor, evidentemente)

grandeza moral nós os professores conseguiremos destruir a mesquinhez das relações fechadas e mecheriqueiras que ainda proliferam nos locais escolares, para construir naturalmente a «unidade» em bloco, que educará pela presença. Também não se diga que «se é professor, mas não pedagogo». Um lugar comum herdado também. A alienação chega a este ponto. Não é isso que diz a História, nem a Pedagogia, em suma, nem a vida. Qualquer de nós, homens ou mulheres, é naturalmente pedagogo ou educador, só porque ocupa um lugar no mundo do humano. Em termos de co-educação, educação mútua e educação permanente, claro. Os outros processos emanam destes. A escola não é mais do que um processo pedagógico que consciencializa a educação difusa e inconsciente que é a vida em comunicação. São estes alguns pontos de medição que em minha opinião deverão presidir sempre à organização de qualquer trabalho escolar. Em resumo, cada um responsabiliza-se pelos outros.

Este clima traduz quanto a

lectivas, traduzidas em hipóteses, discussões e por fim, de realizações. Ter em conta que esta marcha exige uma crítica e uma autocritica continua.

Esta conduz-nos a uma verificação imediata. A escola que temos por enquanto é um monstro. Oxalá se não pretenda perpetuar. Se considerarmos a escola um reflexo da sociedade que se vislumbra, temos na nossa presença um híbrido a longo prazo: uma escola napoleónica ibrimcada numa sociedade a delinear-se em termos de cooperação. Se a sociedade já reflecte o clima cooperativo, a escola pelos vistos nem para lá caminha. Os decretos ministeriais sem discussão multiplicam-se. Oxalá a atitude não se mantenha por muito tempo. É que a cooperação não deve verificar-se apenas no plano horizontal. Também no plano vertical. O exemplo deve vir das cúpulas.

A primeira a fazê-lo foi a Constituição. Cabe agora a vez aos ministros. A responsabilidade social só se adquire na convivência sã e amigável. É preciso erradicar a violência do convívio escolar. Mas a crítica

PUB

Aos Trabalhadores da Panificação A todos os Trabalha- dores Ao Público em Geral COMUNICADO

Quando em serviço se deslocavam para Viana do Castelo a fim de aí realizarem um Plenário de Trabalhadores, os camaradas Armando Coelho da Silva, Lucília Ferreira da Silva Reis, Manuel dos Santos Monteiro, Abílio Fernandes e José Henriques acompanhados do menor Fernando Silva Reis, sofreram um brutal acidente de viação. O camarada José Henriques, delegado sindical de uma empresa de Setúbal, não resistiu aos ferimentos e veio a falecer no Hospital de S. João, no Porto. Morreu no seu posto e ao serviço dos trabalhadores.

Num momento em que todos nós, trabalhadores da Panificação, lutamos por melhores condições de vida, este camarada caiu ao serviço dos seus companheiros de luta.

Num momento em que o patronato reaccionário se nega a satisfazer as nossas justas reivindicações, o camarada José Henriques é vítima da teimosia dos que nos negam uma vida melhor.

Num momento em que nós temos de sujeitar outros trabalhadores a um duro sacrifício por força do reaccionarismo patronal, este camarada merece as nossas mais sentidas homenagens.

Todos os trabalhadores da Panificação devem atentar na vida e no sacrifício deste camarada de luta e cerrar fileiras para a continuar com maior determinação.

A melhor homenagem que podemos prestar a este nosso companheiro é denunciar as péssimas condições de vida a que somos sujeitos, conseguir a solidariedade de todos os trabalhadores explorados e obrigarmos o patronato a satisfazer as nossas justas reivindicações.

A família do nosso camarada falecido apresentamos as nossas mais sentidas condolências e manifestamos a nossa solidariedade de classe.

A LUTA CONTINUA !

A DIRECÇÃO

Nacional

PARA AS ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA

STAPE exemplifica redacção de documentos

Destinado essencialmente a auxiliar os promotores de listas de candidatas a Assembleias de Freguesia, nomeadamente no que se refere à redacção dos documentos necessários para oficializar as respectivas candidaturas, o Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais publicou um comunicado em que inclui exemplos sobre as diversas formas de cumprir com o preceituado na Lei.

E o seguinte o texto daquele comunicado:

«Verificando-se que diversos grupos de cidadãos pretendendo apresentar listas de candidatas à eleição de Assembleias de Freguesia, têm manifestado dúvidas sobre o modo de redacção dos documentos necessários, o Ministério da Administração Interna pelo Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais, apresenta o seguinte exemplo elucidativo (ressalvando que a apreciação formal dos processos de apresentação de candidaturas compete, segundo a lei, o juiz a que se deve efectuar tal apresentação, havendo no entanto possibilidade de recurso para o Tribunal de Relação; ressalva-se também que o processo de ratificação em curso na Assembleia da República poderá alterar algumas das disposições expressas):

1.ª Folha

Exmo. Senhor
Dr. Juiz do Tribunal da Comarca de Vila da Feira.

O grupo de Cidadãos eleitores constante da lista iniciada na 3.ª folha deste processo propõe-se adoptar, de acordo com o n.º 4 do art. 23.º do DL 701-B/76, de 29 de Setembro a denominação «Ao Serviço de Fiães», e indica, conforme o n.º 2 do art. 18 do mesmo diploma, como seu mandatário o sr. Manuel Gomes, de 46 anos, filho de Abel Gomes e Maria Rosa, detentor do BI 740238, de 2.1.74, do Arquivo de identificação do Porto, de profissão farmacêutico, natural de Vila da Feira, tendo a seguinte residência, na sede do Município, para efeitos de notificação:

Rua Teófilo Braga, n.º 3, Vila da Feira. Assina o 1.º proponente; Data

2.ª Folha — (A ser feita sobre requerimento nos seguintes termos):

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Administrativa Municipal de Vila

da Feira

Orlando Silva, de 33 anos de idade, etc... 1.º proponente do grupo de cidadãos denominados «Ao Serviço de Fiães», requer, conforme o n.º 6 do art. 18.º do DL 701-B/76, seja feita a prova global para si, para os candidatos e suplentes da lista denominada «Ao Serviço de Fiães», e para os cidadãos proponentes constantes das X (a) folhas imediatamente seguintes, da sua capacidade eleitoral.

Data; Assinatura (Reconhecida); (a) — Bastam, no caso de Fiães, 135 proponentes, pois tem 3500 eleitores.

2.ª Folha, portanto:

F..., presidente da Comissão Administrativa Municipal de Vila da Feira, comprova a capacidade eleitoral activa dos candidatos e suplentes da lista denominada «Ao Serviço de Fiães», bem como do seu 1.º proponente e dos restantes cidadãos constantes das folhas anexas seguintes.

Data; Assinatura (selo ou carimbo da Câmara)

3.ª Folha — (lista e declaração a que se refere o n.º 1 do art. 18.º do DL 701-B/76):

Declaro que aceito a candidatura do cargo de membro da Assembleia de Freguesia de Fiães, bem como, e sobre compromisso de honra, que não estou ferido de incapacidade eleitoral.

Data; Assinatura; Nome: José Ferreira Costa; Idade: 42 anos; Bilhete de identidade n.º 456789, de 26.2.76. Arquivo de Identificação do Porto; Filho de: João Costa e Idalina Ferreira; Profissão: Marceneiro; Naturalidade: Gondomar; Residência: Praça da República, 22 — Fiães.

Reconheço a assinatura supra Cartório Notarial de Vila da Feira
O Notário,

4.ª Folha
idêntica à anterior, para o segundo candidato.

5.ª à 13.ª Folha — (a Freguesia em exemplo compete uma Assembleia de 9 membros):
Idênticas para os restantes candidatos.

14.ª Folha à 16.ª Folha:
Idênticas, para os suplentes (um terço dos efectivos)

17.ª Folha:
Declaro, para os efeitos do n.º 3 do art. 18.º do DL 701-B/76, de 29 de Setembro, que proponho os cidadãos que se apresentam sob a denominação «Ao Serviço de Fiães», para a candidatura aos cargos de membros da Assembleia de Freguesia de Fiães, sendo o primeiro proponente o cidadão Orlando Silva e o candidato em 1.º lugar na lista o cidadão José Ferreira Costa.

Data; Assinatura; Nome: Orlando Silva; Idade: ...; Etc.

Reconhecimento notarial
18.ª Folha

Idem
Nome: Abel Oliveira
(Primeiro Nome, por ordem alfabética, da lista dos proponentes)

19.ª Folha à (X) folha (até ao total de proponentes)
Idem, ordenadas as folhas por ordem alfabética.

Para o caso de candidaturas por partidos políticos:
A. não são necessárias, no exemplo anterior, as seguintes folhas:

17.ª à (X) Folha

B.A. 2.ª folha deverá ser referida apenas aos candidatos a suplentes

C.A. 1.ª folha deverá ser redigida em nome do partido político, indicando-se contudo o mandatário.

D. O partido proponente deve apresentar prova da sua existência legal (por exemplo fotocópia autenticada de certidão de inscrição no Supremo Tribunal de Justiça, que poderá ser obtida pelos serviços centrais do partido).

Para o caso de candidaturas apresentadas por frentes ou coligações:

A. Os partidos proponentes devem apresentar um exemplar (ou fotocópia da página) do jornal — de difusão ampla no País — em que anunciaram publicamente esse tipo de associação.

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA

SERVIÇO DE PESSOAL

ADMISSÃO DE SEGUNDOS TÉCNICOS DE RADIOLOGIA

Para conhecimento dos interessados se publica que se encontram abertas até ao dia 26 de Outubro corrente as inscrições para o lugar de Segundos Técnicos de Radiologia, ao qual se poderão candidatar os indivíduos possuidores do respectivo curso, nos termos da Portaria n.º 18 523 de 12 de Junho de 1961, e que tenham idade compreendida entre os 18 e os 40 anos de idade.

Os interessados deverão fazer a sua inscrição no Serviço de Pessoal dos Hospitais Civis de Lisboa, sito no Campo dos Mártires da Pátria, 91-2.º Esq.º Lisboa - 2.



CECILIO A. CAETANO
SERVIÇO ESPECIALIZADO
EM AMORTECEDORES
E SUSPENSÕES
DE TODOS OS TIPOS
GARANTIA DE ASSISTÊNCIA
TÉCNICA
SECÇÃO TÉCNICA: AV. S. JOÃO DE DEUS, 7-1
TELEF. 89 66 03 (Ao apeadeiro do Areeiro)

FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS GERMANÍSTICOS

ABERTURA DO ANO LECTIVO

1 — COMEÇO DAS AULAS a partir do dia 25

2 — Reunião para alunos e professores do 1.º

ANO: dia 22, 6.ª feira, 15 horas

O SECRETARIADO

SALDOS

NA QUADRANTE

ÚLTIMOS DIAS

PREÇOS ESPECIAIS — Mês Outubro

VENDE-SE

CARRINHA PEUGEOT 404

DIESEL 1970

PROPOSTA À RUA CASTILHO, 185, 1.º

TELEFONE 654531

Nacional

MANUEL ALEGRE FALOU SOBRE A INFORMAÇÃO

"O silêncio não é a vocação da Imprensa"

«Quero hoje começar por algumas palavras em defesa da Imprensa portuguesa» — assim abriu ontem o discurso de Manuel Alegre, secretário de Estado da Comunicação Social, após conferir posse à Comissão para a Imprensa Estatizada, presidida por Francisco Lyon de Castro, dela fazendo parte também José Gonçalves Pereira, Luís Agro Ferreira, Filipe Fernando Cosme, Aniceto dos Santos Duarte e José Teixeira Neto.

«Não temos concerteza», prosseguiu o secretário de Estado, «a melhor Imprensa do Mundo. Temos a Imprensa que é possível ter num país que durante meio século, foi dominado por uma ditadura fascista». E concluiu: «O silêncio não é a vocação da Imprensa. E já basta de mordação. Tão pouco se pretende que a Imprensa aprenda a ser livre praticando o silêncio.»

A liberdade de Imprensa e a sua defesa, a palavra de apoio ao jornalista como responsável numa sociedade democrática e o grave problema dos afares do Estado à Imprensa estatizada que nos fins de Julho totalizavam já mais de

LIBERDADE MAS NÃO CONTRA A LIBERDADE

Acentuando que «preferimos os excessos da liberdade aos rigores da ditadura», Manuel Alegre na cerimónia de posse da Comissão para a Imprensa Estatizada a que assistiram também João Soares Louro, o subsecretário de Estado da Comunicação Social, o dr. Ramalho Ortigão, presidente do Conselho da Imprensa e administradores e directores de diversos jornais, afirmou, desfazendo possíveis equívocos, «Não se interpretem, contudo,

tores e situações. Deixemos ao Marcelo Caetano o medo dos excessos da liberdade.»

IMPRENSA: A ÁREA POLÉMICA

«A posse que acaba de ser conferida à Comissão Interministerial de Reestruturação reveste-se — todos o reconhecem — de uma transcendente importância», opinião de Manuel Alegre na expressão do seu pensamento sobre o que pode e deve ser a Imprensa em Portugal.

«Trata-se de um sector muito crítico e em crise. Uma área polémica por excelência, aqui em Portugal como em todos os países onde existe liberdade de Imprensa.»

Sobre esta liberdade: «Há quem fique aflito de cada vez que é atacado na Imprensa. Por mim, devo dizer que ficaria aflito no dia em que deixasse de ser atacado.»

«É claro que há uma diferença entre atacar e caluniar.

canais de comunicação, tanto transmissores como receptores.» E assim sendo, «cumprindo fielmente a Constituição e a Lei de Imprensa, o Governo tem dado sobejas provas de que não deseja transformar a Imprensa num seu instrumento. Entendemos que a variedade de expressão permite que os indivíduos alimentem os seus pontos de vista e contribuam para a criação da opinião pública.»

Em conclusão: «Nesta oportunidade e nesta ocasião, de uma vez por todas, fique bem assente que o Governo não quer uma Imprensa situacionista. E fique bem claro, também, que se o Governo não deseja uma Imprensa acomodaticia, tão-pouco se acomodará ou vergará a pressões ou chantagens que a Imprensa veicule.»

A IMPRENSA É UM SERVIÇO PÚBLICO

«A responsabilidade e a função social dos meios de comunicação implica um reconhecimento de que devem executar um serviço público para garantir a sua existência» — estas as primeiras palavras com que Manuel Alegre iniciou a abordagem dos problemas, e graves, que afectam o sector da Imprensa estatizada. Ponto para resolver, problema nacional como serviço público que é, Manuel Alegre coloca a questão em saber, «se executam um serviço público, minimamente correspondente aos altos encargos que o erário nacional com elas suporta, certas publicações periódicas com tiragens ridículas e sobras excessivas, com uma difusão e distribuição que praticamente não vai além dos principais centros urbanos.»

«É neste contexto que terá de ser encontrada uma saída para o problema da Imprensa estatizada. Informa Manuel Alegre: «Tratando-se de um sector terciário, em que a maior parte da matéria-prima é importada, o montante do crédito nos bancos, no final de Julho, na sua quase totalidade com afares do Estado, totalizava, só para os jornais estatizados de Lisboa e Porto, cerca de um milhão e cento e vinte e quatro mil contos.» Fazendo as contas: «Isto custa a cada contribuinte cerca de 270 escudos e a cada português, mais ou menos, 75 escudos.» Nesta ordem de ideias, há que conseguir uma solução. «Aos Sindicatos dos Jornalistas, dos Trabalhadores na Imprensa e do pessoal Gráfico que têm em curso a renovação dos seus contratos colectivos de trabalho, no que se refere a novos encargos salariais directos ou



«A todos os jornalistas quero dizer que estou com eles, mesmo quando estiverem, democraticamente, contra o Governo a que me honro de pertencer»

indirectos, pede o Governo uma moratória até ao fim do corrente ano.»

«A todos os jornalistas», acrescentaria Manuel Alegre, «quero dizer que estou com eles, mesmo quando estiverem, democraticamente, contra o Governo a que me honro de pertencer. Estou com eles de cada vez que fizerem da sua pena uma arma da informação, de crítica e de liberdade.»

«Como discípulo do grande António Sérgio, peço-lhes apenas uma crítica. E que através da crítica nos ajudem a resolver problemas que são de todos.»

FIM À POLÍTICA DE AFARES

«É necessário pôr termo à política de afares e subsídios ocasionais e tomar medidas que garantam, efectivamente, a autonomia económica das empresas.» Assim, esclarece Manuel Alegre, competirá à Comissão Interministerial estudar, entre outras, as seguintes medidas:

- 1 — Isenção de certos impostos para toda a Imprensa em geral;
- 2 — Facilidades na distribuição postal, já em funcionamento a título experimental, e dinamizar a criação da Empresa Pública de Distribuição que entrará em funcionamento antes do fim do ano, melhorando a difusão dos jornais e revistas, e reduzindo os seus custos neste domínio;
- 3 — Concessão de subsídios na aquisição do pa-

pel, cujo custo aumentou 200 por cento no último quarto de século. Encarar a sua produção em Portugal.

4 — Encarar também o estabelecimento de tarifas especiais para o transporte de jornalistas e dos custos, no sector das telecomunicações;

5 — Propor facilidades na aquisição de equipamentos técnicos e transferir para o Estado os encargos da formação e reciclagem do pessoal das empresas jornalísticas, quaisquer que sejam as suas actividades profissionais;

6 — Reorganizar e concentrar os parques gráficos e estatizados, tornando mais racional e rentável a sua exploração;

7 — Considerar a possibilidade técnica de consolidação, a longo prazo, dos passivos das empresas jornalísticas, libertando-as dos vultosos encargos que as sofocam;

8 — Considerar a possibilidade de formação de cooperativas de jornalistas ou de sociedades mistas;

9 — Uma conveniente disciplina, quanto ao número de páginas das publicações periódicas, tendo em vista a economia das divisas;

10 — Facilitar o acesso às fontes de informação em geral.»

Lyon de Castro, presidente da Comissão Interministerial, falou a seguir, afirmando que «nenhuma razão política partidária há-de influenciar o trabalho e as conclusões da Comissão. Não seremos influenciados por pressões que possam alterar a independência na nossa análise, nas nossas propostas finais e nas nossas decisões».

«D.N.»-«CAPITAL»

Tomou ontem posse, no gabinete do secretário de Estado da Comunicação Social, a Comissão Administrativa da Empresa «Diário de Notícias»-«Capital», constituída pelos srs. major Francisco Farrusco, Francisco Leon de Castro, dr. Magalhães dos Santos, eng. Luís Amaral e Francisco Sousa Tavares.



O eng. Gonçalves Pereira, presidente do conselho de administração da Renascença Gráfica, assinando o auto de posse como membro da comissão

um milhão de contos, as possíveis formas de resolução e os objectivos da reestruturação da mesma Imprensa que deverá estar atingida em meados de 1977, são em síntese, as traves mestras que enformaram o discurso-intervenção de Manuel Alegre.

Acrescentaria: «Tão-pouco se pretende que a Imprensa aprenda a democracia praticando um situacionismo ao contrário. Basta de situacionismo. Queremos uma Imprensa de pé e não de cócoras.

Deixem-na, portanto, especular. Deixem-na falar. Deixem-na ser livre. Que me seja, pois permitido, tomar a defesa da Imprensa que critica, que se excede, que especula e por vezes, até gesticula. Que me seja permitido tomar a defesa até daquela Imprensa que sistematicamente nos critica e nos ataca.

É esse um sintoma salutar de liberdade. E muitos de nós pagamos um duro preço para que isso fosse possível em Portugal.»

as minhas palavras como um aval à liberdade de divulgar ideias fascistas.»

Tal prática — foi claro o secretário de Estado — está proibida pela Constituição. E há que legislar no sentido de se criarem os mecanismos adequados à defesa da liberdade de Imprensa, a qual não é possível sem uma proibição clara da existência de uma Imprensa militante antidemocrática.

Numa breve análise e comentário às acusações que durante estes dois anos têm sido feitas à Imprensa e ao papel que esta tem desempenhado, pronunciou-se Manuel Alegre: «Não se transfira para a Imprensa uma culpa que não lhe cabe: a culpa da nossa evolução política não se faz em linha recta.

Não se pretende que a Imprensa seja clara quando as situações são muitas vezes obscuras. Não se acuse a Imprensa de especular, quando a especulação nasce precisamente da nebulosidade de fac-

Mas a Lei da Imprensa estabelece a distinção.

«Devo dizer pois que, se certos ataques me honram e outros me divertem, não estou no entanto disposto a tolerar calúnias de tipo pidesco, semelhantes às que no tempo do fascismo visavam os democratas e homens honrados deste País.

«E aqui não se trata de mera especulação».

A COMUNICAÇÃO NA DEMOCRACIA

«A nossa Constituição consagrou a liberdade de Imprensa e reconheceu o papel que ela representa num sistema político, moderno e democrático.» Ponto assente, o secretário de Estado da Comunicação Social sublinhou a posição do Governo a que pertence face à Imprensa, partindo do princípio de que «muitas das características que associamos à democracia dependem do livre acesso de todos os grupos da população aos

Adiado julgamento do director de "A Rua"

O julgamento de Manuel Maria Múrias director do semanário «A Rua» foi adiado para data a marcar. Recorde-se que o réu foi acusado de abuso de liberdade de Imprensa, em virtude de um artigo publicado naquele semanário, intitulado «Álvaro Cunhal informador da PIDE?».

O queixoso, Álvaro Cunhal, constituiu-se assistente, sendo patrocinado pelo dr. Lopes de Almeida.

O processo que estava a correr pelo 9.º Juízo Correccional do Tribunal da Boa Hora transitou, agora para o 2.º Juízo, onde se encontram outros processos contra Manuel Múrias.



MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/51717, arquivo 4 para o estabelecimento na freguesia e concelho de Sines de modificação da linha aérea a 30 kV, RA 30-70-11 A. Veiga (Sines), que passa a derivar do apoio n.º 95 da linha aérea a 30 kV, LI 30-64 Santiago-Sines e que passa a designar-se por RA 30-64-8 A. Veiga (Sines) com diminuição de comprimento de 145 metros.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 8 de Outubro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins



MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Palmela em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP), a que se refere o processo 8/58232, arquivo 11 023, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Palmela, de uma linha aérea a 15 kV, com 958 metros, do apoio n.º 16 da linha LI 15-40 S. Sebastião-Pinhã Novo ao apoio n.º 13 da linha RA 15-34-1-1 Volta da Pedra (RA 15-40-1 VARIANTE DE PALMELA).

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 7 de Outubro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Ilhavo, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex: União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/55437, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Ilhavo, de uma linha aérea a 15 kV, com 1756 metros, do apoio n.º 49 da linha para o Posto de transformação da Fábrica de Porcelanas de Vista Alegre ao Posto de Transformação de «Ilhavo», integrando um troço já licenciado com 290 metros.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 7 de Outubro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Alcácer do Sal em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (Ex-União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/54819, arquivo 4 para o estabelecimento na freguesia de Torrão, concelho de Alcácer do Sal, de modificação da linha aérea a 30 kV, para o Posto de Transformação da SCOPAL — Sociedade Comercial de Produtos Agrícolas, Lda., (RA 30-23-6 Scopal), com alteração do traçado entre os apoios n.ºs 20 e 43, sem aumento de comprimento.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de licenciamento, em 7 de Outubro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Montemor-o-Velho em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (Ex-União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/58445, arquivo 11 023 para o estabelecimento na freguesia e concelho de Montemor-o-Velho de uma linha aérea a 15 kV, com 1040 metros, do apoio n.º 127 da linha Condeixa-Montemor ao Posto de Transformação da Vila-Escola Secundária, da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de licenciamento, em 12 de Outubro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA DE ESTADO
DA INDÚSTRIA
E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Palmela em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP), a que se refere o processo 8/58231, arquivo 11 023, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Palmela, de uma linha aérea a 15 kV, com 649 metros, do apoio n.º 16 da LI 15-40 S. Sebastião-Pinhã Novo para o Posto de Transformação da Adega Cooperativa da Região do Moscatel de Setúbal (RA 15-5-40-2 Cooperativa Moscatel de Setúbal).

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 7 de Outubro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins



MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP), a que se refere o processo 8/55449, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Ilhavo, de uma linha aérea a 15 kV, com 20 metros, do apoio n.º 46 da linha para o Posto de Transformação da «Fábrica de Porcelana Vista Alegre» ao Posto de Transformação de Aneado da Câmara Municipal de Ilhavo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 8 de Outubro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins



MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-União Eléctrica Portuguesa) a que se refere o processo 8/55430, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Ilhavo, de modificação, sem aumento de comprimento da linha aérea a 15 kV, para o Posto de Transformação da SMIDA — Sociedade de Manufaturas Industriais de Madeiras, passando a derivar do apoio n.º 22 para o Posto de Transformação da Fábrica de Porcelanas da Vista Alegre.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 11 de Outubro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins



MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

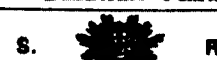
EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP), a que se refere o processo 8/58253, arquivo 11 023, para o estabelecimento na freguesia de UI, concelho de Oliveira de Azeite, de uma linha aérea a 15 kV, com 77 metros, do apoio n.º 5 da linha para o Posto de Transformação de Catelas & Teorgos, Lda., ao Posto de Transformação de UI-Adães, da Câmara Municipal de Oliveira de Azeite.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 11 de Outubro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins



MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP), a que se refere o processo 8/58284, arquivo 11 023, para o estabelecimento na freguesia de Gualtar, concelho de Braga, de uma linha aérea a 15 kV, com 81 metros, do apoio n.º 3 da linha para o Posto de Transformação da Famotor — Fábrica de Acessórios de Motores, Lda. (da ex-CHE-NNOP), ao Posto de Transformação da Estação Agrária de Braga-Quinta dos Peões.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 11 de Outubro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins



MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP), a que se refere o processo 8/54972, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Recardães, concelho de Agueda de uma modificação com aumento de comprimento de 6 metros, da linha aérea a 15 kV para o Posto de Transformação da Cerâmica de Ferreiros, Lda., sendo alterado o traçado entre o apoio n.º 16 e o Posto de Transformação.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 7 de Outubro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins



MINISTÉRIO
DA INDÚSTRIA
E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex-UEP), a que se refere o processo 8/58233, arquivo 11 023, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Palmela, de modificação e mudança de tensão de 6 para 15 kV, da linha mista para o Posto de Transformação da Cooperativa Agrícola d e Palmela, passando a derivar do apoio n.º 6 da linha para o Posto de Transformação da Cooperativa Moscatel de Setúbal, com aumento de comprimento de 225 metros.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 11 de Outubro de 1976.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Eanes recebeu Karl Czerntz

Karl Czerntz, presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, que se encontra desde ontem de visita a Lisboa, encontrou-se esta manhã com o Presidente da República, general Ramalho Eanes, após o que se reuniu com o presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, com quem almoçará. Amanhã o presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa partirá para o Porto, que visitará até ao próximo domingo, dia em que parte para Londres.

«A entrada de Portugal para o Conselho da Europa foi, no plano político, a consagração da acção das forças políticas que se bateram pela democracia», afirmou ontem à noite o ministro Medeiros Ferreira, no discurso que proferiu durante o jantar em honra do presidente da Assembleia da Europa, Karl Czerntz, que se encontra desde ontem de visita a Portugal.

O ministro português dos Negócios Estrangeiros afirmou ainda que «a longa luta, à qual as forças democráticas portuguesas dedicaram durante 50 anos o melhor de si próprias, encontrará na Europa democrática a sua justificação». «Do mesmo modo — continuou o ministro Medeiros Ferreira — o Portugal democrático é, na Europa, uma esperança renovada nos princípios de liberdade e de dignidade da pessoa humana».

Referindo-se à personalidade do presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o ministro afirmou: «Não posso resistir à tentação

ÁGUA PARA LISBOA

Almeida Pina visita obras de melhoramento

Ao princípio da tarde de hoje o ministro das Obras Públicas, eng.º Almeida Pina, visitou as obras de construção da tomada de água na albufeira de Castelo de Bode, dentro de um programa iniciado às oito horas da manhã e que incluiu várias obras e frentes de trabalho da rede de abastecimento de água à região de Lisboa.

Ainda hoje o ministro, acompanhado do secretário de Estado dos Recursos Hídricos, coronel Moraes Barroco e de técnicos da EPAL, deverá visitar também as obras de melhoria da captação de Valada, a estação de tratamento do Vale da Pedra, e a central elevatória da Azambuja.

Entretanto, a EPAL deverá contrair um empréstimo de 800 mil contos na Caixa Geral de Depósitos, destinado a assegurar o financiamento dos investimentos em curso e a execução das obras de abastecimento de água a Lisboa e zonas suburbanas.

Ruy Luís Gomes vai ao Congresso dos "Partisans"

O prof. Ruy Luís Gomes participará, de 4 a 8 de Novembro, em Florença no VIII Congresso Nacional dos «Partisans» italianos, iniciativa que é tida como das mais importantes, a nível europeu, pois reúne personalidades progressistas e antifascistas de renome internacional.

Um dos pontos a discutir neste congresso versará aspectos relacionados com a Paz no Mediterrâneo.



Karl Czerntz e comitiva ontem com Mário Soares

de chamar a atenção de todos para a exemplaridade da vida que V. Ex. dedicou à causa da liberdade. No seu país, na prisão e no exílio, sacrificou sem dúvida a sua segurança pessoal ao ideal de uma Europa livre, unida e democrática».

Referindo-se à situação interna portuguesa Medeiros Ferreira afirmou que as forças governamentais que representava tinham tido um papel fundamental na luta pela democracia, «aliados às outras forças e aos militares que encarnaram, no 25 de Novembro, o verdadeiro espírito do 25 de Abril».

O ministro dos Negócios Estrangeiros enumerou depois os projectos em que Portugal está empenhado em relação ao

Conselho da Europa, nomeadamente a adesão à Convenção Europeia relativa ao estatuto do trabalhador migrante e ao Fundo Europeu da Juventude e ainda aos trabalhos preparatórios da próxima reunião do Fundo de Restabelecimento, na qual o representante português apresentará projectos de habitação para desalojados, a serem financiados pelo Fundo.

VISITA A SOARES

Ainda na tarde de ontem, Karl Czerntz, que foi recebido no Aeroporto da Portela pelo presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, esteve no Palácio de

S. Bento, onde foi apresentar sumários ao Primeiro-Ministro, Mário Soares. À saída do encontro revelou à ANOP que tinha convidado o Primeiro-Ministro a falar perante a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em Abril do próximo ano. Em declarações aos jornalistas, e Karl Czerntz louvou a maturidade política do povo português, mostrando-se «encantado» com a situação democrática existente em Portugal, que considerou um verdadeiro milagre.

Anunciou também que brevemente será nomeado um juiz português para o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, cujo nome será proposto por Portugal.

SEGUNDO ALMEIDA SANTOS

É absurdo admitir "inconstitucionalidade da Constituição"

O absurdo de se admitir a inconstitucionalidade do próprio texto constitucional foi denunciado pelo ministro da Justiça, Almeida Santos, numa entrevista ontem concedida a um matutino de Lisboa, a propósito da declaração de inconstitucionalidade por um tribunal militar da Lei 8/75 que prevê penas de prisão de dois a oito anos para todos os agentes da antiga polícia política.

Almeida Santos manifestou a sua «estraneza por se ter julgado inconstitucional uma lei que a própria Constituição (...) declara manter-se em vigor», acrescentando ainda que «estariamos — se fosse o caso — em face de uma originalíssima inconstitucionalidade: a do próprio texto constitucional».

A referida lei, cuja declaração de inconstitucionalidade possibilitou a absolvição do primeiro agente da P. I. D. E. levado a tribunal, depois do 25 de Abril de 1974, vem expressamente referida no Art.º 309.º da lei fundamental, mas o 2.º Tribunal Militar Territorial alegou a não retroactividade das leis criminais prevista, ela também, na Constituição, no seu Art.º 29.º — (ANOP).

"JESUS" PASSEOU NO CÉU DO FUNCHAL

FUNCHAL, 21 — O balão «Tormenta», tripulado pelos espanhóis Jesus Gonzalez Green e Montero Vera, sobrevooou ontem esta cidade recolhendo material para a Televisão espanhola. As filmagens duraram trinta minutos: às tantas, uma inesperada rajada de vento apressou a aterragem na zona dos viveiros, junto à Ribeira de Santa Luzia.

Amanhã, os «cineastas de balão» vão tentar a descida em Machico, considerada perigosa, já que o vento de terra poderá forçar o «Tormenta» a descer na água.

O balão tem a forma de uma pêra, é amarelo e vermelho e tem as dimensões aproximadas de 20x15. Transporta as bandeiras portuguesa e espanhola.

Coluna da Direita

Os ataques mais ou menos subtis contra a Democracia; as provocações mais ou menos claras ao 25 de Abril; a propaganda encapotada ou mesmo descarada do fascismo e a defesa directa ou indirecta do regresso aos «velhos tempos», proliferam em certa imprensa reaccionária.

O conhecimento de certos exemplos significativos parece-nos da maior utilidade para os nossos leitores. Daí a razão desta coluna, onde iremos transcrevendo alguns textos mais esclarecedores.

Crise no P.S.: achas na fogueira

«A crise que há cerca de quinze dias lavrava no seio do Partido Socialista, atingiu ontem o seu ponto de rotura, com repercussão na opinião pública, nos meios governamentais e até mesmo a nível internacional. Nenhum desmentido — e ainda há dois dias se registaram os desmentidos formais de existência de qualquer crise feitos por Jorge Campinos e António Reis — pôde ocultar que algo de grave e de insólito se passava no «maior partido» português, sobre o qual recai neste momento a responsabilidade governamental. Como é costume em circunstâncias semelhantes, a ignorância dos factos gerou uma onda de boatos que correram na cidade, desde a demissão de vários ministros eventualmente do próprio Ministério até à indicação da eventual formação de triunviratos militares, ou pelo menos do regresso ao poder dos político-militares.

«De qualquer forma, se a nível partidário é difícil a continuação de divisões tão áspers, a nível governamental não é admissível, sem grave prejuízo para a eficiência e credibilidade do Governo e para a necessária recuperação nacional, a existência de quebras de solidariedade política.

«A remodelação do Governo é, pois, um facto inevitável que, segundo as informações de «A Capital», deverá ocorrer logo em seguida à realização do Congresso Socialista.»

Francisco de Sousa Tavares em «A Capital» de 15/10/76

Para os «endireitas» o mal do P.S. dá pelo nome de Lopes Cardoso

«Entende o eng. Lopes Cardoso, corroborado por António Reis e o resto do pequeno grupo (que apenas se têm preocupado nos últimos dias a encetar um ataque sistemático às posições de Mário Soares e às suas linhas de orientação partidária) chamar «abertura e debate» a uma constante tentativa de impor os seus pontos de vista.

«Lopes Cardoso, contestado a nível partidário e à escala nacional, nem sequer se poupou ao ridículo que das suas declarações transparece. Só perguntamos ao ministro Lopes Cardoso, como de resto aos restantes membros do Secretariado Nacional, que outra leitura é possível fazer sobre as suas próprias deliberações em relação à Comissão de Trabalho, ontem mesmo severamente criticada por aquele órgão?

«Que outra interpretação pode ser dada aos comunicados da Federação da Área Urbana de Lisboa, da Federação Distrital de Coimbra e da Comissão de Agricultura desta última federação? Que outra interpretação pode ser feita do discurso manifestamente anti-Soares proferido no princípio do mês em S. Pedro de Muel pelo eng. Lopes Cardoso e que obrigou a uma resposta severa do Primeiro-Ministro?

«O Dia» — 16/10/76

Merecido castigo aos «traidores»...

«O povo só entende o que lhe dói e quando lhe dói. Por enquanto ainda está, em parte, entorpecido sob o efeito de certa anestesia. Deixem-no acordar. Não falta muito que lhe doa a carne e a alma. Depois se verá... Até porque de bons e grandes portugueses ainda há sementes. Elas germinarão. Chegará a altura em que terão de prestar contas os que traíram e desgraçaram esta Pátria. calcando aos pés quase um milénio de vida independente, séculos e séculos de civilização, gerações e gerações de heróis, sábios, santos e homens simples, lágrimas, suores e sofrimentos no mar e no sertão — belezas sem par no Mundo! Os grandes crimes da História nunca ficaram impunes! Os grandes responsáveis pelos nefandos crimes da traição à Pátria terão o merecido castigo. Nem Deus nem o bom povo dormem! Ou então não há justiça, mesmo imanescente!

«Pode ser que num futuro próximo «as lágrimas da tormenta façam rebrilhar o sol da bonança». Pode ser que esta Pátria, mesmo brutalmente mutilada, ainda persista em sorrir. Mas, para tanto, é preciso acabar com os traidores e vendilhões!»

Pedro Pires em «O Templário» — 15/10/76

COMISSÃO DINAMIZADORA DISTRITAL DE SETÚBAL

MOÇÃO

1.º Considerando que a unidade dos trabalhadores, é a única forma destes defenderem os seus interesses.

2.º Considerando que as direcções sindicais afectas à «Carta Aberta», têm tido uma actuação que só leva à divisão dos trabalhadores.

Os trabalhadores da Mague U2, reunidos em plenário em 15/10/76, repudiam firmemente a actuação divisionista das direcções sindicais afectas a esta «Carta Aberta».

Setúbal, 15 de Outubro de 1976

José Alberto Murta Cavaleiro

Aprovada por maioria, com cerca de 40 abstenções

MOÇÃO

Considerando:

— Que é fundamental salvaguardar a unidade dos trabalhadores, designadamente nas suas organizações de classe.

— Que só na unidade dos trabalhadores é possível evitar a recuperação capitalista.

— Que é divisionista a actuação das direcções sindicais da chamada «Carta Aberta».

— Que é necessário que as actuais estruturas sindicais sejam reorganizadas de forma a poderem responder com eficácia às tentativas do patronato reacção no sentido de controlar e «domesticar» o movimento sindical.

O plenário distrital de Setúbal dos trabalhadores da função pública delibera:

1.º Apelar para a unidade de todos os trabalhadores, como explorados que são, na luta por uma sociedade mais justa rumo ao socialismo.

2.º Repudiar as actuações cupulistas das direcções sindicais subscritas da chamada «Carta Aberta».

3.º Apoiar a realização do Congresso de Todos os Sindicatos, como forma de, na unidade, reestruturar a Intersindical Nacional.

4.º Apoiar a CDRP por toda a sua acção em prol da unidade dos trabalhadores e da realização do Congresso.

16 de Outubro de 1976

Aprovada no plenário distrital da F. Pública.

MOÇÃO

Atendendo à importância do Movimento Sindical Português que atravessa neste momento uma fase decisiva na defesa da unidade dos trabalhadores.

Atendendo à confusão e divisão que as forças capitalistas e seus aliados estão a lançar no seio das classes trabalhadoras.

Atendendo ainda à cobertura que o Governo actual está a dar a essas forças quer directa quer indirectamente, trabalhadores da Setenave reunidos no dia 14/10/76, em plenário, decidem:

1.º Lutar por uma Central Sindical Única na defesa da unidade dos trabalhadores.

2.º Lutar pela realização do Congresso dos Sindicatos Portugueses onde os trabalhadores participem activamente.

3.º Repudiar todas as forças divisionistas (aliás divisionistas) nomeadamente as intituladas «Carta Aberta».

4.º Apoiar totalmente a Comissão Nacional Organizadora Provisória para que o Congresso seja uma realidade.

5.º Repudiam a revogação da Lei da Unicidade Sindical e todas as leis antioperárias até agora publicadas.

MOÇÃO

Os trabalhadores da Setenave presentes na A. G. T. no dia 14/10/76 exigem do Governo o imediato início das negociações com os respectivos sindicatos que lutam pelos novos contratos colectivos de trabalho.

MOÇÃO

Em virtude de o pluralismo e divisão sindical favorecerem o avanço do capitalismo, apoiado pelo imperialismo e pôr em causa as conquistas alcançadas pelos trabalhadores impedindo-os de avançar no processo revolucionário em curso, propomos:

1.º Repudiar os subscritores da «Carta Aberta».

2.º Repudiar sindicatos paralelos e direito de tendência.

3.º Repudiar o pluralismo sindical.

4.º Apoiar a Intersindical intransigentemente na luta contra o avanço do capitalismo e evitar a todo o transe a divisão do movimento sindical.

Viva a unidade de todos os trabalhadores

Avante pelo Congresso de Todos os Sindicatos

Viva a Intersindical

Aprovada em AGT da Setenave.

MOÇÃO

Os trabalhadores do sector da indústria de cerâmica, cimentos e similares dos distritos de Setúbal, Beja, Évora e Faro, reunidos em assembleia geral em 17/10/76, considerando que só na unidade se consegue avançar, considerando que certas forças tentam dividir o movimento sindical, precisamente para enfraquecer todo o movimento de unidade dos trabalhadores,

Decidem:

1.º Apoiar a realização do Congresso de Todos os Sindicatos portugueses pela reestruturação da Central Única dos trabalhadores portugueses e pela unidade de todos os trabalhadores.

2.º Repudiar o pluralismo e todas as tentativas de divisão do movimento sindical.

3.º Apelar às direcções dos sindicatos da «Carta Aberta» que ainda recusam o diálogo no seio do movimento sindical, sobre o Congresso, para que se juntem à grande maioria dos sindicatos que lutam pela realização do Congresso de Todos os Sindicatos portugueses e para a reestruturação da Central Única dos trabalhadores portugueses.

Se não o fizerem, assumirão perante todos os trabalhadores do nosso país a responsabilidade de contribuir para a divisão dos trabalhadores e a divisão do Movimento Sindical que é neste momento aspiração do patronato.

4.º Repudiar a forma oportunista e anticonstitucional como o Governo se propõe alterar leis fundamentais para os trabalhadores, sem consultar as suas organizações de classe, pretendendo assim:

a) Limitar ainda mais o direito da contratação colectiva.

b) Facilitar os despedimentos sem justa causa.

c) Permitir a reintegração de fascistas nas empresas.

d) Devolver ao patronato as empresas que os trabalhadores salvaram da sabotagem económica.

d) Limitar a actividade sindical dentro das empresas, etc.

Aprovada por unanimidade

Nacional

CORNUCÓPIA A MOURÃO-FERREIRA

“Plano de emergência

implica

censura ideológica”

«Perante a triste constatação de que, apesar de todos os relatórios, cartas, pareceres, sugestões, por nós entregues às entidades oficiais desde 25 de Abril para uma política teatral finalmente consequente, mais uma vez as disposições do Plano de Emergência vêm atrasar a definição dessa política e dificultar as capacidades de desenvolvimento e de produtividade demonstradas por certas companhias», lê-se numa carta enviada pela direcção do Teatro da Cornucópia ao secretário de Estado da Cultura, dr. David Mourão Ferreira, a propósito da publicação por aquele departamento governamental de um Plano de Emergência para a actividade teatral, que os signatários consideram acarretar «fortes limitações económicas à Companhia e que são um convite à cessação de uma actividade cultural em profundidade e a um abaixamento de qualidade da produção com preparações precárias, a favor de uma actividade de tipo comercial, o que necessariamente implica, quer se queira quer não, a hipótese de uma censura ideológica».

Depois de referirem que a exigência inserta no Plano, da apresentação de relatórios da relação da actividade diária «mais reforça o sentimento de que a Secretaria de Estado estará mais interessada na verificação do horário das companhias do que na sua real rentabilidade cultural, o que no caso do Teatro da Cornucópia, chega a parecer irrisório, porque bastaria uma leitura atenta dos relatórios trimestrais para deduzir que a actividade que a Companhia tem desenvolvido só é possível com o escasso número de trabalhadores com que até agora tem contado, com excessos diários dos horários normais de qualquer trabalhador», os autores da carta (Jorge Nascimento, Jorge Silva Melo, Luís Miguel Cintra, Marcia Breia, Orlando Costa, Paulo

Cintra Gomes e Raquel Maria), afirmam que a uniformidade de critério quanto à exigência de números mínimos de espectáculos semanais e os dez dias de interrupção máxima antes de nova estreia, revela «desconhecimento ou ignorância do que é norma noutros países quanto ao funcionamento de companhias apoiadas pelo Estado: o Teatro Nacional de Estrasburgo, companhia nacional, tem 80 elementos permanentes para além dos alunos da escola; apresentará entre Outubro e Maio de 1977 apenas duas produções internas — a 1.ª em Janeiro, depois de 3 meses de ensaio e a 2.ª em Maio, 3 meses depois do fim da carreira da primeira —, sendo as outras produções externas ou co-produções em que o TNS entra apenas com dinheiro. O Théâtre National Populaire conta fazer apenas 2 estreias na próxima temporada interna, sendo uma delas um espectáculo com apenas dois actores e a outra um espectáculo, já previsto para a temporada anterior, mas que devido às condições de ensaio não pode ser apresentado. As companhias não nacionais mas subsidiadas apresentam 1 a 2 espectáculos anuais; como é o caso em França do Théâtre du Soleil, do Ensemble Théâtre de Genevilliers, do Théâtre Quotidien, em Inglaterra do Joint Stock, do The Freehold, na Alemanha do Die Rube ou do Gratt e em Itália do Il Grupo della Rocca. Com limitações como as deste Plano de Emergência nunca a maior parte dos maiores espectáculos do nosso século poderiam ter sido possíveis em qualquer parte do mundo».

E a carta termina: «Desde 1974 que temos vindo a ser obrigados a compensar com esforços desumanos a falta de criação de uma política oficial. Até quando quererão os Governos que sejamos nós a compensar os seus próprios erros?».

PUB

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os professores sindicalizados do CPES/ES para um Plenário Distrital a realizar no dia 22 de Outubro, pelas 21.30 horas na Escola Comercial e Industrial de Setúbal com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Informações

2 — Eleição do Secretariado Distrital Provisório.

O Secretariado Geral do Sector

Nacional

C.R. debateu disciplina e coesão nas F.A.

Embora com a classificação de rotina prolongou-se até bastante tarde a reunião de ontem do Conselho da Revolução, a qual terá permitido um certo avanço na resolução do problema. Três dos quatro pontos referidos no comunicado divulgado no final dizem respeito à situação nas Forças Armadas que neste momento são alvo de múltiplas tentativas de desestabilização por parte das forças de direita.

Na sua longa reunião o Conselho começou por «ouvir exposições dos chefes de Estado-Maior sobre a situação existente em cada um dos ramos das Forças Armadas, tendo depois procedido à análise da situação militar».

No âmbito dessa análise, à

qual seria dedicada grande atenção, o Conselho «apreciou a eficácia das medidas em curso nas Forças Armadas que visam a sua estabilidade e coesão para, em completo respeito e solidariedade com a vontade livremente expressa pelo povo português, obter o seu empenhamento na intransigente defesa do regime institucionalizado no País».

Outro ponto considerado importante e como tal «detalhadamente tratado», diz respeito a tomadas de posições políticas referentes a militares ultimamente verificadas, «bem como a posições políticas assumidas por alguns membros das Forças Armadas, tendo relativamente a estes últimos, sido analisados os aspectos de disciplina e ética militar que com eles estão relacionados».

O Conselho da Revolução apreciou também o «desenvolvimento da situação política verificado desde a última reunião».

COMISSÃO CONSTITUCIONAL VAI TOMAR POSSE

Cerca da meia-noite, num intervalo da reunião do Conselho da Revolução, o capitão Sousa e Castro teve o habitual encontro com os representantes dos órgãos da Informação, respondendo a várias perguntas que lhe foram apresentadas.

Sobre as reuniões efectuadas por oficiais do quadro per-

manente oriundos do quadro de milicianos, Sousa e Castro, sem retirar aos referidos oficiais as razões que no plano profissional possam invocar a seu favor, sublinhou que, «havendo militares que fazem reuniões clandestinas, os mesmos caem sob a alçada do regulamento disciplinar». Segundo Sousa e Castro, na abordagem deste problema pelo C. R., foram consideradas duas ópticas distintas: a que advém da sua natureza de carácter profissional e aquela que se relaciona com as infracções de ordem disciplinar cometidas pelos militares em causa na sua reivindicação, mas o Conselho não atribuiu ao problema «qualquer significado político relevante».

A um jornalista que quis saber se na análise da situação política os conselheiros se haviam debruçado sobre «as noticiadas divergências no seio do Partido Socialista» Sousa e Castro perguntou se seria possível analisar a situação política deste País sem falar do partido maioritário que está no Governo. Acrescentaria que se tinha chegado a um consenso sobre o assunto.

O porta-voz do Conselho da Revolução desmentiu depois que tivesse havido uma segunda carta de Pires Veloso para o Conselho. Existia apenas uma carta que seguiu os canais hierárquicos normais, foi lida numa reunião «e não motivou qualquer drama».

O capitão Sousa e Castro negou também que tivesse sido defendido no C. R. o afastamento de Pires Veloso do cargo que ocupa, atitude que «seria incorrecta, uma vez que para esse efeito existem os dispositivos hierárquicos competentes». Considerou que os comentários da imprensa sobre o assunto obedeciam às posições normalmente assumidas pelos jornais que os efectuaram.

Respondendo a outra pergunta sobre uma campanha que alguns sectores militares estariam a fazer no sentido de ser atribuída uma condecoração ao tenente-coronel Maggiolo Gouveia, o porta-voz do C. R. revelou que está a ser feito, no âmbito do Exército, um inquérito que permitirá apurar o que foram as actividades das forças militares portuguesas em Timor após o 25

de Abril. Só desse inquérito poderão ser extraídas conclusões sobre o caso de Maggiolo Gouveia ou quaisquer outros relacionados com a actuação das nossas tropas naquele território.

Evidentemente que o capitão Sousa e Castro respondia de uma forma diplomática e oficial sobre um caso que já foi amplamente ventilado e em relação ao qual se sabem já muitas coisas.

Quanto à tomada de posse da Comissão Constitucional foi revelado que ela se realizará dentro de dias mas não está fixada ainda a data devido à deslocação que o Presidente Ramalho Eanes fez à Madeira.

Finalmente Sousa e Castro referiu-se ao caso surgido à volta do julgamento de um agente da extinta P. I. D. E./D. G. S., por virtude de o tribunal ter considerado inconstitucional a legislação sobre o julgamento dos agentes dessa corporação, e afirmou que o Conselho considera que o julgamento vai ser feito, aguardando-se apenas a confirmação ou não confirmação da alegada inconstitucionalidade por parte do Supremo Tribunal Militar. Cabe ao Conselho da Revolução e à Comissão Constitucional a última palavra sobre o assunto.

Entretanto para alguns observadores, a reunião de ontem do C. R. foi considerada como muito importante para a clarificação de certos problemas das Forças Armadas e isso mesmo ressaça de uma leitura atenta dos termos do comunicado emitido.

O CASO DAS MINAS DA PANASQUEIRA

Governos de Portugal e Cabo Verde envolvidos na solução do conflito

O alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde que tem estado em Portugal a tratar da solução do grave conflito surgido nas Minas da Panasqueira entre mineiros dos dois países regressa esta noite à Praia após haver contactado as autoridades portuguesas e elaborado um relatório com a perspectiva cabo-verdiana da questão.

O assunto passa, assim, para a alçada directa dos dois governos para se tentar uma solução concertada. Enquanto isso, há dois dados de facto já assentes: Cabo Verde não aceita, de maneira nenhuma, o repatriamento colectivo e exigirá, em tribunal, a responsabilização criminal dos indivíduos que estiverem directamente envolvidos no assassinato do cidadão cabo-verdiano morto nas Minas da Panasqueira. Tudo isto, mais os problemas sociais e profissionais que se levantam, assim como a colocação de alguns noutros postos de trabalho e o regresso dos que não pretendem permanecer mais tempo em Portugal, será feito de acordo com os dois governos no intuito de não prejudicar as óptimas relações entre as Repúblicas de Portugal e de Cabo Verde.

Na terça-feira regressará a Lisboa o embaixador Corsino Fortes e, ou ele ou Renato Cardoso, que tem tratado o problema com o Governo português, darão andamento final à questão para se ultrapassar o impasse e resolver a situação dos 132 mineiros e seus familiares que se encontram ainda em Santa Margarida.

A situação dos mineiros em Santa Margarida é ingrata e susceptível de causar preocupações e de aumentar a tensão e frustração gerais. São trabalhadores inactivos, aglomerados em aquartelamento militar e sem perspectiva clara do seu futuro.

Além disso, vários deles querem regressar imediatamente a Cabo Verde e a presença em Santa Margarida pode desmobilizá-los. Pessoal da embaixada esteve com eles em diversas circunstâncias e isso contribuiu, de certo modo, para lhes acalmar o espírito e para manter a coesão entre eles. Nos últimos dias dois funcionários têm permanecido no aquartelamento elaborando relatórios individuais dos trabalhadores para se conhecer a sua situação em relação à empresa (direitos laborais), as aptidões profissionais e saber do desejo de permanecerem em Portugal ou regressarem a Cabo Verde.

Propriamente quanto à evolução da questão e à forma como ela foi tratada na imprensa portuguesa, um informador da embaixada considera que o caso foi empolado e tratado como se os responsáveis fossem, à partida, os cabo-verdianos, com a agravante de se assemelhar a uma responsabilização colectiva de 150 pessoas, muitas delas a viverem há muitos anos em Portugal e nas próprias Minas sem quaisquer problemas. Isto terá chocado por se tratar de um critério discriminatório e de base racial.

Os mineiros cabo-verdianos eram contratados em termos tais que a empresa tinha o direito de os despedir à menor causa, nomeadamente pelo seu comportamento fora do local de trabalho propriamente dito. Fazia-se, além disso, o possível para os colocar numa situação de dependência e medo o que os forçaria a serem dóceis e a obedecer sem colocar problemas.

URGE ACELERAR A RESOLUÇÃO DA QUESTÃO

Com o 25 de Abril e com as tentativas bem sucedidas para os enquadrar profissionalmente e numa perspectiva política nacionalista, com a actuação dos trabalhadores emigrantes ao lado dos trabalhadores portugueses na exigência de melhores salários e condições de trabalho, os emigrantes deixaram de interessar à empresa até porque passou a contar com a mão de obra de reserva saída das ex-colónias. Por outro lado, notou-se uma certa preocupação para não deixar alastrar a tensão

passando-se a despedir, lentamente, os emigrantes, geralmente através da não renovação dos contratos de trabalho. Este era um pequeno grupo das centenas que chegaram a trabalhar nas Minas da Panasqueira.

Independentemente do conflito em si torna-se fácil notar que a culpabilidade é sempre individualizada e isto em relação às duas partes envolvidas. Nunca poderá determinar-se em termos de nacionalidade. Os responsáveis de cada lado já estão identificados. Cabo Verde vai exigir à empresa o cumprimento das leis de trabalho aplicáveis ao caso ao mesmo tempo que está disposto a demandar criminalmente os responsáveis directos pelo assassinato do cidadão cabo-verdiano.

O repatriamento colectivo não será aceite, de maneira nenhuma; mas ter-se-á sempre em consideração a necessidade de evitar quer problemas para a comunidade cabo-verdiana em Portugal, quer a perturbação das muito boas relações com o nosso País. Vai tentar-se resolver a situação em conformidade com os vários acordos celebrados entre Portugal e Cabo Verde.

Em termos laborais, a lei a aplicar é a lei portuguesa. Estão a ser feitos contactos para elaborar um método de defesa dos direitos adquiridos. A empresa será também contactada para o acerto de contas. De momento os trabalhadores afirmam estar interessados em voltar aos seus locais de trabalho mas as condições de segurança, da responsabilidade da empresa e das autoridades,

PUB

Comissão Eleitoral Unitária (C. E. U.) do Concelho de Setúbal COMUNICADO

Como é do conhecimento geral, a C. E. U., de Setúbal, constituída por um vasto grupo de cidadãos declaradamente antifascistas, propõe-se dinamizar o processo eleitoral neste concelho e suas freguesias de forma a que as listas dos candidatos aos órgãos do poder popular local sejam constituídas por pessoas ligadas às organizações populares de base, e de trabalhadores.

Mas por força da lei só os partidos políticos, suas coligações ou frentes podem concorrer à Câmara e à Assembleia Municipal. Assim a C. E. U. optou pela solução de se apoiar na frente eleitoral «Povo Unido», cujos princípios considera conforme com os interesses locais dentro da unidade que se pretende.

Com vista a iniciarmos os nossos contactos com a população de Setúbal, anunciamos a realização de uma

SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL UNITÁRIA DE SETÚBAL

No próximo dia 24 no Clube Naval Setubalense, pelas 16 horas, com a presença de:

José Manuel Tengarrinha, Jaime Serra e outros elementos da Comissão Nacional.

Haverá canto livre.

A C. E. U. DE SETÚBAL

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE FARMÁCIA ANÚNCIO

O ano lectivo 1976/1977 na FACULDADE DE FARMÁCIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA tem início no próximo dia 2 de Novembro.

Faculdade de Farmácia de Lisboa, 18 de Outubro de 1976.

Pel'O Conselho Directivo,

Maria Isabel Dionísio Barroso Costa Alves

Isabel Maria Guerra de Oliveira Serra

Nacional

MSU SOBRE AS ELEIÇÕES

Populações têm de participar na feitura de listas

O Movimento Socialista Unificado emitiu um longo comunicado no qual toma posição sobre as próximas eleições para as autarquias locais, afirmando a necessidade de participação organizada das populações na feitura de listas de candidatos.

Segundo o MSU, «a actual situação de divisão e parcelização do movimento popular e a política sectária ainda seguida por muitas organizações políticas representativas dos trabalhadores impossibilita a constituição de uma grande frente unitária que congregue

todos os trabalhadores antifascistas e anticapitalistas para uma participação efectiva no próximo acto eleitoral».

Apesar disso, o MSU considera importante a «ultrapassagem de sectarismos e divisões artificiais», através das organizações do poder popular (comissões de moradores, trabalhadores e Conselhos de Aldeia), que deverão promover listas saídas da mobilização popular e distinguindo claramente o papel dos órgãos do poder local integrados no aparelho de Estado da burguesia

e o das organizações populares.

O MSU afirma ainda que a constituição destas listas permitiria «uma luta sem tréguas contra as listas dos partidos de direita (PSD e CDS)», desde que apresentem uma «proposta alternativa concreta assente no respeito pela democracia de base e na constante participação organizada dos trabalhadores na resolução dos seus próprios problemas concretos».

Referindo também que todos os partidos vão prometer a re-

solução completa dos problemas dos trabalhadores, o comunicado do Movimento Socialista Unificado afirma que «os trabalhadores têm de discernir quem é que está disposto a servir os seus interesses e a incentivar a participação popular na resolução dos problemas concretos e quem é que, prometendo tudo, quando se encontra instalado nas autarquias locais esquece as promessas e não resolve os problemas do povo, antes pelo contrário, ainda os agrava mais».

PRORROGAÇÃO DO PRAZO — PORQUÊ?

“Povo Unido” estigmatiza procedimento do Governo

Em comunicado ontem distribuído a Comissão Coordenadora da Frente Eleitoral «Povo Unido» denuncia o procedimento do Governo ao decidir pela prorrogação do prazo para a apresentação legal das candidaturas para os órgãos de poder local.

«Este adiamento (...) não é uma questão de índole técnica, mas tem causas evidentemente políticas com implicações graves no desenrolar do processo eleitoral e podendo afectar o próprio cumprimento da data fixada pela Constituição da República» — acusa o comunicado da «Povo Unido» que adianta ainda para o que isto manifesta de «grave desconsideração pelos sacrifícios materiais e humanos que têm sido desenvolvidos por milhares de cidadãos com dedicação e entusiasmo para o cumprimento de prazos legais».

Considerando que estas alterações demonstram «ligeireza de procedimento» e põem em causa «a isenção e capacidade das entidades responsáveis, introduzindo um factor de insegurança no processo eleitoral e iludindo as expectativas dos cidadãos em relação a um acto tão importante», o comunicado termina exigindo que sejam claramente explicadas ao País as razões que motivaram esta decisão e sublinhando a necessidade de ser referendada a unidade entre os democratas na resolução dos seus problemas comuns.

As razões da prorrogação do prazo não são explicadas no comunicado de hoje do Conselho de Ministros. A Frente «Povo Unido» aponta, no entanto, para que as alterações decididas tenham ligação com «conveniências circunstanciais de ordem partidária».

COMO TODA A DIREITA

PPM preconiza outro Governo

Dirigentes do PPM, Partido Popular Monárquico, declararam ontem em conferência de imprensa a necessidade da formação dum «governo de salvação nacional formado por democratas competentes». Este Governo deveria substituir o actual formado pelo PS. «A crise evidente e latente do PS não permite que o actual Governo governe» — afirmou Ribeiro Teles. Este dirigente lançou um apelo aos partidos

representados na Assembleia da República no sentido de promoverem «a mobilização dos recursos políticos e humanos» com vista à formação do almejado elenco. Deste fariam parte «Valores pessoais de reconhecida competência, venham de onde vierem desde que sejam democratas». Uma concessão: a presidir ao Conselho de Ministros ficaria um representante do partido maioritário.

Os dirigentes do PPM falam de outros temas pertinentes no momento actual, criticando a orientação política seguida pelo Gabinete de Mário Soares. Ficam a sugestão de que o actual Governo deve ceder o lugar a outro que o substitua e as indicações a este referentes. A sugestão do PPD insere-se, evidentemente na campanha que as forças de direita vêm desenvolvendo no sentido de dividir o PS, e, por este meio, precipitar a queda do actual Ministério para o substituir por outro que inflita decisivamente para a direita a evolução da conjuntura política em Portugal.

“Vilaverdense” processado

«Não poderá haver mais tolerância para aqueles que fazem da manipulação e intoxicação da opinião pública, uma arma ao serviço dos projectos políticos totalitários» — afirma, num comunicado, a Secretaria de Estado da Comunicação Social, na qual dá a conhecer a instauração de um processo judicial contra o quinzenário «O Vilaverdense».

O comunicado sublinha ainda que «certas publicações teimam em albergar nas suas colunas o mais desenfreado reaccionarismo, algumas das vezes mascarado com roupagem de esquerda irresponsável e festiva».

«O recurso às cabalas — conclui — e às mentiras mais torpes é uma forma de destruição das conquistas e dos direitos fundamentais do povo português, que o Governo constitucional não permitirá».

Missão da O.M.S. ultima trabalhos

Termina esta semana os seus trabalhos a missão da O. M. S., Organização Mundial de Saúde, em Portugal para analisar a situação portuguesa quanto a saneamento básico e elaborar um relatório com vista a uma possível recomendação a órgãos financeiros internacionais para o eventual financiamento deste sector.

Até ao próximo sábado, os elementos que compõem a missão deverão fazer os últimos contactos com entidades oficiais a vários níveis e procederão à esquematização do relatório final que oportunamente será entregue ao Governo Português.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 1.ª Vara ANUNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que começará a contar da 2.ª publicação deste anúncio.

Execução de sentença condenatória. N.º 4968-F. 1.ª secção Exequentes — Dr. Luís de Carvalho e Oliveira, advogado.

Executado — Herdeiros incertos de Alice Augusta May Totta e irmã Amélia Augusta May Totta de Sousa, residentes que foram na Vivenda Rafaela, Azelnhas do Mar-Sintra.

Lisboa, 8 de Outubro de 1976

O Corregedor, (António Manuel de Lemos Garcia da Fonseca)

O Escrivão de Direito, (João Alves)

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 6.º Juízo ANUNCIO

O Doutor José da R. L. Martins Alves, Meritíssimo Juiz de Direito do Sexto Juízo Cível da comarca de Lisboa, FAZ SABER QUE neste Juízo e primeira Secção, nos autos de pedido de habilitação de sucessores requeridos por CIMPOMÓ-EL — Comércio Importador de Automóveis e Acessórios, S.A.R.L. contra os incertos do falecido réu José dos Santos Coutinho, que foi domiciliado em Lisboa na Avenida 5 de Outubro, n.º 142, 1.º, do 2.º, correm editos de trinta dias, contados da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando aqueles incertos para, no prazo de oito dias, contestarem a habilitação, sob pena de virem a ser julgados sucessores daquele falecido, para com eles prosseguir a causa principal, conforme tudo melhor consta da respectiva petição inicial, cujo duplicado se encontra junto por linha aos autos. Para constar se passou este e mais dois de igual teor para serem devidamente afixados. Lisboa, treze de Outubro de mil novecentos e setenta e seis.

Verifiquei: O Juiz de Direito, (José Guilherme R. L. Martins Alves) O escrivão, (António Moreira)



PUB

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL MOÇÃO

Considerando que após dois anos e sete meses do 25 de Abril os Pides aguardaram comodamente em suas casas à espera dos julgamentos sem que o Governo se apresse a dar andamento aos mesmos julgamentos!

Considerando que os bombistas não foram imediatamente julgados pondo assim em perigo a vida de todos os trabalhadores!

Considerando que o Governo pede trabalho e os Juizes prendem os trabalhadores; considerando que um motorista e um cobrador dos Claras protestaram que um carro do sr. dr. Juiz da Comarca da Golegã está estacionado contra a lei em verdadeira transgressão!

Considerando que o mesmo Juiz foi chamado, para tirar o carro pondo assim em atraso dezenas de trabalhadores por o autocarro não poder levar os trabalhadores aos seus empregos!

O mesmo Juiz «chateado» com o vexame deu ordem de captura ao motorista e cobrador, julgando-os imediatamente com as seguintes penas: 3000\$00 de multa ao motorista e 15 dias de prisão ao cobrador.

Movendo-se o Sindicato das Garagens e os trabalhadores seus associados exigiram embora com recurso a imediata liberdade do seu camarada.

Em plenário, em Torres Novas, foi aprovada pelos trabalhadores como medida imediata a suspensão do itinerário que se faz dentro da Golegã, junto à agência.

Que quando o cobrador Vítor Fanha Rodrigues for a julgamento que não vá só, porque derivado à injustiça praticada pelo competentíssimo Juiz, os trabalhadores da R.N. irão nesse dia todos ao Tribunal para que sejam julgados juntamente com o seu camarada.

Cópia desta moção será enviada aos jornais «D.P.», «O Diário», «Diário de Lisboa», «Capital», Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho, Primeiro-Ministro, Presidente da República e Assembleia da República.

ESTA MOÇÃO FOI APROVADA POR UNANIMIDADE E ACLAMAÇÃO

Torres Novas, 19 de Outubro de 1976

O PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

José Eduardo M. Borges

Livraria SEARA NOVA

VIRGÍLIO MARTINHO

Estará presente para conversar a propósito do lançamento do seu livro «O CONCERTO DAS BUZINAS» e autografar exemplares da sua obra, a partir das 18.00 horas de 6.ª feira, dia 22 na

LIVRARIA SEARA NOVA RUA CONDE REDONDO, 38 - A

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE CELULOSE, PAPEL, CARTONAGEM E AFINS

ZONA SUL

MOÇÃO

Os trabalhadores da Zona de Lisboa reunidos em 19-10-1976, para discussão e aprovação do Projecto de Regulamento do Congresso de todos os Sindicatos, decidiram:

— Apoiar a constituição da CNOP e os seus esforços para organizar o Congresso de todos os Sindicatos.

— Repudiar as organizações que procuram dividir os trabalhadores com o objectivo de destruir a Central Sindical Única de todos os trabalhadores, nomeadamente os subscritores da chamada «Carta Aberta».

— Apelar para que a realização do Congresso contribua para reforçar a Unidade de todos os trabalhadores.

— Foi também aprovada a divulgação desta Moção aos Órgãos de Informação.

Lisboa, 19 de Outubro de 1976

Pela Direcção do Sindicato

(1)

Nacional

AÇORES, 1976

O homem de uma perna só

Dias de Melo

Era um homem que tinha uma perna só (sem ser o *pirata da perna de pau, do olho de vidro, da cara de mau*). A outra fora-lhe amputada, com gangrena, pela articulação do fémur com o olíaco.

E o homem de uma perna só estava do lado de fora da porta da taberna, pudicamente baptizada de café — *Café Canioca* —, sentado na cadeira de rodas que a Assistência lhe dera.

Não devia fumar — mas fumava tabaco rasqueiro. E o fumo do cigarro dançava-lhe diante dos olhos de furão e envolvia-lhe a cara de fuinha com uma barba oirada de muitos dias por fazer.

Vestia andaina de cotim velho e revelho, surrado e mais que surrado. No pé da perna que lhe restava, trazia, sem sapato, meia castanha toda repassada a linha preta.

Estivera com ele no hospital. Daí, uma certa intimidade existente entre nós. E em nome dessa intimidade, quando voltei a esquina e o vi ali sentado na sua cadeira de rodas, perguntei-lhe:

— Então isso como vai?

Ficou a olhar-me com os seus olhinhos de furão, levou o cigarro uma vez mais aos lábios gretados, puxou uma fumacê profunda e disse:

— Vamos indo... Com muitas dores, mas vamos indo...

— Pois... pois...

Não me ocorriam outras palavras e apercebia-me de que o homem de uma perna só esperava de mim alguma coisa mais.

É difícil, a quem tem saúde, mesmo que alguma vez a não haja tido, falar àqueles que a perderam. Pior ainda àqueles que a perderam para sempre. As chamadas palavras de consolo não passam de balões sem ar. Sabe-o, sente-o, quem as diz. Melhor o sabe, melhor o sente, quem as ouve e aquelas a quem elas são dirigidas. Por isso me amargava o que dissera. E, como que a fugir talvez de mim, talvez do homem de uma perna só, talvez sem que soubesse bem de quê, ia enfiar-me na taberna.

Porém, o homem de uma perna só deteve-me, com o

gesto, com o olhar, com a fala:

— O senhor sabe-me dizer porque é que a caixa me não paga há mais de três meses?

E imprimia ao que acabava de dizer, assim sem mais nem menos e sem qualquer propósito, a violência da pedrada que se atira a quem nos rouba o que é muito nosso.

Eu fiquei sem atinar com que responder-lhe. Aquele homem de uma perna só não pode trabalhar. Não tem onde cair morto. Tem mulher. Tem filhos pequeninos. E, acabava de o afirmar, há três meses que não recebe nem um tostão da caixa que lho deve pagar... Foi quase a gaguejar, como se também tivesse o meu quinhão de culpas na sua desgraça (tê-lo-ia, na realidade?), que adiantei:

— Eu não entendo nada dessas coisas da caixa...

(Uma justificação?... Um sacudir à água do capote?)

Ele não acreditava que fosse bem como acabava de lhe dizer:

— O senhor, que sabe ler, que tem estudos, sempre me há-de poder dizer alguma coisa... Talvez até dar lá àqueles senhores da caixa e uma palavrinha por mim...

É verdade que sei ler e escrever. É verdade que estudei, que tenho um curso, modesto embora, e três ou quatro diplomas inúteis metidos na gaveta. Mas também é verdade que nada disso me valia nem vale para ajudar aquele homem de uma perna só naquilo em que ele queria ser ajudado. E perguntei-lhe:

— Que caixa é que lhe paga?

(Porquê a minha pergunta? Por exibir um interesse que antecipadamente sabia ser inútil?... Um interesse que — pão, pão, queijo, queijo — talvez nem chegasse a existir dentro de mim?... Por me justificar de qualquer coisa que sei não ter justificação nenhuma?)

O homem de uma perna só olhou-me, com olhos assarapantados:

— Que caixa?! A caixa!!!

— Era como se dissesse: Ora que madureza! A caixa é a caixa! Então tu não sabes?

E prosseguiu:

— Eu era empregado da Câmara, varredor. Adoei, fiquei sem esta perninha, mandaram-me para a caixa. Na caixa, deram-me de uma vez seis contos, o dinheiro não sei de quantos meses. E agora, há três meses que me não dão nem a ponta de um cornio... Ora, diga-me lá o senhor como é que um homem se há-de determinar...

Pois é... Que havia eu de lhe dizer? Que havia eu de fazer? O quê?! E quem está aí que possa dizer e fazer alguma coisa por aquele homem de uma perna só?

E ele, com seus olhos de furão muito espantados nos meus: — Parece que o senhor é do partido dos pobres...

Baixo os olhos, numa indecisão embaraçosa...

Que sou do partido dos pobres...

Quem foi que to disse? Terão, acaso, falado verdade? E a que partido poderemos nós chamar, com exactidão, o partido dos pobres?

O certo é que te disseram que eu sou do partido dos pobres... E disseram-to porque o dizem. E só por isso — só porque o dizem — a minha seria a pior das recomendações para ti, meu bom amigo de uma perna só. Para ti, ou para qualquer outro desgraçado como tu.

Pelo menos, nesta cidade de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, Açores.

PUB

CAMARA MUNICIPAL
DE LISBOA

EDITAL N.º 88/76

Eu, MANUEL ANTÓNIO Madeira, Vice-Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, faço saber que correm editos de 30 dias, contados da segunda publicação deste Edital, intimando nos termos do artigo 10.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, JOSÉ GUEDES PINTO MACHADO, residente em parte incerta co-proprietário do prédio situado na Rua Garrett, 100/122, tornej. Rua Serpa Pinto, 19/19-K e frente Travessa da Trindade, 1/23, a cumprir com as conclusões do auto de vistoria de 6/6/74, que se transcreve na parte interessada:

«Visitado o local (106) a Comissão em exercício verificou que o acesso à chaminé da Pastelaria Benard, não possui telhas passadeiras. Também a escada de acesso tem o patim de reduzida área e não tem corrimão de segurança. Se atendermos a natureza do trabalho a que se destina, as aberturas da embocadura da chaminé são de reduzidas dimensões. Em face do exposto, a Comissão é de parecer que deverá ser determinada a execução de obras necessárias por forma a serem cumpridas as disposições regulamentares em vigor.»

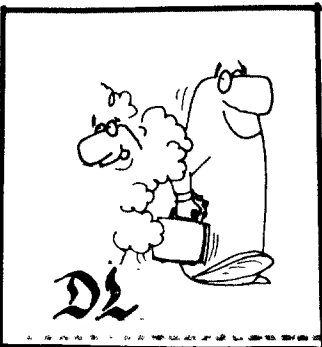
As obras deverão ser iniciadas no prazo de 15 dias, findo o dos editos, e concluídas nos 30 dias seguintes.

NOTA I: — Obras isentas de licença nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 166/70.

NOTA II: — Nesta data já se encontram intimados os outros co-proprietários.

Paços do Concelho de Lisboa, em 15 de Outubro de 1976

O VICE-PRESIDENTE,
Manuel António Madeira

—INATEL—
TURISMO SOCIAL

O INATEL informa que os trabalhadores e seus familiares, que o desejarem, poderão participar nas seguintes excursões:

Serra de Montejunto	— 7 de Novembro
Vale do Vouga	— 13 e 14 de Novembro
Barragens Alentejanas	— 21 de Novembro
Évora e Vila Viçosa	— 21 de Novembro
Fim de semana na Figueira da Foz	— 27 e 28 de Novembro
Palácios Nacionais	— 28 de Novembro
Fim do Ano em Madrid	— 30 de Dezembro a 2 de Janeiro
Fim do Ano em Londres	— 26 de Dezembro a 2 de Janeiro

Para efeitos de inscrição ou informações, os interessados devem contactar, com a maior brevidade, os serviços de Turismo Social do INATEL — Calçada de Santana, 180, ou pelo telefone 53 88 71.

Lisboa, 15 de Outubro de 1976.

PUB

Sindicato dos Trabalhadores
Metalúrgicos e Metal-Mecânicos
do Distrito de Leiria

VIEIRA DE LEIRIA — TELEFONE 65 101

MOÇÃO

Os trabalhadores Metalúrgicos do Distrito de Leiria, na Marinha Grande, reunidos em Assembleia Geral, promovida pelo seu Sindicato em 15/10/76, para análise e discussão do Regulamento do Congresso de todos os Sindicatos decidem:

- 1.º Dar todo o apoio ao projecto apresentado pela CNOP
- 2.º Repudiar qualquer tentativa que vise diluir a representatividade das Direcções Sindicais com base na demagogia basista que levada à prática mais não pretende do que protelar a realização do Congresso de todos os Sindicatos.
- 3.º Afirmar o seu total apoio ao voto colectivo por Sindicato como forma de impedir a participação das votações.

Aprovado por maioria com uma abstenção.

Marinha Grande 15/10/76

MOÇÃO

Os trabalhadores Metalúrgicos do Distrito de Leiria reunidos em Assembleia Geral, na Marinha Grande em 15/10/76 decidem:

Dar total apoio à luta dos trabalhadores da Panificação, responsabilizando o Ministério do Trabalho por não ter solucionado o grave problema dos trabalhadores deste sector

Aprovado por unanimidade.

EM VILA REAL

Trabalhadores agrícolas
sujeitos
a despedimentos
abusivos

VILA REAL, 21 — Trabalhadores agrícolas deste distrito de Vila Real enviaram uma moção aos órgãos de poder na qual exigem que se cumpra a Constituição e o programa do Governo assim como as normas mínimas existentes sobre a legislação do trabalho. Durante a reunião em que a moção foi aprovada os trabalhadores referiram-se à exploração de que são vítimas.

Um membro da direcção do Sindicato, ao usar da palavra, salientou que muitos trabalhadores estão a ser frequentemente despedidos sem justa causa «só porque se inscreveram no Sindicato ou trataram de saber a sua situação na Caixa». Foi também divulgado na reunião que alguns milhares de trabalhadores rurais do Norte continuam a ganhar entre 60 e 100 escudos diários, sem horários, sem férias sem previ-

dência e ainda para agravar o seu problema estão sujeitos a despedimentos abusivos.

«Somos esquecidos, explorados e desprezados... Há cerca de três anos que os trabalhadores agrícolas do Norte e Centro do País aguardam que os órgãos de soberania cumpram as suas promessas», assinala-se na moção. Mais adiante acrescenta-se que o Primeiro-Ministro nem sequer respondeu ao pedido de audiência que lhe foi feito em 6 de Agosto pelos trabalhadores agrícolas dos distritos do Porto, Vila Real, Coimbra e Viseu. Por outro lado o ministro do Trabalho também ainda não se pronunciou sobre a exposição que os trabalhadores lhe enviaram em 19 de Setembro.

Entretanto o Governo que se tinha comprometido a apresentar uma legislação, até 15 de Outubro, ainda não o fez.

Nacional

VII ENCONTRO DIPLOMADOS EX-ESCOLAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

I. S. E. F. — CRUZ QUEBRADA

23 E 24 OUTUBRO

INÍCIO ÀS 15 HORAS DE SÁBADO

COMPARECE

A COMISSÃO DE DIPLOMADOS

Gulbenkian institui prémios para Ciência e Tecnologia

«Estimular a criatividade no trabalho de investigação em Portugal» é o objectivo perseguido pela Fundação Gulbenkian ao instituir um prémio anual para trabalhos de Ciência e Tecnologia, sendo aqueles dois domínios considerados alternadamente ano a ano. Com efeito, o referido prémio, no valor de cem contos, será pela primeira vez atribuído em relação a trabalhos produzidos e apresentados durante o corrente ano de 1976.

De acordo com a ordenação contida no regulamento que tem estado em distribuição, o prémio de 1976 será referido a trabalhos no campo das Ciências da Natureza, seguindo-se: 1977, trabalhos de Tecnologia; 1978, trabalhos no domínio das Ciências Lógico-Discretivas; 1979, Tecnologia; 1980, Ciências Humanas;

1981, Tecnologia.

Será condição prioritária na apreciação dos trabalhos concorrentes o que neles se contiver como contribuição de aplicação imediata para a solução efectiva de problemas nacionais relacionados com o desenvolvimento.

A entrega dos trabalhos deverá ser feita até ao dia 31 de Dezembro do ano corrente, devendo anunciar-se até final de Março de 1977 a decisão

do júri. Conforme consta do regulamento aprovado e divulgado, serão admitidos trabalhos inéditos ou aqueles que, embora já publicados, o vierem a ser durante o último trimestre de 1976.

O regulamento destes dois prémios deverá ser requisitado pelos respectivos candidatos, no Serviço de Recepção da Fundação Gulbenkian, na Av. de Berna, 45, dentro das horas normais do expediente.

"Marketing" numa série de seminários

Uma série de seminários ligados ao tema genérico «Exportação» serão realizados em Lisboa, no decorrer dos meses de Novembro e Dezembro próximos, pelo Gabinete de Estudos Económico-Sociais.

Com o título «As pesquisas de mercado e «marketing» nos países socialistas», o primeiro destes seminários será realizado no final de Novembro e terá como base a exposição da professora Magdalena Hoffman da Universidade de Ciências Económicas Karl Marx de Budapeste.

De 3 a 20 de Novembro e de 11 a 18 de Dezembro serão realizados mais dois seminários, um sobre «marketing» e financiamentos para a exportação de produtos e mercados especiais e outros sobre pesquisas de mercado dos produtos portugueses no Mercado Comum. Estes cursos serão orientados pela doutora Schot e dr. Backes, ambos da Universidade de Colónia, da Alemanha Federal.

Outro professor da referida Universidade, Perlitz, realizará

um seminário sobre «Como financiar as exportações nos mercados externos».

Por último, de 15 a 19 de Novembro, será realizado um curso sobre «Pesquisas de mercado para gestores de empresas», pelo professor Hawkins da Universidade de Oregon, dos E. U. A.

Na primeira semana de Dezembro, os professores Kenneth Simmons e Philip Law encerrarão esta série de cursos com um seminário avançado sobre «Marketing management».

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA HOTELARIA, TURISMO, RESTAURANTES E SIMILARES DO SUL CONVOCATÓRIA

ELEIÇÕES A 22 DE OUTUBRO

Convoca-se ao abrigo do Artigo 32.º, a ASSEMBLEIA ELEITORAL, constituída por todos os trabalhadores, que nesta data tenham dezoito ou mais anos, estejam em pleno uso dos seus direitos Sindicais e tenham pago as suas quotas nos meses de Junho e Julho, para fins do disposto na alínea a) do Art.º 31.º dos estatutos.

ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES

A eleição para os Corpos Gerentes efectuar-se-á no dia 22 de Outubro, de 1976 p.f., sexta-feira, entre as dez e as vinte e três horas nas seguintes mesas de voto:

DISTRITO DE LISBOA

- 1.º — Sede do Sindicato — Pateo do Salema, 4 — Lisboa
- 2.º — Cascais — Sociedade Musical de Cascais — Rua Visconde da Luz, 14 — Cascais
- 3.º — Amadora — Sociedade Filarmónica Recreativa da Amadora — Av. Elias Garcia, 142 — Amadora
- 4.º — Sintra — Palácio de Valenças — Visc. Monserrate — Sintra
- 5.º — Moscavide — Sede do Atlético Clube de Moscavide — Rua António Pedro de Carvalho, 5-C — Moscavide
- 6.º — Vila Franca de Xira — Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira — Rua dos Bombeiros Voluntários — Vila Franca de Xira

DISTRITO DE SETÚBAL

- 1.º — Secção Distrital de Setúbal — Av. 5 de Outubro, 75-A — Setúbal
- 2.º — Almada — Ginásio Clube do Sul — Rua Trindade Coelho — Cacilhas
- 3.º — Sesimbra — Biblioteca Municipal — Rua Cândido dos Reis — Sesimbra

DISTRITO DE ÉVORA

- 1.º — Secção Distrital de Évora — Rua da República, 11-3.º — Évora
- 2.º — Estremoz — Bombeiros Voluntários — Rua 25 de Abril — Estremoz

DISTRITO DE BEJA

- 1.º — Secção Distrital de Beja — Largo Diogo Fernandes, 9 — Beja

DISTRITO DE PORTALEGRE

- 1.º — Secção Distrital de Portalegre — Rua do Carmo, 12-2.º — Portalegre
- 2.º — Elvas — Delegação local — Rua Alferes Cristóvão Pinto, 4-E — Elvas

DISTRITO DE SANTARÉM

- 1.º — Secção Distrital de Santarém — Rua do Mercado, 8 — Santarém
- 2.º — Fátima — Casa Betânia — Fátima
- 3.º — Abrantes — Centro Popular Cultural — Largo Nossa Senhora da Conceição — Abrantes
- 4.º — Tomar — Sindicato dos Metalúrgicos — Travessa da Cascalheira, 19 — Tomar

Cada trabalhador votará na Mesa instalada no Distrito onde trabalha.

A identificação dos trabalhadores pode fazer-se pelo Cartão de Sócio, Carteira Profissional e na sua falta por meio de Bilhete de Identidade ou qualquer outro documento de identificação com fotografia.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
a) Alberto Pedro da Costa

NOTAS: A instalação de Mesas de Voto fora da Sede e Secções Distritais estava dependente do acordo entre as Listas concorrentes.

1.º — Todas as Mesas de Voto atrás referidas foram do acordo das três listas candidatas, com excepção da do Concelho de Lisboa, onde por esse facto o presidente da Mesa da Assembleia Geral, ao abrigo do Artigo 100.º e 95.º dos Estatutos, decidiu abrir uma Mesa de Voto com 11 Secções de Voto, na Sede do Sindicato.

2.º — Junto das Mesas de Voto, serão entregues a cada sócio votante, as três listas concorrentes e um impresso de um talão a preencher obrigatoriamente com o nome legível e o número do documento de identificação exibido.

3.º — Os sócios a quem a entidade patronal desconta a quotização, sem contudo a enviar ao Sindicato, podem votar mediante a apresentação do recibo do vencimento, comprovativo de que a quota lhe foi descontada.

APELO

Todos os trabalhadores da Indústria Hoteleira, devem participar na vida do seu Sindicato, indo votar na próxima sexta-feira, para Eleição dos Corpos Gerentes nas segundas ELEIÇÕES LIVRES E DEMOCRÁTICAS NA EXISTÊNCIA DO NOSSO ORGANISMO DE CLASSE.

PUB

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE COIMBRA

SERVIÇO DE MATRÍCULAS

Avisam-se os interessados que o prazo das matrículas foi prorrogado até ao dia 30 do corrente.

O «Curriculum» do Bacharelato em Contabilidade e Administração é o seguinte:

1.º ANO

1.º Semestre

Contabilidade Analítica Exp. III
Organização de Empresas
Matemática I
Noções Fundamentais de Direito I
Economia Política I
Introdução às Ciências Sociais I

2.º Semestre

Contabilidade Geral II
Contabilidade Pública
Matemática II
Noções Fundamentais de Direito II
Economia Política II
Introdução às Ciências Sociais II

2.º ANO

1.º Semestre

Contabilidade Geral III
Contabilidade Analítica de Exp. I
Matemática III
Direito Comercial I
Economia Política III
Economia grária

2.º Semestre

Contabilidade Geral IV
Contabilidade Analit. de Explor. II
Matemática IV
Direito Comercial II
Economia Política IV
Contabilidade Agrícola

3.º ANO

1.º Semestre

Contabilidade Analítica Exp. III
Organização Contabilística I
História das Doutrinas Contabil. I
Gestão Financeira I
Matemática Financeira
Fiscalidade de Empresa I

2.º Semestre

Contabilidade Analítica de Exp. IV
Organização Contabilística II
História das Doutrinas Cont. II
Gestão Financeira II
Probabilidades e Estatística
Fiscalidade de Empresa II

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, 15 de Outubro de 1976.

A COMISSÃO DIRECTIVA

Nacional

PARA A INTERVENÇÃO SOCIALISTA

"Esquerda não pode nem deve pôr Governo globalmente em causa"

«A esquerda não pode nem deve pôr o Governo globalmente em causa» — diz o grupo Intervenção Socialista num comunicado. É a propósito da situação política actual que o IS, reconhecendo embora que «a esquerda não poderá ficar indiferente a cedências à direita não impostas pela conjuntura nem a certas manifestações de sectarismo no aparelho de Estado», afirma: «Quer a continuidade do actual Governo, quer as perspectivas futuras de uma dinâmica unitária de esquerda exigem, nas actuais condições do país, a integridade do PS e a sua permanência como partido de maior expressão eleitoral. A direita incumbe fraccioná-lo, ou diminuí-lo, o que, de resto, desesperadamente vem tentando — diz o texto. À esquerda compete, pelo contrário, neutralizar esses propósitos, fazê-los abortar no ovo. É um objectivo capital de toda a esquerda portuguesa que o próximo Congresso do PS saiba resistir às recentes campanhas de direita e, desiludindo as expectativas dela, reforce a unidade do partido, dando plena aplicação aos seus meios internos para enquadrar as naturais divergências e consolidando as condições para a continuidade governamental após esse Congresso».

O IS, certo, preconiza «uma estratégia global da esquerda portuguesa». Mas — acrescenta — «continua a considerar, neste momento, utópica e inadequada à situação actual qualquer pretensão de aplicação no nosso país e noutras situações, como seria o fren-

mo do após-guerra ou o «programa comum de governo». Aquilo que preferimos designar como uma necessária **dinâmica unitária de esquerda** é um objectivo a prazo, cuja prossecução pressupõe, por parte de todas as forças componentes da esquerda portuguesa, o acto de maturidade que é o reconhecimento das suas múltiplas contradições internas e a aposta histórica que é assumi-las, enfrentá-las e extrair delas uma dialéctica de renovação, em lugar de as escamotear e propor soluções que as ignorem».

Acham o IS que mantêm toda a validade a solução segundo a qual «no momento presente, a defesa das perspectivas de um processo de transição democrática para o socialismo — entendido este, nos termos constitucionais, como «o poder democrático dos trabalhadores» — passa pela existência dum governo de exclusiva responsabilidade do PS». Mas — acrescenta o IS — «tal reconhecimento não implica obviamente, o apoio cego e incondicional a todas e cada uma das medidas adoptadas pelo Governo. Pelo contrário, à esquerda que não está subordinada a imperativos de aparelho incumbe uma especial vigilância crítica em relação aos actos do Governo».

FORÇAS ARMADAS: ALTERNATIVA, SÓ DE DIREITA

O grupo IS chama a atenção para «a tentativa de desestabilização sistemática que a direita vem promovendo no seio das Forças Armadas». E diz: «Também não existe alternativa militar ao actual Governo constitucional e qualquer hipótese desse tipo, mesmo que não implicasse um atentado formal à Constituição (...) constituiria uma «militarização» da imagem política do regime que muito aplanaria o caminho para soluções militares autoritárias de direita. A alternativa militar existente é, por isso, imediata ou mediatamente de direita, e daí que alguma direita se revele até disposta a arriscar uma militarização do regime, mesmo que inicialmente

com imagem de esquerda». Diz ainda o IS: «Mais do que desmentir, caso a caso e formalmente, as supostas conspirações, manobras de bastidores e demais caluniosas invenções que as forças de direita vêm imputando à esquerda em geral, é por uma serena coerência de atitudes práticas que esta poderá denunciar os verdadeiros propósitos dessas campanhas e pôr a nu de uma vez por todas quem é que sistematicamente coloca em causa um órgão de soberania constitucionalmente reconhecido; quem é que, impotente para recusar legitimidade constitucional ao Governo, que procura agudizar artificialmente contradições internas, e, a pretexto de inoperância, o convida regularmente à demissão; quem é que tenta estimular quaisquer aventuras militares, como forma de remover esse incómodo obstáculo que é a Constituição da República; quem é que procura reactivar os chauvinismos regionais, pondo em risco o equilíbrio global da Nação, apenas para derrubar o actual poder constituído; quem é que procura a qualquer preço a divisão dos trabalhadores, aproveitando-se das suas actuais dificuldades em pôr de pé uma central sindical única que seja inequivocamente democrática no seu funcionamento interno; quem é que, tendo conduzido o seu combate à Reforma Agrária a pretexto de algumas situações abusivas a que ela deu lugar, desarmado pelas medidas já tomadas no sentido de lhes pôr cobro, passou agora a conduzir o mesmo combate global, mas a pretexto da inconstitucionalidade das leis da Expropriação e da Nacionalização das terras».

«Não se deixando enredar na teia que lhe é lançada não abdicando do seu direito e dever da livre crítica a quaisquer actos do governo ou outros órgãos de soberania — diz o IS, — a esquerda, tendo serenamente presentes os pontos expostos, poderá desempenhar-se cabalmente da sua missão de defesa das conquistas populares e das perspectivas constitucionais de uma transição democrática para o socialismo».



DECORAÇÃO

TUDO PARA O SEU LAR

TECIDOS — ALCATIFAS — PAPÉIS PINTADOS — CARPETES
VELUDOS — PANEUAXS — DECORAÇÕES, ETC.

VENDAS DIRECTAS A PREÇOS DIFERENTES, NO MAIOR,
SALÃO DO PAÍS — GRANDE EXPOSIÇÃO PERMANENTE
EM TECIDOS DE DECORAÇÃO

ASSISTA À EXPOSIÇÃO DIÁRIA
BENTO, RATINHO, LDA.

RUA DOS DOURADORES, 72-1.º — TEL. 32 49 41

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS CONVOCATÓRIA

No cumprimento das deliberações tomadas por unanimidade, da Reunião Geral dos Sindicatos, realizada em 4/9/76 no I. S. T. em Lisboa, convocam-se

TODAS AS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS PORTUGUESAS

para uma Reunião Geral de Sindicatos a realizar nos próximos dias 23 e 24 DE OUTUBRO, COM INÍCIO ÀS 10 HORAS, EM LISBOA, NAS INSTALAÇÕES DA FIL (FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA), à Junqueira,

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Aprovação definitiva do Regulamento do Congresso de todos os Sindicatos
Pela unidade dos trabalhadores
Pela reestruturação da Intersindical Nacional, Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses
- 2 — Eleição da Comissão Nacional Organizadora do Congresso
- 3 — Marcação da data de realização do Congresso
Lisboa, 12 de Outubro de 1976

A COMISSÃO NACIONAL ORGANIZADORA PROVISÓRIA DO CONGRESSO

QUE TODOS COMPAREÇAM

A CNOP apela para todas as organizações sindicais — mesmo as que ainda não tenham participado nos trabalhos preparatórios — para que estejam presentes na reunião geral dada a importância de que a mesma se reveste para a unidade dos trabalhadores portugueses e do seu movimento sindical.

É oportuno realçar que o trabalho desenvolvido por esta comissão e pelas comissões dinamizadoras distritais tem vindo a reforçar a unidade do movimento sindical e permitindo que Sindicatos inicialmente afastados ou alheados dos trabalhos preparatórios do Congresso tenham vindo progressivamente a integrar-se dando assim o seu contributo para o êxito do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses.

COMISSÃO NACIONAL ORGANIZADORA PROVISÓRIA

NOVOS TELEFONES

53 30 42

53 30 59

53 30 88

DO
SINDICATO
DOS TRABALHADORES
TÉCNICOS
DE
VENDAS

RUA DOS ANJOS, 82

LISBOA

Geral

RODÉSIA

Smith em Genebra e críticas nos Comuns a Henry Kissinger

O primeiro-ministro rodésio Ian Smith partiu de Salisbúria com destino a Genebra, onde participará na conferência patrocinada pela Grã-Bretanha sobre o futuro do país. Horas antes da partida do chefe de Governo, que dirige uma delegação de 30 elementos, as forças de segurança rodésianas anunciaram que mais de 15 pessoas foram mortas nas últimas 48 horas em resultado da guerra de guerrilha dos nacionalistas. Prometendo resistir ao **extremismo**, Smith declarou pela Televisão que procuraria a criação de um Governo interino birracial «exactamente no mesmo espírito que levou o Governo a aceitar as propostas apresentadas por Kissinger» em Setembro. «Desejo deixar bem claro acentuado que a nossa intenção será resistir cuidadosamente ao extremismo e ao tipo de conversa selvagem em que alguns dos chamados dirigentes políticos negros têm entrado ultimamente». Cerca de 500 pessoas (ANOF/UPI) proporcionaram a Smith uma calorosa despedida no aeroporto. Observadores de confiança afirmam que Smith terá ainda hoje uma troca de impressões com Ivor Richard, embaixador britânico nas Nações Unidas, que presidirá à conferência.

Entretanto, o Governo rodésiano anunciou a libertação do rev. Henry Kachidza, membro da facção externa do Conselho Nacional Africano, detido há tempos por motivos de segurança. O bispo Muzorewa, um dos quatro dirigentes nacionalistas convidados a participar na conferência de Genebra, tinha solicitado a libertação de Kachidza, assim como a de Enonskala, sobre a qual não

há qualquer referência especial no comunicado governamental hoje divulgado.

KISSINGER NÃO, KISSINGER SIM

Ontem, na Câmara dos Comuns, Anthony Crosland, ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, preveniu que o malogro em conseguir a implantação do poder na maioria negra na Rodésia conduziria «à confusão, ao caos e à tragédia» no subcontinente africano.

Por sua vez, Reginal Maudling, porta-voz do Partido Conservador para os Negócios Estrangeiros, perguntou por que razão não fora destacado um funcionário britânico para negociar com Smith em vez de Kissinger — enquanto outro deputado, Arthur Bottomley, considerou «um erro» toda a missão do secretário de Estado norte-americano. «E isso — disse — porque Kissinger não entende a situação como os britânicos». Os liberais, no entanto, afirmaram que Kissinger conseguira pelo menos «uma reviravolta no espírito de Smith».

O Governo zambiano voltou hoje a pedir à Grã-Bretanha que permita a participação de Estados da África Negra, em particular os cinco Estados chamados da «primeira linha» na conferência de Genebra. A Zâmbia, tal como os outros quatro Estados — Tanzânia, Moçambique, Botswana e Angola — tem-se oposto veementemente à rejeição desta ideia por parte das autoridades londrinas.



Chegado ao aeroporto a meio da tarde de ontem e respondendo a uma curta saudação, fora do programa, que lhe foi dirigida por Mário Soares, na presença dos jornalistas, Miguel Trovoada disse esperar ter ocasião de discutir com as autoridades portuguesas «um certo número de problemas relacionados com a cooperação entre os nossos dois países».

O primeiro-ministro santomense faz-se acompanhar de sua esposa e de uma comitiva que inclui o ministro da Informação, Alda Espírito Santo, o ministro do Trabalho, José Fret, além do governador do Banco Nacional de São Tomé e Príncipe. Foi recebido no aeroporto por vários embaixadores de países africanos e europeus acreditados em Lisboa. Foram-lhe prestadas honras militares por uma companhia da Guarda Nacional Republicana com banda e fanfara.

Mário Soares apresentou «em nome do senhor Presidente da República e do Governo português» as boas-vindas ao visitante. E acrescentou: «Quer dizer-lhe que é para nós uma grande honra e um grande prazer tê-lo aqui e que o recebemos não somente como primeiro-ministro de um país nosso amigo fraternal, mas como um amigo pessoal».

Por seu turno, Miguel Trovoada, depois de dirigir «sau-

Miguel Trovoada em Lisboa para reforçar cooperação com Portugal

das conversações recomeçam as conversações recomeçam no Palácio das Necessidades, ao mesmo tempo que o primeiro-ministro de S. Tomé e Príncipe é recebido em audiência pelo Presidente da República, em Belém. À noite, Miguel Trovoada é obsequiado com um jantar pelo seu ho-

mólogo português e amanhã está prevista nova sessão de conversações políticas no Ministério dos Negócios Estrangeiros, às 10 e 30. Na parte da tarde toda a delegação de S. Tomé dará um passeio turístico pelos arredores de Lisboa.

as conversações recomeçam no Palácio das Necessidades, ao mesmo tempo que o primeiro-ministro de S. Tomé e Príncipe é recebido em audiência pelo Presidente da República, em Belém. À noite, Miguel Trovoada é obsequiado com um jantar pelo seu ho-

O primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe teve a tarde livre e à noite visitou um local típico de Lisboa.

Miguel Anjos Lisboa Trovoada, antigo estudante em Portugal, visita Lisboa no termo de uma deslocação que o levou a vários países da América e da Europa, entre os quais Cuba, U. R. S. S. e Roménia.

Começaram esta manhã no Ministério dos Negócios Estrangeiros as conversações, no âmbito da visita de Miguel Trovoada, que deverão conduzir ao reforço das acções de cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe.

O primeiro-ministro santomense chegou ontem à tarde ao nosso país, sendo recebido no aeroporto pelo Primeiro-Ministro Mário Soares e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira. Esta manhã, Miguel Trovoada voltou a encontrar-se com Mário Soares, para uma definição geral das perspectivas políticas desta visita oficial. O encontro deu-se na residência oficial do Chefe do Governo, em S. Bento, a partir das 10 e 45.

Esta tarde, pelas 16 horas,



Imagens da chegada a Lisboa do primeiro-ministro de S. Tomé e Príncipe: na primeira ladeando Mário Soares, com o embaixador de Portugal em S. Tomé; na segunda, a revista à guarda de honra e, na última, prestando declarações aos jornalistas

Condenados à morte cinco soldados das F.A.P.L.A. (Angola)

LUANDA, 21 (FP) Segundo o «Diário de Luanda» acabam de ser condenados à morte, por um tribunal popular de Huambo, três antigos soldados das FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola), acusados de «homicídios voluntários que tiveram graves consequências e repercussões políticas na região do Huambo».

A acusação não acrescentou mais pormenores às respecti-

vas actas.

Recorda-se que, há quinze dias, dois ex-soldados das FAPLA tinham sido igualmente condenados à morte por roubo e crime num tribunal militar reunido no Calulo. As condenações a pena capital foram pronunciadas de acordo com a «Lei de Disciplina de Combatente», que, já em Julho passado, servira de base à condenação à morte, em Luanda, de quatro mercenários.

DESDE ONTEM EM BARI

Costa Brás discute ordenamento territorial

BARI, 21 (E) Encontra-se desde ontem nesta cidade italiana, o ministro da Administração Interna, tenente-coronel Costa Brás, para participar em representação de Portugal na III Conferência dos Ministros para o Ordenamento do Território, organizada sob a égide do Conselho da Europa.

O ministro Costa Brás, será o primeiro membro dum Governo português a participar numa reunião internacional promovida pelo Conselho da Europa, depois da admissão do nosso país nesta organização, como membro de pleno direito. Nela participam também, mas com o estatuto de observadores, a Espanha e a Finlândia e a Jugoslávia.

O ministro da Administração Interna, que foi convidado pes-

soalmente pelo ministro italiano do Plano para participar na reunião, discutirá com os seus pares questões relacionadas com o desenvolvimento urbano, nomeadamente «As Tendências do Desenvolvimento Urbano na Europa», «O Desenvolvimento Urbano e a Renovação Urbana», «O Controlo do Crescimento Urbano» e «As Regiões da Montanha e a Urbanização», teses que serão apresentadas por diversos países presentes na Conferência.

Segundo anunciou à sua partida para a Itália, o tenente-coronel Costa Brás estará também presente, dentro de um mês, na reunião dos ministros do Interior que o Conselho da Europa promove em Atenas.

SOBRE A P.I.D.E./D.G.S.

A.E.P.P.A. iniciou recolha de depoimentos

A AEPPA, Associação de Ex-Prisioneiros Políticos Antifascistas, lançou uma campanha de recolha de depoimentos individuais sobre os métodos de acção da polícia política do antigo regime e da colaboração de juizes e carcereiros prestada à PIDE-DGS.

Numa nota ontem emitida, aquela associação defende que «todas as histórias que vivemos ou conhecemos devem

ser divulgadas amplamente, de modo que a todos cheguem estes testemunhos de resistência e luta, de imensa utilidade à luta anti-fascista de hoje».

No mesmo texto, a AEPPA manifesta-se contra o adiamento do julgamento do ex-agente António Domingues, acusado do assassinato de Dias Coelho sob o pretexto de «uma alteração na constituição do primeiro tribunal Militar».

Moradores do Porto defendem SAAL/Norte

PORTO, 21 — O Secretariado do Conselho Revolucionário dos Moradores do Porto decidiu tomar a seguinte posição face à recente intervenção do arq. Gomes Fernandes, do P. S., na Assembleia da República: «O S. A. A. L. tem que ser aquilo que os moradores e as suas organizações quiserem, pois são eles quem mais conhecem as necessidades e os possíveis direitos do S. A. A. L. Os moradores pobres não

consentirão que, a coberto de uma reestruturação, se proceda de modo a tirar o S. A. A. L. do seu controlo; e afirmam ao arq. Gomes Fernandes que, em vez de atacar o S. A. A. L./Norte, se é que defende os moradores como diz, então que sugira ao Governo e à C. M. P. que acabem com os entraves ao processo. O Secretariado do C. R. M. P., exige a continuação do processo S. A. A. L.

Trabalho

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

Divisionismo está a ser julgado pelos próprios trabalhadores

«O julgamento dos que tentaram dividir os trabalhadores está já a ser feito pelos próprios trabalhadores. E a sentença ficará decerto na história do movimento sindical português.»

A afirmação partiu de um dos elementos da Comissão Dinamizadora Distrital de Lisboa para o Congresso dos Sindicatos. Esta Comissão, em conferência de imprensa que decorreu esta manhã na sede da Intersindical, fez o balanço da actividade por ela até agora desenvolvida. Alguns números: foi de 327 o total de plenários realizados em empresas, 253 promovidos pela C. D. D. e 74 pelos Sindicatos que colaboraram nesta campanha de debate e esclarecimento.

A «Carta Aberta» (e é evidente à «Carta Aberta» que a

afirmação de início referida se dirige) não compareceu em 40 destes plenários. Casos houve também em que os representantes da «Carta» abandonaram plenários, «furtando-se assim ao diálogo com os trabalhadores» — conforme foi sublinhado na conferência de imprensa.

Atinge os 235 mil o número de trabalhadores envolvidos nos debates, tendo chegado até ao momento à C. D. D. 123 moções aprovadas. Por sectores profissionais, os plenários foram assim distribuídos: 13 nos Bancários, 21 nos Químicos, 16 na Construção Civil, 15 na C. P. (por zonas), 5 nos Vendeiros, 14 nos Electricistas, 32 nos Metalúrgicos, 13 nas Cerâmicas, 20 nos Farmacêuticos, 4 na Panificação, 24 na Função Pública, um plenário de agricultores na Azambuja e um dos Hoteleiros (no Altis), 3 nas Telecomunicações, 3 nos Têxteis, um nas Actividades Cinematográficas, 13 nos Rodoviários, um número ainda não apurado nas Madeiras e 54 indiferenciados.

CONTRA A DIVISÃO

Numa análise às moções já recebidas na Comissão Dinamizadora Distrital de Lisboa, os pontos que elas mais evidenciam são de repúdio contra todas as manobras conducentes à divisão dos trabalhadores — conforme acentuou outro dos elementos da C. D. D., que precisou: «Repúdio pelas manobras antidemocráticas dos Sindicatos subscritores da «Carta Aberta», repúdio aos elementos da «Carta Aberta» pela não comparência em plenários onde se comprometeram a estar presentes, repúdio

pela forma menos correcta como foram introduzidas nas empresas listas para recolha de assinaturas sem conhecimento dos delegados sindicais nem das Comissões de Trabalhadores e sem que previamente tenha havido discussão e esclarecimento, repúdio pelas atitudes de abandono de plenários por elementos da «Carta Aberta», a falta de argumentação e em profundo desrespeito pelos trabalhadores».

As moções, no seu conjunto, envolvem ainda a «condenação firme das tentativas de instaurar o pluralismo sindical», ao mesmo tempo que manifestam «apoio e estímulo firme à Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso e à C. D. D.» e «apoio intransigente à Central Única dos Trabalhadores — a Intersindical — como lúgima representante da grande maioria da massa trabalhadora deste País.

Finalmente, foi constante nos plenários e sessões realizadas o apelo à participação de todos os Sindicatos no Congresso, «para salvaguardar a unidade e garantir os direitos e os interesses de todos os trabalhadores».

«Passámos por uma experiência extraordinária e aprendemos muito nestes contactos com as massas trabalhadoras» — afirmou novo elemento da C. D. D., que concluiu:

«Nós somos, quase todos, trabalhadores-operários, sem vocação para falar em assembleias. Encontrámos no entanto, em todo o lado, uma grande cordialidade. E estivemos em alguns plenários de empresas com assistências maiores do que as assembleias gerais de alguns Sindicatos.»

PELA UNIDADE

Os trabalhadores do Sindicato dos Gráficos dos Distritos do Porto, Bragança e Vila Real, reunidos em assembleia geral, depois de analisarem o projecto de regulamento do Congresso de todos os sindicatos aprovaram por unanimidade uma moção sobre o Congresso para a unidade, e contra o pluralismo e o divisionismo, propondo que o Sindicato continue a trabalhar activamente na C. N. O. P. e na comissão dinamizadora distrital; que se condene a acção desagregadora e divisionista do grupo habitualmente conhecido por «Carta Aberta», e que se exorte à sua participação no Congresso de todos os sindicatos, pelo reforço da unidade dos trabalhadores, pela reestruturação da Intersindical Nacional — Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses.

A INTER DENUNCIA

Alterações à lei dos despedimentos são inconstitucionais

— pedida a intervenção dos órgãos de fiscalização

constitucional

«O Governo cedendo às exigências do patronato reacção da CIP e da CAP, bem como das multinacionais, aten-

AMANHÃ

Cintura industrial promove comício em Sacavém

Convocado pelo Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, vai realizar-se amanhã à noite, em Sacavém, um comício em que serão apontadas as grandes linhas de acção para a análise e discussão da legislação publicada ou a publicar pelo Governo e Assembleia da República.

«Compete-nos participar directamente no desenvolvimento económico-político-social do nosso país, não permitindo que o legalismo direitista e reacçãoário ultrapasasse a legalidade democrática, lembra o Secretariado da CIL, ao apelar para a participação dos trabalhadores da zona de Vila Franca, Loures e Lisboa naquele comício.

«Se nos lembrarmos que as forças mais reacçãoárias, conservadoras, instrumentos do capitalismo, estão a tentar abertamente a recuperação capitalista, como são os exemplos actuais da Sanimar e da Intenito, através da falta de leis, hesitações e incompetências dalguns Ministérios aos trabalhadores surge a necessidade de se unirem participando activamente naquilo que nos diz respeito, para além da solidariedade que nos é exigida para com outros companheiros em luta» — adverte ainda o Secretariado da CIL.

O comício efectua-se no Pavilhão Gimno-Desportivo do Sacavenense, a partir das 21 horas.

Escritórios de Coimbra vão ao Congresso

Em Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores dos Escritórios do Distrito de Coimbra, realizada ontem, no salão do Inatel daquela cidade, foi decidida a participação do Sindicato no próximo Congresso dos Sindicatos, bem como a participação da direcção no plenário de sindicatos a realizar nos dias 23 e 24, deste mês na F.I.L., para eleição da Comissão Nacional Organizadora do Congresso. A proposta que continha estes dois pontos foi aprovada por 200 votos a favor e 88 contra, na votação do primeiro ponto e por 205 a favor e 10 contra na votação do segundo ponto.

Hoteleiros do Sul elegem dirigentes amanhã

— lista «A» pretende unidade e democracia

«Os 60.000 trabalhadores da indústria Hoteleira do Sul vão amanhã, dia 22, das 10 às 23 horas, eleger os corpos gerentes do seu sindicato. A Direcção cessante do Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, apresenta uma das listas concorrentes, a lista unitária A, que inclui na sua composição sete dos elementos dos actuais corpos gerentes.

A lista A, que se propõe lutar «Por um Sindicato na Unidade, Pela Democracia, Pelo Socialismo», tem, no caso de ser eleita, duas tarefas imediatas a cumprir — uma delas já iniciada no mandato dos corpos gerentes cessantes: as negociações do CCT vertical para o sector. Nas negociações, falta discutir a cláusula mais difícil de conseguir o acordo das partes outorgantes nos tempos que vão correndo e que é a tabela salarial. No seu projecto, os trabalhadores reivindicam salários adultos e como limites do leque salarial, de seis a sete mil escudos a 16 mil escudos, cabendo este último vencimento à categoria de director de hotel.

«Sabemos que vamos ter dificuldades», declarou-nos Américo Nunes, recepcionista,

membro da direcção cessante e componente da direcção da lista unitária A. «Mas não nos pouparemos a esforços para conseguir as reivindicações que a classe aprova como justas. No caso da tabela salarial, o aumento que se pede é o correspondente aos 25,5 por cento do aumento do custo de vida, é portanto o necessário para repor o poder de compra.»

A outra tarefa de que a lista unitária A lançará imediatamente mãos é a preparação do Congresso dos Sindicatos, propondo-se neste capítulo mobilizar os sócios para uma análise profunda dos documentos a debater no Congresso.

OUTRAS TAREFAS

No seu programa, a lista unitária A apresenta também como tarefas a cumprir a continuação da descentralização da vida sindical, fomentando a instalação de delegações distritais nos cinco distritos que, além do de Lisboa, integram o Sindicato do Sul: Setúbal, Santarém, Évora, Portalegre e Beja. Estas delegações serão autónomas, com dirigentes eleitos entre os delegados sindicais do distrito, e fundos próprios. Ainda outro ponto do programa é a prossecução da

integração de trabalhadores sócios de outros sindicatos no Sindicato de Hotelaria, estando já integrados os que constituem maior número, como sejam trabalhadores de Escritório, Metalúrgicos e Químicos.

Os componentes da lista «A» propõem-se ainda lutar, como consta de seu programa, pelo direito ao trabalho, contra o desemprego; pela melhoria das condições sociais, pela criação de creches e cooperativas de consumo para os sócios do sindicato; pela gestão democrática da Previdência com vista à sua transformação no Seguro Social; pela criação de um Serviço Nacional de Saúde; pela defesa das conquistas alcançadas, nomeadamente a Reforma Agrária, as Nacionalizações e o Controlo Operário, pela defesa da Constituição, nomeadamente pelo direito nelareconhecido de os trabalhadores participarem na legislação que lhes diga respeito e por uma participação cada vez maior dos trabalhadores na vida do seu sindicato.

COMPOSIÇÃO DA LISTA «A»

São 25 os elementos efectivos da lista unitária «A», mais 11 que os corpos gerentes ces-

santes, como estabelecem os estatutos aprovados em Julho de 75, assim distribuídos: 3 na Assembleia Geral, 11 na Direcção (dos quais cinco são representantes dos cinco distritos além de Lisboa) e 3 no Conselho Fiscal, órgão criado pelos estatutos em vigor.

MULHERES APOIAM LISTA «A»

No hotel Altis, um grupo de trabalhadores constituiu-se em Comissão de Apoio à lista unitária «A». Num texto agora divulgado aquelas trabalhadoras hoteleiras afirmam nomeadamente: «Nós mulheres emancipadas por força da nossa força, queremos a par com os homens nossos camaradas de trabalho, contribuir para a defesa e consolidação das garantias conquistadas para nós pela actual Direcção do Sindicato. Nós mulheres queremos o reforçar desses legítimos direitos e para isso vamos votar na lista unitária pois só essa lista nos oferece a garantia de um sindicato de trabalhadores ao serviço de trabalhadores. Votando na lista «A», nós, mulheres de qualquer ideologia, sabemos que o sindicato será de todas as mulheres trabalhadoras da indústria hoteleira».

ta gravemente contra uma das mais importantes conquistas da Revolução do 25 de Abril, que é a proibição, hoje constitucional, dos despedimentos sem justa causa» — comenta o Secretariado da Intersindical, ao tomar publicamente posição sobre o decreto-lei aprovado no Conselho de Ministros de terça-feira, que introduz alterações significativas à lei dos despedimentos, liberalizando-os.

«Atacando expressamente a legislação elaborada depois do 25 de Abril (bem como a contratação colectiva), que consideramos um «espartilho», e pugnando por «maior flexibilidade na resolução dos contratos de trabalho», e por maior liberdade para o patronato despedir, o diploma agora aprovado altera profundamente o conceito de justa causa, alarga a enumeração dos factos considerados como tal e permite, na maioria desses casos, o despedimento imediato sem processo disciplinar e com base em «averiguação oral e sumária» — denuncia a Intersindical, que acrescenta:

«Os motivos considerados neste diploma como justa causa violam direitos fundamentais dos trabalhadores e, se acaso viessem a ser aplicados, permitiriam ao patronato despedir a seu bel-prazer, sem o controlo exercido através do processo disciplinar e das organizações dos trabalhadores».

O Secretariado da Inter denuncia-se, ainda, sobre o diploma aprovado na mesma sessão do Conselho de Ministros, que cria uma comissão interministerial permanente para a contratação colectiva. «Embora não se conheça ainda o texto do diploma aprovado, é preocupante que o comunicado do Conselho de Ministros inclua entre as suas atribuições «a isenção do cumprimento de

condições mínimas de trabalho», o que faz prever estarem a ser preparadas novas e mais graves medidas de congelamento da contratação colectiva, num momento em que mais de um milhão e trezentos mil trabalhadores vêem os seus interesses imediatos prejudicados pelos impasses nas negociações dos CCT's».

INCONSTITUCIONALIDADE

Fazendo-se eco das deliberações do último plenário da Intersindical, o Secretariado da Central Sindical, acusa o Governo de ter aprovado estes dois diplomas «com desrespeito pelos poderes reservados da Assembleia da República, e sem participação organizada dos trabalhadores».

Tais decretos — acrescenta — são inconstitucionais, competindo agora «aos órgãos do poder previstos na Constituição assumir sem ambiguidade a defesa desta». A Intersindical deixa claro que, na parte que lhes toca, «os trabalhadores e o Movimento Sindical estão firmemente dispostos a defender os seus direitos e as conquistas alcançadas, lutando pela aplicação da Constituição».

A Inter condena ainda «o desprezo manifestado pelo Governo em relação às posições positivas tornadas públicas pelo Movimento Sindical sobre a lei da contratação colectiva e, principalmente, sobre a lei dos despedimentos». Reivindicando, por isso, a manutenção das disposições legislativas agora revogadas, «que assegurem, no essencial, a garantia de proibição do despedimento sem justa causa». Quanto à lei da contratação, o Secretariado admite, apenas, a revogação do Art.º 31.º «que limita a liberdade de contratação colectiva».

Nacional

DOENTES DO HOSPITAL DE S. JOSE:

"Os ratos por companheiros e lagartas na comida"

Fernanda Mestrinho (texto)

«O Hospital de S. José vai levar obras de vulto» — lê-se nos dois últimos comunicados do Conselho de Ministros. Culmina, deste modo, alguns dias de «particular atenção» dos membros do Governo pelo sector da Saúde.

Tudo começou com a visita do Primeiro-Ministro ao Banco e a algumas enfermarias do Hospital de S. José. Classificou de «repugnantes» as condições daquele estabelecimento hospitalar. O ministro da Saúde também lá esteve em visita de trabalho.

O Conselho de Ministros debateu, em plenário, os problemas da Saúde e decidiu que «vai ser reestruturadas a Secretaria de Estado da Saúde; promover uma melhor cobertura dos hospitais da província; abreviar as obras hospitalares actualmente em curso, como as do hospital de S. José; reabertura, ainda no corrente ano, da Clínica de Santa Cruz para apoio e descongestionamento do Banco do Hospital de S. José e iniciar desde já os estudos necessários à revisão dos profissionais de Saúde, com exclusão dos profissionais de enfermagem».

Não se explica como se vai meter ombros a esta tarefa nem se já existem verbas, mas de uma coisa temos já a certeza: há uma comissão a tratar do problema. E, neste País, quando não se quer tratar de qualquer questão... nomeia-se uma comissão. Comissão, sinónimo de um conjunto de pessoas que se reúnem de vez em quando, que recebem um vencimento todos os meses e elaboram um plano... para ser arquivado numa gaveta. No hospital de S. José, existem umas poucas de comissões: a Instaladora, a de Gestão, a de Reforma, a do Banco, a dos Serviços Comuns...

Planos para as «tais obras de vulto» já existem mais de cinco. Para todos eles o mesmo destino: arquivo. Faltam as verbas. Como nos disse um médico, para as obras do Hospital de S. José, seria necessário cerca de um milhão de contos. Veremos se é desta vez!

O HOSPITAL «DA TERRA É BOM»

Daqui a uns dias (esperemos que não) o silêncio abate-se de novo. Ficam os doentes. Em condições miseráveis, encurralados nas enfermarias, nas «pocilgas» como eles lhe chamam. Morrem em casa, enquanto esperam a vez para ser internados. «Somos sempre insultados quando telefonamos para casa de um doente que tem finalmente cama vaga para ser internado. Geralmente respondem-nos para o ir buscar ao cemitério do Alto de S. João ou à Ajuda». As consultas estão a ser marcadas com meses, anos, de espera.

A situação tende a piorar. Com a integração da Acção

Médico-Social da Previdência nos hospitais distritais, a maior parte das consultas vão parar aos hospitais civis. Resultado: neste momento, sete médicos já estão a observar 180 doentes numa manhã. «Qualquer dia deixa de haver os médicos da Caixa para haver os médicos dos HCL» — disse-nos um médico, que acrescentou: «Nós nem vimos os doentes; os doentes é que nos vêem a nós».

Assim vai o sector da Saúde... até porque os mortos não protestam e os doentes,

quando de lá saem, respiram de alívio e nem querem «falar nisso».

Para quando uma definição do Serviço Nacional de Saúde e a descentralização dos estabelecimentos hospitalares, dos médicos e do corpo de enfermagem? Até quando os «homem morre de pé» nos hospitais do nosso País?

Estivemos numa das enfermarias do Hospital de S. José. O já «célebre» Serviço 5-sala 1. Trata-se de uma enfermaria de homens, sinistrados de acidentes de viação. Cerca de 60

doentes acumulam-se naquela sala, onde «chove como na rua». Deviam cá ter vindo num dia de chuva. Eram só guarda-chuvas abertos, baldes no chão, camas desviadas, etc.

Os ratos (exacto, escrevem os RATOS), são os companheiros de infortúnio daqueles homens. Agora, parece que não há tantos. «Pois é, já não há ratos, porque as ratazanas os comeram» — diz-nos um doente.

Perante os ratos, duas atitudes há a tomar: ou se matam ou se coexiste. Norberto António, de Santiago de Cacém, 41 anos e «cliente» desta enfermaria há quase três anos tem «record», matou 20 ratos numa noite. Havia um outro doente, conforme nos contou o director de Serviços, que preferiu «fazer criação» e tinha alguns «ratinhos» numa caixa de gesso que pedira à enfermeira.

Norberto António conhece esta enfermaria, como já dissemos, há cerca de três anos. Tem vindo sempre a piorar. Quando lhe perguntamos como é o hospital da sua terra, respondeu-nos «É um bom hospital e está bem apetrechado. Não têm médicos. Se ele funcionasse melhor, já não era preciso vir para aqui toda a gente».

«Estive aqui um mês sem isto ser limpo» — confidencia-nos Fernando Coçola. Aliás, a limpeza parece ser um dos principais motivos de queixa dos doentes assim como a alimentação.

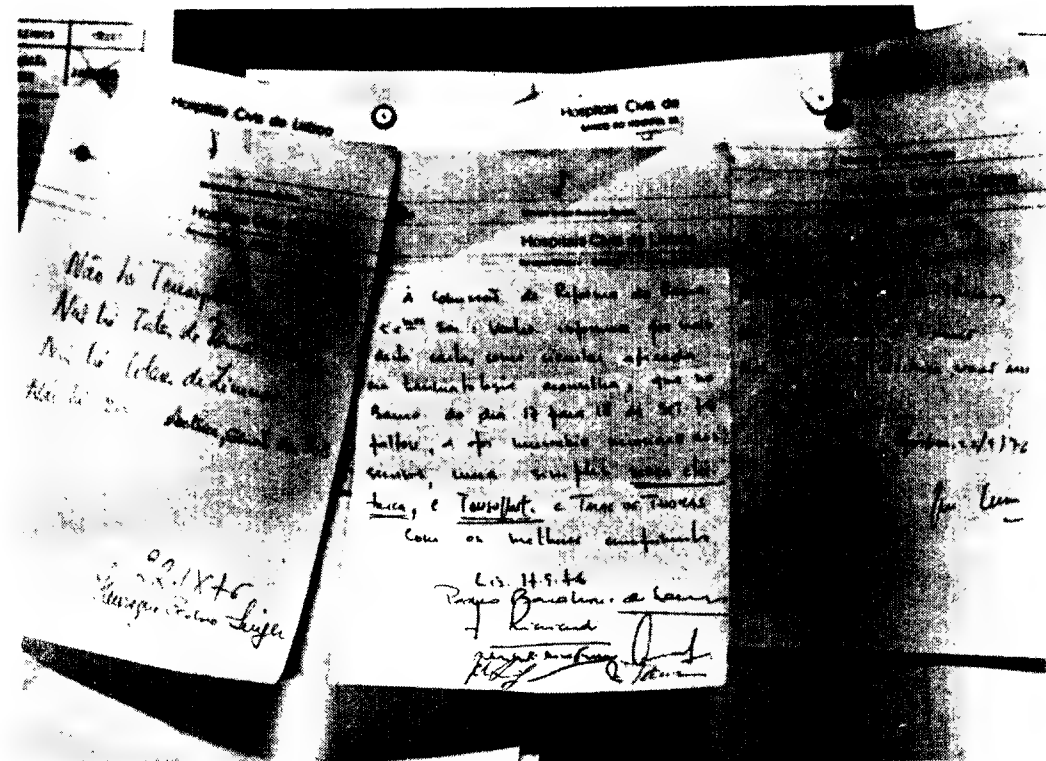
«Os médicos e os enfermeiros são bons, agora o resto...» — gritam para nós do outro lado da enfermaria. Às vezes o chão da enfermaria está a ser varrido, ao mesmo tempo que se fazem os pensos aos doentes. Com o pó que se levanta do chão, escusado será lembrar o perigo de infecções.



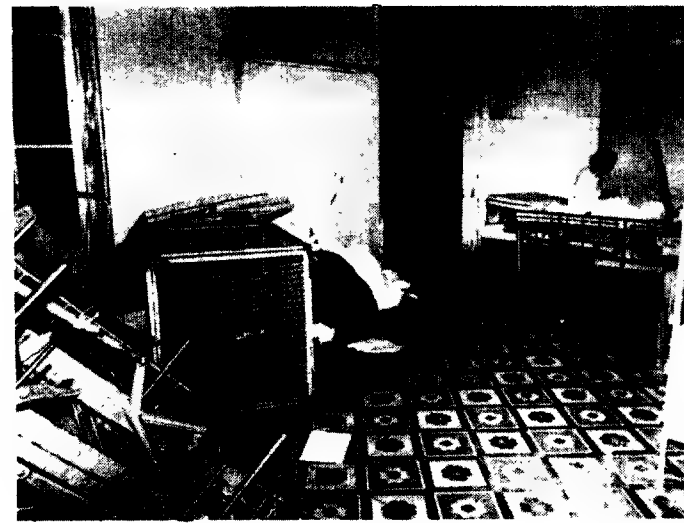
Aqui começa o drama. Rostos marcados por horas e horas de espera



Mal se levantam, os doentes transformam-se em «enfermeiros»



«Não há, não há, não há» é só o que se lê nas notas de serviço do Hospital de S. José



Uma doente na arrecadação?



Nacional

hnia

José Tavares (fotos)

DR. MÁRIO SOARES TORCEU O NARIZ

O Primeiro-Ministro esteve também nesta enfermaria. Joaquim Mendes conta: «O dr. Mário Soares chegou ali à porta, torceu o nariz, atravessou a enfermaria de lado a lado e nem conversou com a gente. Isto deve-lhe ter parecido o Biafra».

A comida nem serve «para porcos» assim a classifica Norberto António. «Peixe cozido com lagartas» recorda Joaquim Meneses. «A alimentação é quase sempre pescada, negra, negra» — acrescenta Abílio da Conceição Martinho.

Em certos dias, os próprios trabalhadores que distribuem as refeições, anunciam «Quem quer água?». Sem comentários. É evidente que a maioria das pessoas tenta tudo por tudo para seguir comer «de fora do hospital». Mas se vêm da provincia e não têm dinheiro, que remédio...

QUANTAS EXPOSIÇÕES!

Quando estamos descrentes na decisão de resolver, finalmente, as deficiências do sector da Saúde, e particularmente do Hospital de S. José, fazemo-lo com um certo conhecimento.

Assim, por exemplo, em relação ao Serviço 5 — Sala 1, quantas exposições já foram feitas pelo seu director e há quantos anos?

Escreve-se numa dessas exposições: «Desde a data de 2 de Agosto de 1971, e quando ainda se encontrava em «obras de limpeza e beneficiação» a sala 1 deste serviço, foi pedida à então administração destes Hospitais a sua compartimentação de isolamento de doentes,



Por falta de assistência «ia apodrecendo»
confidencia-nos este doente

tes, revestimento do pavimento e arranjo do telhado que cobre esta sala.

Desde essa data que se vinha lutando e resistindo à

abertura desta sala 1, a todas as comissões, directoras e instaladoras dos Hospitais Cívicos de Lisboa, pois só depois das obras referidas esta sala deve-

ria ser aberta, se considerarmos e continuamos a considerar estas obras que repetimos e frisamos: compartimentação, pavimentação e arranjo do telhado, como absolutamente necessárias. Só assim os doentes seriam humanamente instalados e dignamente tratados».

Continuemos a fazer o historial do Serviço 5 — sala 1. «Em Setembro de 1973, com o compromisso formal e sob palavra de honra da anterior Comissão Directora e Instaladora dos Hospitais Cívicos de Lisboa, foi esta sala aberta por 150 dias, enquanto se procedia ao arranjo do serviço 4 de S. José. De facto, o compromisso foi cumprido e em Fevereiro o serviço evacuado, a fim de se proceder às referidas obras. Por motivos alheios à nossa vontade, o serviço foi de novo aberto, sem essas obras, ao fim de três meses. Encontra-se actualmente superlotado e num estado que lastimamos».

Exposições a pedir a pavimentação, compartimentação e o arranjo do telhado não têm conta. Já nem falamos na necessidade de aumentar o pessoal, de carro para transporte de arrastadeiras, de cadeiras para a enfermaria, de leitos articulados com acessórios ou de almofadas de espuma.

O ideal para este Serviço, a título de curiosidade, e segundo uma outra exposição enviada ao engenheiro director das Construções Hospitalares seria, a nível de equipamento: uma sala para o director, uma sala de chefes de clinica, um gabinete para médicos, um vestiário e sanitários para médicos, um gabinete de chefe de enfermagem, uma sala de trabalho de enfermagem, uma sala de tratamentos-penso e observação de doentes, um arquivo, um vestiário e sanitários para pessoal, uma zona suja e de despejos, uma enfermaria de três camas para recobro, cinco enfermarias de quatro camas, uma enfermaria de camasmãs, uma enfermaria de três camas e arrecadações.

Recordamos que se faz nestes serviços ensino pré-graduação, que as enfermarias já «invadiram» os gabinetes médicos, e que muitas vezes o pessoal já despe e veste a bata nos corredores.

As obras no Serviço 5 — Sala 1 deviam ter começado no dia 15 de Agosto, mas foi impossível, porque não existe qualquer outra enfermaria para poder colocar os quase 60 doentes que ali estão. Onde colocar os doentes para fazer as obras nesta enfermaria? eis a questão. Quem a resolve?



Aqui fica o Serviço 5-Sala 1

VEJAM BEM...

«Não temos falta de médicos. Hoje temos um médico por cada 850 habitantes e, dentro de dois anos, eles apenas atenderão 600. A Suécia fez a sua revolução sanitária apenas com um por cada mil», afirmou o dr. Paulo Mendo, secretário de Estado da Saúde.

«Quanto às assimetrias regionais — prosseguiu — elas são reais. Mas como vivemos num país onde não existe trabalho forçado, temos de tentar outros meios para as resolver. Por exemplo, e isto é apenas uma hipótese, responsabilizar os melhores hospitais pelo que se passa nos outros e que os primeiros desloquem equipas para os segundos. Outra possibilidade, em conjugação com outras acções nacionais, é criar pólos de desenvolvimento, cidades e seus atractivos no interior, pois não podemos pensar que os médicos vão fazer um caminho inverso dos restantes cidadãos: ir para a provincia quando a

maioria vem para as cidades do litoral».

Portanto, não temos falta de médicos. Em Pampilhosa não há um por 850 habitantes, mas um por nove mil. Claro que é uma «assimetria», mas em Lisboa também não estamos muito melhor, quando um médico atende 50 doentes.

A haver assim tantos médicos, palavra que é de perguntar, onde é que eles estão?

Quanto à assimetria, a solução para esse facto parece-nos «curiosa»: «criar pólos de desenvolvimento e seus atractivos no interior». Teremos, primeiro, que transformar Pampilhosa num «centro de interesse, numa cidade com os seus atractivos» para que vão para lá alguns médicos. Ou não seriam os médicos, os professores, os técnicos que, indo para lá, ajudavam a criar os tais «centros de interesse e atractivos»? Responda quem souber.

PUB.

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA ANÚNCIO

Faz-se público que no dia 30 de Novembro de 1976, pelas 15 horas, na sede da Empresa Pública das Águas de Lisboa, na Avenida da Liberdade, n.º 24, se procederá ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe.

Para ser admitido ao concurso é necessário prestar a caução provisória de escudos 150 000\$00 (cento e cinquenta mil escudos), nos termos do Programa de Concurso. Os concorrentes deverão ser titulares de alvará de empreiteiro de obras públicas da V Categoria ou 3.ª Subcategoria da V Categoria e da classe correspondente ao valor da proposta.

As propostas serão remetidas sob registo e com aviso de recepção ou entregues contra recibo na Secretaria dos Serviços Técnicos da Empresa Pública das Águas de Lisboa, na Avenida da Liberdade, n.º 24, até às 17 horas do dia 29 de Novembro de 1976. O Programa de Concurso, o Caderno de Encargos e o Projecto da Conduta Barbadinhos-Vale Escuro estão patentes todos os dias úteis, excepto aos sábados, durante as horas de expediente, na Secretaria dos Serviços Técnicos da Empresa Pública das Águas de Lisboa, onde poderão ser examinadas e obtidas cópias daquelas peças.

Lisboa, 18 de Outubro de 1976.

Pela Empresa Pública das Águas de Lisboa
O Presidente da Comissão de Fiscalização
(a) João Bau



Doentes espalhados pelo chão «morrem aos poucos». E, por vezes, «morrem de pé». O sector da Saúde tem sido esquecido. Uns certos «remorsos» governamentais chegarão para tomar grandes decisões?

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETUBAL

AVANTE COM O CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

MOÇÃO

OS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL APROVAM, EM ASSEMBLEIA GERAL E POR ACLAMAÇÃO, O PROJECTO DE REGULAMENTO DO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PROPOSTO PELA INTERSINDICAL

Camaradas:

Permitam que em nome da Direcção do nosso Sindicato vos enderece as mais fraternas Saudações Sindicais.

O Plenário de Delegados do nosso Sindicato, realizado no passado dia 9, analisou e pronunciou-se pela aprovação da proposta de Regulamento feita pela Intersindical Nacional — Central Única dos Trabalhadores Portugueses.

As várias alternativas ao Regulamento do Congresso visam, no essencial, ultrapassar as Direcções Sindicais eleitas, defendendo que os representantes do Congresso deverão ser na maioria eleitos pelas Assembleias Gerais.

QUE QUER DIZER ESTA PRETENSÃO DEMOCRÁTICA?

- quer dizer que os signatários de tais alterações procuram transformar o Congresso de todos os Sindicatos num Congresso anarquista e sem conclusões;
- quer dizer que os signatários pretendem diluir a representatividade das várias Direcções eleitas pela classe, retirando-lhes a sua real representatividade;
- quer dizer que, os signatários pretendem passar para o Congresso a discussão de problemas que deviam ter sido discutidos pela classe em amplas Assembleias, permitindo assim o aparecimento no Congresso de posições que nada terão a ver com as opiniões expressas pelos trabalhadores que pretendem representar.

Na generalidade as alternativas propostas são um extenso rol de contestações:

Contesta-se a existência da Intersindical, impedindo-a de alterar os Estatutos que a ela, e só a ela dizem respeito.

Pretende-se, depois da contestação, utilizar para fundos do Congresso os actuais fundos da Intersindical, tomando com esta atitude liquidacionista o mesmo rumo dos signatários da «Carta Aberta, quer dizer: criar um maquiavélico esquema que se leve a considerar liquidada a Intersindical com a realização do Congresso.

Contesta-se toda a estrutura do Movimento Sindical (Federações, Unões, etc.), remetendo-as ao papel de meros convidados.

Chega-se mesmo ao ponto, como na alternativa ao art.º 1.º, pretender possibilitar a contestação do Congresso.

Na realidade os vários Sindicatos signatários das várias alterações demonstram serem imbatíveis no campo da Contestação. Assim o fossem na luta contra o patronato...

Camaradas:

Muitas das intervenções realizadas nesta Assembleia Geral coincidem, a traços largos com as posições que a Direcção do nosso Sindicato têm em relação às propostas de alteração do projecto de regulamento do Congresso de todos os Sindicatos.

Os trabalhadores metalúrgicos demonstraram no decorrer da análise que fizeram ao documento, uma larga clarividência dos assuntos que a todos nós dizem respeito; demonstraram a vigilância necessária para o desenvolvimento das novas lutas que se avizinham.

Por tudo isto permitam camaradas que a Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal vos felicite.

(A posição da Direcção na Assembleia Geral)

CONTRA O DIVISIONISMO EM DEFESA DA UNIDADE!

MOÇÃO

Os sócios do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal, reunidos em Assembleia Geral extraordinária no dia 16 do corrente, no Pavilhão Gimnodesportivo da CUF, no Barreiro, decidem:

- a) Repudiar todas as manobras das Direcções signatárias da «Carta Aberta», que coincidem com os objectivos do patronato;
- b) Apoiar a realização do Congresso de todos os Sindicatos, pela Unidade e pela reestruturação da Intersindical Nacional;
- c) Apelar a todos os Sindicatos que ainda se encontram na chamada «Carta Aberta», para que voltem ao seio do Movimento Sindical, para assim decidirem do futuro de todos os trabalhadores portugueses.

Pelo Congresso de todos os Sindicatos!
Não ao pluralismo Sindical!
Pela Unidade Sindical!
Viva a Intersindical!

(aprovada por maioria com 2 abstenções)

SAUDAÇÕES AOS EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE SETÚBAL

Moção

Os trabalhadores metalúrgicos reunidos em Assembleia Geral, congratulam-se com as deliberações tomadas no passado dia 13 do corrente, pelos trabalhadores de escritório do Distrito de Setúbal reunidos em Assembleia Geral Extraordinária e na qual foram aprovadas entre outras, as seguintes decisões:

- 1.º Que o seu Sindicato abandone o grupo divisionista da chamada «Carta Aberta»;
- 2.º Que a sua Direcção passe a fazer parte da Comissão Dinamizadora Distrital para o Congresso;
- 3.º Que a Direcção distribua a todos os trabalhadores o projecto de Regulamento do Congresso de todos os Sindicatos.

Fica assim demonstrado que todos os trabalhadores portugueses, têm que continuar a lutar para que seja mantida a UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL UNITÁRIO.

PELA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES — INTERSINDICAL!

(aprovada por maioria com 7 abstenções)

PELA CONCLUSÃO DAS NEGOCIAÇÕES DO C.C.T.V.

1 — Depois de ouvido o estado das negociações do C.C.T.V., os Metalúrgicos do Distrito de Setúbal reunidos em Assembleia Geral felicitam a Comissão Negociadora do C.C.T.V., pelo trabalho realizado e dão-lhe o seu voto de confiança.

2 — Decidem ainda solidarizar-se com a Comissão Negociadora nas formas de luta necessárias para a conclusão das negociações do C.C.T.V.

(aprovada por aclamação)

CONTRA OS PROJECTOS DE LEGISLAÇÃO ANTIOPERÁRIA DO GOVERNO!

MOÇÃO

Considerando que:

- a) É da intenção do Governo criar legislação específica para a contratação em empresas nacionalizadas;
- b) Esta medida dará lugar ao aparecimento de vários ACTs, ou seja, correr-se o perigo de cada empresa nacionalizada ter um ACT;
- c) Esta medida baseia-se na pretensão do Governo para dar autonomia às Comissões de Gestão, a fim de estas imponem os ACTs.

Considerando que estas medidas antipopulares do Governo teriam, entre outras, as seguintes consequências:

- a) Divisão do Movimento Sindical;
- b) Desmobilização de trabalhadores para qualquer espécie de luta;
- c) Colocar em perigo as nacionalizações, e todas as conquistas alcançadas.

PROPÕE-SE QUE A ASSEMBLEIA GERAL:

- a) Repudie tais medidas;
- b) Exija do Governo o cumprimento da Constituição que obriga a que toda a legislação do trabalho passe pela Central Única;
- c) Alerta todos os trabalhadores das empresas nacionalizadas e os mobilize para a discussão deste problema;
- d) Apoie o Sindicato no sentido de organizar o combate a mais esta medida antipopular do Governo.

(aprovada por aclamação)

SOLIDARIEDADE COM OS TRABALHADORES DA PANIFICAÇÃO

MOÇÃO

Os trabalhadores metalúrgicos do Distrito de Setúbal, reunidos em Assembleia Geral de sócios do Sindicato, no dia 16/10 no Pavilhão Gimnodesportivo da CUF, no Barreiro, apoiam a justa luta dos trabalhadores da panificação, tendo em conta o aproveitamento que as forças reaccionárias poderão fazer, transformando esta luta numa luta antipopular.

Os metalúrgicos exigem dos órgãos do poder que assumam as suas responsabilidades, na defesa das classes trabalhadoras tal como apregoam, e que não continuem a fazer dos trabalhadores o bode expiatório das nefastas consequências da sua política de contínuas cedências ao patronato e aos partidos reaccionários.

Vivam os trabalhadores da Panificação!
Viva a Unidade de todos os Explorados!
Unidos Venceremos!

(aprovada por aclamação)

PELA APLICAÇÃO INTEGRAL DA LEI DA REFORMA AGRÁRIA

MOÇÃO

Os trabalhadores metalúrgicos do Distrito de Setúbal, reunidos em Assembleia Geral, exigem do Governo a aplicação integral da Lei da Reforma Agrária.

- Contra as manobras da CAP/CIP/CDS/PPD e seus apêndices — os grupelhos esquerdistas!
- Pelo avanço e consolidação de uma das maiores conquistas do Povo Português, após o 25 de Abril — a Reforma Agrária!

Viva a Unidade dos Trabalhadores Portugueses em torno da Reforma Agrária!

(aprovada por aclamação)

AVISO AOS ASSOCIADOS LIVROS ESCOLARES

Dá-se público conhecimento de que a apresentação dos certificados de matrícula pode ser feita até 29 do corrente mês de Outubro e que o pagamento dos respectivos livros terá início em 2 de Dezembro próximo.

Barreiro, 19 de Outubro de 1976.

A DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO

MOÇÃO

Os trabalhadores Metalúrgicos em reunião geral no seu Sindicato, no dia 16 de Outubro de 1976, consideram:

- Que o Congresso dos Sindicatos é uma das mais importantes frentes de luta da classe operária neste momento.
- Que a burguesia tenta impor o pluralismo Sindical, para criar centrais sindicais paralelas e dividir assim os trabalhadores.
- Que seria uma dura derrota para o movimento popular, tal como o foi noutros países onde isso veio a acontecer.
- Que a importância de defendermos, contra todos os inimigos da classe, o próximo Congresso dos Sindicatos, para que dele saia uma Central Sindical única ao serviço e na defesa dos interesses dos trabalhadores.
- Que os trabalhadores já se pronunciaram, em todo o País, defensores da Unidade Sindical, tendo tido como ponto culminante, a manifestação em 14 de Janeiro de 1975, (uma das maiores após o 25 de Abril).
- Que os trabalhadores já se pronunciaram claramente, que são defensores de uma Central Sindical Única, rejeitando o pluralismo sindical.

DECIDEM:

- Repudiar a revogação feita pelo Governo, do Decreto-Lei n.º 215-A/75 (Lei da Central Única) que é uma das maiores conquistas dos trabalhadores e proíbe os patrões de formar as suas Centrais Sindicais.
- Repudiar todas as teses reaccionárias de que a Lei da Central Única (A Unidade) já perdeu o seu efeito útil e a afirmação feita por um dirigente no último Plenário dos Sindicatos no dia 9/10 de que, quem levanta a questão da Unidade é a reacção.
- Repudiar toda e qualquer forma de pluralismo, que só visa a criação de várias Centrais Sindicais pelo patronato e partidos burgueses.
- Exigir que a Direcção actual do nosso Sindicato, defenda firmemente nas reuniões dos Sindicatos e em todas as reuniões que haja, a Unidade Sindical.
- Repudiar os decretos antioperários e anticonstitucionais, que o Governo lança cá para fora, mostrando o seu carácter e a sua aliança com o patronato.

O PLENÁRIO

MOÇÃO

Os trabalhadores Metalúrgicos reunidos em Reunião Geral em Viana do Castelo, em 16-10-76.

— Considerando que a Unidade do Movimento Sindical é da máxima importância para todos os trabalhadores e condição principal para a construção da sociedade socialista que desejamos

DECIDEM:

- 1.º Repudiar a actividade desenvolvida pelas Direcções Sindicais DA CARTA ABERTA
- 2.º Responsabilizar essas DIRECÇÕES pelas consequências que poderão advir da sua actuação divisionista no movimento Sindical.
- 3.º Repudiar energeticamente a formação duma nova Central Sindical e dar o seu total apoio à Central Única dos Trabalhadores (INTERSINDICAL).
- 4.º Apoiar intransigentemente o Congresso dos Sindicatos e exigir que o mesmo se realize no mais curto prazo de tempo.

O PLENÁRIO

ESCOLA BENTO CARAÇA (ÉVORA)**Sindicatos arranjam novas instalações**

A União dos Sindicatos de Évora colocou, na sua sede, instalações à disposição do Conselho Directivo da Escola Bento de Jesus Caraça que, como noticiámos anteriormente, foi desalojada por determinação do MEIC, ao mesmo tempo que não lhe eram fornecidas novas instalações.

O MEIC continua a não resolver o problema das instalações da Escola Superior de Economia e Sociologia, em Évora, crismada do nome de Bento de Jesus Caraça.

Como é do conhecimento público, a escola foi desalojada do edifício que ocupava — o antigo Palácio da Inquisição — pertencente à Fundação Eugénio de Almeida, fundada pelo conde (já falecido) e condessa de Vilalba, grandes latifundiários alentejanos.

Trata-se de um edifício magnífico, perfeitamente adaptado a estabelecimento de ensino superior, com salas de aula em número e capacidade suficientes, com instalações adequadas para as infra-estruturas indispensáveis como biblioteca, serviços administrativos, etc.

Com o desalojamento da Escola Bento de Jesus Caraça, o edifício encontra-se sem utilização, fechado, constando, contudo, que se pensa instalar nele o museu do homem alentejano ou que vai ser entregue a uma ordem religiosa de mulheres ou ainda que nele vai

ressurgir o ensino ministrado pelos jesuítas, hipótese esta pouco provável já que alguns dos jesuítas do antigo Instituto Superior, que precedeu a Escola Bento de Jesus Caraça, foram recrutados para o corpo docente do Instituto Universitário de Évora. Por outro lado, porque, ao momento, não se revela plausível que possam concorrer, na mesma cidade e nas actuais circunstâncias, com o ensino oficial orientado por uma Comissão Instaladora, cuja concepção de ensino não lhes difere em muito. Com as antigas instalações agora desertas, a Escola Bento de Jesus Caraça encontra-se desde o passado dia 30 de Setembro sem poder iniciar o novo ano lectivo, o que, a priori, poderá revelar por parte do MEIC uma manifesta incapacidade, desleixo porventura.

Efectivamente, numa cidade onde não faltam palacetes, casas senhoriais e edifícios públicos sem utilização, o MEIC não actua, protelando uma situação que acarreta profundos prejuízos ao regular funcionamento do ano lectivo.

A incapacidade do Ministério manifesta-se mesmo nas conversações com a Fundação Eugénio de Almeida, no sentido da Escola poder continuar por mais algum tempo no seu antigo edifício.

Lembra-se que, aquando da criação da Escola, em Setem-

bro de 1974, quem detendeu os interesses da Fundação e dos condes, nas negociações com o Governo para a utilização do edifício, foi o dr. Sousa Tavares, actual director de «A Capital».

Entretanto o ministro Sottomayor Cardia apenas não resolve o problema como continua a não responder ao pedido de audiência dos Sindicatos de Évora e da União dos Sindicatos, que, como já noticiámos, decidiram chamar a si, abertamente, o problema dos estudos superiores em Évora e a defesa da manutenção da Escola Bento de Jesus Caraça.

INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

Ao que poderemos considerar incapacidade do MEIC responderam os Sindicatos e a Escola, organizando trabalho por forma a reduzir os prejuízos resultantes da falta de instalações definitivas e abreviar a abertura do ano lectivo.

Na sequência, a União dos Sindicatos colocou, na sua sede, instalações à disposição do Conselho Directivo da Escola, que nelas tem reunido regularmente e que foram cedidas pela Comissão Liquidatária do ex-Grémio da Lavoura. Por ora, dispõem de salas para funcionamento dos serviços administrativos da Escola, num dos edifícios daquele ex-Grémio,

no centro de Évora — uma casa senhoriais que se situa no Largo Alexandre Herculano. Vão pois abrir as matrículas para os 4.º e 5.º anos e recomençar todo um trabalho necessário para a abertura do ano lectivo prevista ainda para este mês. Com efeito, face ao desinteresse ou silêncio do MEIC, os órgãos responsáveis da Escola estão em vias de obter instalações onde, provisoriamente, possam funcionar os trabalhos lectivos e prosseguir a actividade formativa iniciada no ano passado, em estreita ligação com outras escolas superiores do País, nomeadamente de Coimbra e do Porto.

Recorde-se que a Escola promoveu, no transacto ano lectivo, a realização de seminários e conferências em que participaram professores de Coimbra e Porto, tendo mantido sempre profundos contactos com as restantes escolas de Ciências Sociais do País e desenvolvido programas de cooperação, no domínio técnico e de novas experiências pedagógicas, com universidades e governos das ex-colónias.

A Bento de Jesus Caraça, que constitui no domínio do ensino superior um dos aspectos da grande transformação social do Alentejo, não desmobiliza, obstina-se em permanecer inserida na grande frente da Universidade progressista, cujos objectivos se, por um lado, os responsáveis os reafirmam; por outro, claramente os

PUB

SINDICATO

DOS BANCARIOS DO CENTRO

ASSEMBLEIA GERAL

Sessão Extraordinária

Nos termos do n.º 2 do Artigo 24.º dos Estatutos, convoco todos os sócios deste Sindicato, no pleno uso dos seus direitos sindicais, para uma ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar no salão do INATEL, Rua António Granjo, 6 em Coimbra, no dia **22 de Outubro de 1976 pelas 21 horas** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO ÚNICO — Revisão do C. C. T.

Coimbra, 18 de Outubro de 1976

Sindicato dos Bancários do Centro
O PRESIDENTE DA M. A. G.

(ÁLVARO RIBEIRO)

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA HOTELARIA, TURISMO, RESTAURANTES E SIMILARES DO SUL

ELEIÇÕES

dia 22 de Outubro

Estando alguns órgãos da Comunicação Social a noticiar a realização das eleições em data errada informam-se, mais uma vez, todos os sócios que as eleições para os Corpos Gerentes para o nosso Sindicato, se realizam **AMANHÃ, SEXTA-FEIRA, DIA 22 DE OUTUBRO DE 1976, das 10 às 23 horas.**

Elege os teus Corpos Gerentes. Vota.

Informa-te do local da tua secção de voto.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

ALBERTO PEREIRA DA COSTA

Nacional

A trinta e quatro quilómetros de Lisboa fica Sobral de Monte Agraço: um concelho com sete mil e tal habitantes distribuídos por três freguesias. Zona de minifúndio em que a propriedade ronda uma média de meio hectare. Região demarcada de bom vinho — a principal «riqueza» daqueles que possuem a terra. Muitos dos habitantes dos quarenta e quatro lugares do concelho do Sobral de Monte Agraço trabalham na cintura industrial de Lisboa ou mesmo em Lisboa. Deslocam-se todos os dias de motorizada, camioneta ou comboio, para o local de trabalho. Deu-se, portanto, um surto migratório da agricultura para a indústria, tendo a primeira perdido grande parte dos braços que a animavam. Acontece, todavia, que o operário de raiz camponesa conservou os seus bocados de terra. Amanha- os nos tempos livres.

Sobral de Monte Agraço tem uma característica diferente dos outros concelhos do Oeste: um campesinato cheio de esperança que aderiu às linhas mestras do 25 de Abril. Por isso a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, formada há cerca de ano e meio, encontrou grande receptividade nos camponeses. Devido a certos entraves burocráticos (e de outra índole) só agora foi possível a legalização.

Não nos foi possível legalizar a Liga mais cedo porque nos puseram entraves de várias ordens — diz Manuel Vicente Domingos, membro do Secretariado da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores. Quando iam para publicar a escritura no «Diário da República» disseram-nos que ela tinha de ser dactilografada. Depois de a mandarmos dactilografar, também não a aceitaram com a desculpa de que não ia dentro das regras. Ora o notário devia-nos ter explicado logo tudo, visto que está dentro do assunto. Não o fez. Não sei porquê. Perdemos dias a caminhar para as repartições. Sabotaram o nosso trabalho. Andámos empatados uma série de tempo...

O pequeno agricultor Manuel Domingos afirma que a Liga arrancou a partir da dinamização feita pela Comissão Liquidatária do ex-Grémio da Lavoura. Houve sessões de esclarecimento a nível local, de freguesia e de concelho. Quando a «coisa» estava a ir para a frente, certas pessoas que fazem parte da Comissão Liquidatária «começaram a pôr um travão».

Não sei se seria a CAP ou outros quaisquer interessados em tomar conta do nosso trabalho...

Os agricultores que desde o início se tinham empenhado na tarefa aperceberam-se da «manobra» e alertaram as populações.

«Nós não tínhamos conhecimentos políticos nem técnicos e por isso deixámo-nos ir à

tona da água até que umas pessoas progressistas nos alertaram sobre os propósitos da Comissão Liquidatária dominada pela CAP. Esses amigos disseram-nos que estávamos a ser manobrados e que a CAP ou outro organismo fascista, se não nos puséssemos a pau, tomavam conta do trabalho que tínhamos feito...

Aqui o papel de Manuel Domingos foi decisivo: coloca dois altifalantes no carro e percorre todo o concelho de Sobral de Monte Agraço. Explica aos agricultores a situação e convoca um plenário. Os participantes elegem um Secretariado: o mesmo que se mantém (ainda) à frente da Liga. Esse Secretariado comprometeu-se a legalizar aquele organismo de classe que defende os interesses dos pequenos e médios agricultores. E cumpriu. Das 300 pessoas que aderiram à Liga, 57 puseram o seu nome na escritura.

A CAP ESCONDE-SE

Agora uma outra tarefa se impõe: a transformação do ex-Grémio em cooperativa. Para esse efeito já está marcado um plenário em Alenquer.

Vamos propor ao Governo, entre outras questões, que nos seja concedido tempo de antena na Televisão e a possibilidade de falarmos na Rádio. Se a CAP vai à Televisão nós também reivindicamos esse direito.

Quanto à CAP parece que no concelho de Monte Agraço não encontrou espaço político. Os poucos simpatizantes da

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Do ex-Grémio à Cooperativa em terra de muitos projectos

LOURDES FERIA (texto)

RUI PACHECO (fotos)

chamada Confederação dos Agricultores de Portugal, que ali existem, procuram esconder as suas opções. São — mas não querem que se saiba... «Dois ou três que foram ao plenário de Rio Maior saíram muito cedo da vila e entraram a uma hora tardia para não serem vistos». As forças de esquerda dominam efectivamente no concelho de Sobral de Monte Agraço.

«Não há grandes agricultores em Sobral de Monte Agraço, mas sim pessoas que podiam vir a ser expropriadas porque não trabalham a terra. Temos o caso do dr. Lisboa que não vive da terra. A maior riqueza dele é o vinho. Que lucro dão esses homens à nação se durante o ano inteiro tratam da planta e depois deixam perder o fruto porque não querem pagar aos trabalhadores o salário de 250 escudos que se pratica nas vindimas?»

Definir como assalariados rurais os indivíduos que, por conta de outrem, se dedicam aos trabalhos da época seria uma posição incorreta. Não há assalariados rurais na região. Há pequenos agricultores ou rendeiros que vão vender a força do seu trabalho a agricultores «maiores».

Viver (só) do seu bocadinho de terra seria quase impossível. Essa gente não tem um minuto livre: ou trabalha na sua terra ou na terra dos outros.

«Por isso é difícil trazê-los às reuniões. Sabem, no entanto, o que querem. Tenho contactado com eles. A sua mentalidade é esta: se perderem duas horas já pensam que vão morrer à fome».

Manuel Domingos é proprietário de 9 mil metros de terra e rendeiro de dois hectares.

Como ele há muitos. Sobre os eventuais problemas levantados pelos senhorios (não cumprimento da Lei do Arrendamento Rural) adiantou que ali «os senhorios têm mostrado compreensão». Aliás, a maior parte dos senhorios são pequenos comerciantes ou pequenos industriais que também se debatem com dificuldades. Salvo uma ou outra excepção... Os problemas dos agricultores do Oeste são comuns: os preços dos produtos não compensam, a praga dos intermediários, etc.

o mesmo. No que diz respeito à batata não fui muito feliz».

A cooperativa em construção a partir do ex-Grémio da Lavoura vai funcionar como meio de escoamento dos produtos trazidos pelos agricultores. De compra e venda. Libertam-se, assim, dos intermediários. O ideal — diz-nos Manuel Domingos — seria a união entre a Cooperativa Agrícola, a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, a Casa do Povo, a Adega Cooperativa e a Cooperativa do Leite — um projec-

ta-se que a pinga desça um pouco em matéria de graus «porque as chuvas vieram muito cedo». Joaquim Silvestre tem (de seu) um hectare de vinha e cultiva mais meio hectare que traz de renda, onde semeia batatas, feijão, alhos e cebolas. A base no entanto, da sua subsistência é uma reforma de 2400 escudos. «Durante anos trabalhei na construção civil. Agora sou um pequeno agricultor, velho e cansado». Apesar de estar quase no fim da vida, o agricultor Joaquim Silvestre também se vai inscrever na Liga dos Pequenos e Médios Agricultores. Ainda não o fez porque não se considerava suficientemente esclarecido sobre o assunto.

«Quando se realizaram as sessões de esclarecimento eu não estava presente. Quem me deu umas explicações sobre a Liga foi o Manuel Domingos».

Uma pergunta: Que pensa da CAP?

Joaquim Silvestre abre muito os olhos e diz: «Nunca ouvi falar disso...»

À laia de brincadeira (e de despedida) gracejamos: «Então o seu vinho é a martelo?»

«Tenho um martelo em casa, mas serve para pregar pregos...»

PARA «SAFAR» A GENTE

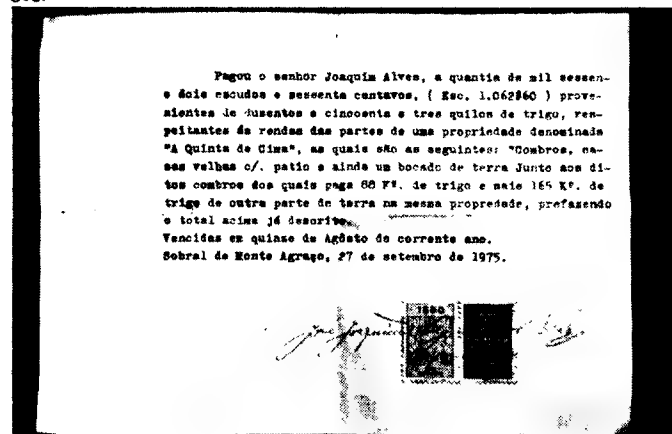
Para Joaquim Alves, proprietário de 3 hectares de terra. a Liga dos Pequenos Agricultores, da qual é sócio, pode ser uma tábua de salvação. Uma esperança. Na sua opinião a Liga «Pode vir a safar a gente». E vai mais longe no seu raciocínio:

«Enquanto a gente andar entregue a uns tipos que chegam aqui com camionetas e perguntam: «queres vender as batatas? Dou-te tanto». Compram os produtos pelos preços que eles querem e depois vão vendê-los pelo dobro. Assim andamos sempre na miséria...»

Queixou-se também dos intermediários da Feira da Malveira que ganham a vida «só por pegarem na corda dos vitelos». Os negociantes de gado, na opinião de Joaquim Alves, são uma seita. Ele trabalha durante todo o ano com a sua mulher para arrancar da terra o sustento. Não sabem o que é um domingo nem um dia feriado. Levantam-se de madrugada para alimentar os vitelos. Por sua vez os intermediários metem ao bolso, em menos de uma hora, um conto de reis: — o resultado da transacção de um vitelo que custou ao agricultor um ano de trabalho e cansaças. Será isto justo?

«Esses homens deviam ser proibidos de entrar numa feira. Aparecem os maiores vigaristas vindos de todo o País. Até os olhos nos tiram se não nos pomos a pau...»

O casal de agricultores (Joaquim e Maria Luisa) trabalham duramente. Nem sequer uma máquina agrícola possuem. O burro, a carroça e a enxada — as suas ferramentas. Tratam das batatas, do vinho, do milho



Para arrancar da terra o seu sustento, o pequeno agricultor tem de pagar, em trigo, o seu arrendamento, a um proprietário que vive dos rendimentos

«Eu tenho pouco mais de meio hectare de vinha. Este ano colhi três mil quilos de uva que coloquei na Adega Cooperativa».

«Os preços que nos pagam pelos produtos não compensam. Este ano agrícola é talvez dos piores de há 20 anos para cá: deu 30 por cento a menos na colheita do vinho e 70 por cento no feijão e no milho. Dos três alqueires de milho que semei colhi apenas dois e meio. Com o feijão aconteceu

to ambicioso mas não impossível de concretizar.

BOA «PINGA!»

Num lagar de pequenas dimensões encontramos dois homens a prensar uvas — uvas que eram recolhidas, sob a forma de um líquido vermelho, num recipiente. «Uma boa pinga!» — informaram-nos. O ano passado, o tinto da colheita de Joaquim Silvestre Vieira, pequeno agricultor, de 71 anos, alcançou uma graduação de catorze graus. Este ano espe-



Em Sobral de Monte Agraço, região demarcada de bom vinho, os habitantes que não puderam dedicar-se à indústria continuam a trabalhar a terra: um trabalho duro a que o 25 de Abril trouxe esperanças mas, a que a burocracia continua a pôr entraves



A Liga dos Pequenos Agricultores é a «tábua de salvação» para Joaquim Alves e Maria Luísa: de outra forma, continuam nas mãos dos intermediários

e do trigo. As vezes ainda vão trabalhar por conta de outros para conseguirem aumentar os seus magros proventos.

«Ninguém aqui vive do rendimento próprio. Temos de fazer uns biscates para a bucha... Este ano nem sequer fui à praia de Santa Cruz (onde vou uma vez por ano). Levamos um farnel e passamos lá o dia».

Joaquim Alves manifestou a

sua preocupação por causa das cebolas. Logo a seguir à colheita pagavam-lhe a dois escudos o quilo. Não as vendeu por que o preço era demasiado baixo. Agora que estava decidido a vendê-las mesmo por esse preço, não arranhou comprador para elas. Ninguém procura cebolas. Aliás, no concelho de Monte Agraço, há cerca de 50 toneladas de cebola para vender. Como não as

compram estão sujeitas a apodrecer. Os grelos já co meçaram a nascer...

Joaquim Alves também se debate com outro problema: o senhorio de uma terra de que é rendeiro recusou-se a receber o dinheiro da última renda. Um caso de fuga à Lei do Arrendamento Rural. Talvez dos poucos que surgiram no concelho. Um caso vulgar de um proprietário que compra uma quin-

ta, por 400 contos, onde estavam quatro rendeiros, e agora pretende expulsá-los na intenção de tirar mais lucros da terra.

«A ideia dele é plantar toda a terra de vinha. Já me disse que tenho de lhe pagar 30 escudos por cada oliveira, mas eu acho que isso não está dentro da lei».

...Sobral de Monte Agraço é um concelho curioso. Essencialmente rural. Um campesinato receptivo às transformações sociais. Uma população que participa nas realizações progressistas. Comissões de Moradores bastante activas. Na altura em que o processo revolucionário tomava um caminho favorável à tomada do poder pelas massas populares, fizeram-se ali muitos projectos. Avançou-se a passos largos. Depois de 9 meses de trabalho, a população elegeu uma Comissão Popular de Saúde que se propunha a pôr em prática um esquema de medicina socializada. E havia condições para que o projecto se tornasse uma realidade: o concelho tem um hospital com capacidade para suprir as necessidades da terra e uma corporação de bombeiros bem apetrechada.

Houve uma dinamização profunda junto das populações que aderiram com grande entusiasmo. Segundo nos informou um elemento ligado ao projecto, nenhum partido político reuniu tanta gente como as sessões promovidas pela Comissão Popular de Saúde. «Nós achamos que o sistema de saúde não pode ser resolvido à custa dos médicos. Tem de ser a população a fazer a profilaxia da doença».

A terceira idade também não foi esquecida. Pretendia-se criar lares geridos pelos familiares dos internos que em princípio seriam camponeses. Criavam-se oficinas para os internos se dedicarem ao trabalho artesanal. O dinheiro das «peças» que vendiam em exposições e feiras reverteria a favor deles: para beberem uma «bica» ou pagar um copo a um amigo. Essa disponibilidade económica evitava que se sentissem inferiorizados.

Tudo isto por enquanto são projectos... Em Sobral de Monte Agraço, terra de vinho, de agricultores esclarecidos, olha-se o futuro cara a cara.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral, depois de ouvidos o Conselho Fiscalizador e a Direcção do Sindicato, ao abrigo do Art.º 13.º, § 5.º, alínea c) e Art.º 20.º, § 4.º, convoca todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, para uma

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

(«referendum» por voto secreto, directo e universal)

Dia: 18-11-76

Das 8 horas às 24 horas

Em: Lisboa — Pavilhão dos Desportos

Alhandra — Alhandra Sport Clube

Torres Vedras — Delegação do Sindicato

PARA A SEGUINTE VOTAÇÃO

1.º — Actuação da Direcção e seu comportamento face ao próximo Congresso:

- a) Vinculação à Inter (Rejeição do Relatório da Direcção)
- b) Vinculação à Carta Aberta (Aprovação do Relatório da Direcção)

2.º — Continuação da Filiação na Intersindical (Para cumprimento do Ponto 1.º 3.º do Programa de Acção da Direcção)

Lisboa, 18 de Outubro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

José Luís Pacheco Gaspar

NOTA IMPORTANTE:

Para maior rapidez, devem os sócios fazer-se acompanhar da convocatória/postal, a enviar oportunamente. No entanto, e a não dispensa a apresentação de documento de identificação: cartão de sócio ou bilhete de identidade.



A principal cultura é a da vinha, em cujo amanho se empenham os assalariados rurais

PUB.

A TODOS OS TRABALHADORES DO SECTOR ARMAZENISTAS DE PAPEL

Trabalhadores do Sector:

A Associação Patronal, um mês após o envio da proposta dos Sindicatos, respondeu dizendo que «A proposta de revisão do CCT que nos é endereçada merece, na generalidade, a nossa rejeição».

Assim, convocam-se todos os trabalhadores do sector para os Plenários a realizar **Dia 21 de Outubro às 21 horas, em LISBOA na Av. da República, 31**
No PORTO na Rua de Camões, 219 - 6.º

Com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Análise da Posição da Associação Patronal face à revisão do CCT.
- 2. Medidas a tomar

**CAMARADA NÃO FALTES
TRATA-SE DO TEU CONTRATO**

A COMISSÃO NEGOCIADORA SINDICAL

PUB

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO

AVISO AOS CONSUMIDORES DE ÁGUA DO CONCELHO DE ALMADA ALTERAÇÃO DE TARIFAS E TAXAS DE ALUGUER DE CONTADORES

Por Portaria publicada no D.R. 1-Série, n.º 206 de 2 de Setembro de 1976, que a seguir se transcreve, são alteradas as taxas e tarifas do serviço de abastecimento de água no Concelho de Almada, a partir de 1 de Setembro de 1976, sendo o primeiro pagamento de acordo com as novas tabelas, efectuado a partir de 1 de Novembro de 1976:

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
SECRETARIA DE ESTADO DOS RECURSOS HÍDRICOS
E DO SANEAMENTO BÁSICO

Portaria n.º 551/76
de 2 de Setembro

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado dos Recursos Hídricos e do Saneamento Básico, que, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 1976, no Concelho de Almada passe a vigorar o sistema de tarifas do serviço de abastecimento de água e o sistema de taxas de aluguer de contadores do mesmo serviço, de acordo com os escalões de consumo e a tabela a seguir designados, a fim de minimizar o desequilíbrio financeiro que se vem verificando e evitar gastos superfluos de água numa região já fortemente carenciada.

Com esta medida fica assim alterado, a partir daquela data, ao regulamento ainda em vigor, publicado no «Diário do Governo», 2.ª Série, n.º 209, de 8 de Setembro de 1947, no que se refere a taxas de aluguer de contadores, e o despacho do Ministro das Obras Públicas de 14 de Dezembro de 1967, que nessa data estabeleceu em 4\$50 o preço do metro cúbico de água.

NOVO TARIFÁRIO

Consumidores	Preço por metro cúbico
1. Particulares:	
1.1. Consumo doméstico:	
1.º escalão: de 0 m3 a 5 m3	5\$00
2.º escalão: de 5 m3 a 15 m3	6\$50
3.º escalão: de 15 m3 a 25 m3	7\$50
4.º escalão: de 25 m3 a 50 m3	12\$00
5.º escalão: mais de 50 m3	20\$00
1.2. Estabelecimentos comerciais e industriais	6\$50
1.3. Instituições de beneficência, agremiações culturais e desportivas e colectividades de interesse público:	6\$50
2. Estado:	
2.1. Estabelecimentos comerciais e fabris	6\$50
2.2. Outros organismos e departamentos	6\$50

Observações: Consumo mínimo obrigatório: É obrigatório o pagamento de um consumo mínimo mensal de 5 m3.

NOVAS TAXAS DE ALUGUER DE CONTADORES

Calibre dos contadores	Aluguer mensal modificado
Ar livre	6\$00
12 mm a 15 mm	10\$00
20	15\$00
25 mm	22\$00
30 mm	45\$00
40 mm	65\$00
50 mm	90\$00
75	100\$00
80 mm	120\$00
100 mm	140\$00
125	160\$00
150 mm	200\$00
200 mm	280\$00
300 mm	700\$00

Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos e do Saneamento Básico, 15 de Julho de 1976. — O Secretário de Estado dos Recursos Hídricos e do Saneamento Básico, Baltasar António Morais Barroco»

Almada, 15 de Outubro de 1976

O Conselho de Administração

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SANTARÉM

Os trabalhadores metalúrgicos e metalomecânicos do Distrito de Santarém reunidos em Assembleia Geral Extraordinária no dia 16/10 face ao impasse que as associações patronais pretendem criar às negociações do C.C.T.V. do sector e às indefinições do Ministério do Trabalho sobre esta matéria, decidem:

- 1) Afirmar que não estão dispostos a esperar por muito tempo a saída do C.C.T.V. para a Metalurgia e Metalomecânica.
- 2) Combater até onde for necessário todas as tentativas do patronato que visem pôr em causa o exposto no 1.º ponto.
- 3) Responsabilizar o Ministério do Trabalho pelas consequências que advierem de qualquer forma de luta encetada pelos trabalhadores metalúrgicos e metalomecânicos do País, se não mostrar muito claramente de que lado da barricada se encontra.
- 4) Apoiar todas as iniciativas levadas a efeito pela Comissão Nacional Negociadora do C.C.T.V. no sentido de se resolverem os problemas pacificamente.

UM SÓ PAÍS, UM SÓ CONTRATO, UMA SÓ LUTA!
UNIDOS VENCEREMOS!

Aprovada por unanimidade e aclamação.

MOÇAO

Os trabalhadores metalúrgicos e metalomecânicos do Distrito de Santarém, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária no dia 16/10, face às tentativas de divisão do Movimento Sindical e tendo em consideração de que só **Unidos** os trabalhadores evitarão a aplicação de leis antioperárias e derrotarão definitivamente o fascismo e o capitalismo decidem:

- 1.º Repudiar energeticamente todas as manobras demagógicas e divisionistas levadas a efeito pelo dirigentes dos Sindicatos da chamada CARTA ABERTA.
- 2.º Exortar os trabalhadores destes Sindicatos a que cerrem fileiras e não deem cobertura a estas manobras que só fazem o jogo dos nossos inimigos de classe: o patronato e o imperialismo.
- 3.º Dar o seu apoio à CNOP no esforço que tem desenvolvido para que o próximo Congresso de Sindicatos seja uma realidade e contribua para o reforço da Unidade dos trabalhadores portugueses.
- 4.º Aprovar o Projecto de Regulamento apresentado pelo Secretariado da Intersindical Nacional e dar todo o seu apoio a este projecto.

PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES
PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES
PELA REESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES — INTERSINDICAL NACIONAL.

Aprovada por maioria com 4 votos contra e 2 abstenções.



S U R D O S CASA SONOTONE

Acabaram-se as férias! Todos regressámos a casa, alguns mais cansados do que quando partiram! É agora a altura de tratar dos seus ouvidos. O 1.º caminho a seguir é ir ao médico da especialidade e depois de ser indicado o uso de um aparelho de prótese, nós estamos prontos para os servir bem, mostrando-lhes as últimas novidades para correcção da surdez. Os exames são gratuitos. Prestamos assistência técnica a todos os aparelhos sejam ou não vendidos por nós de qualquer casa ou marcas. Vendemos pilhas de todas as voltagens, mercúrio e carvão. LARINGES ELECTRONICAS para os operados à laringe. Também somos oculistas. Ficamos muito reconhecidos pela vossa visita.

LISBOA — Poço do Borratém, 33, S/L — Telef.: 868352
PORTO — Praça da Batalha, 92-1.º — Telef.: 02-315602

Estrangeiro

A questão linguística na Bélgica

BRUXELAS — As eleições comunais de 10 de Outubro fizeram, sem dúvida, com que a Bélgica entrasse numa nova fase da guerra linguística. É esta a principal surpresa de um escrutínio que os observadores e o mundo político esperavam com serenidade, convencidos de que as querelas comunitárias tinham acalmado consideravelmente, e certos do recuo dos partidos ditos «linguísticos»: a União Valónica do professor Perin e de Jean Gol, a Volks Unie flamenga e a Frente Democrática dos Francófonos de Bruxelas (o F.D.F.). Se a formação valónica e flamenga registam muitos dos fracassos previstos, o F.D.F. de Bruxelas apresenta uma vitória esmagadora.

O F.D.F., muitas vezes julgado em decadência, progride 10 por cento em média, nas comunas do aglomerado de Bruxelas, e 19 por cento em Etterbeek, comuna de Defosset, presidente do partido. Lucien Outers, deputado, presidente do Conselho Cultural Francófono, considerado eminência parca do partido, torna-se burgomestre de outro subúrbio, Andergem. Em Schaerbeek, o burgomestre Nols, que fora a vedeta de uma querela folclórica acerca de guichets separados para francófonos e pessoas de língua flamenga, obtém a maioria absoluta.

O avanço do F.D.F. é bastante nítido nas dezanove comunas do aglomerado, sem excepção, e nas seis comunas onde pode ser-se administrado em holandês ou francês, segundo a escolha.

Porquê? As explicações são numerosas. Para Paul Vanden Boeynants, ministro da defesa e chefe de fila dos sociais-cristãos da capital, trata-se de uma reacção francófona à constituição de listas únicas flamengas (frente comum dos cristãos, socialistas e liberais de expressão holandesa). Essas listas só obtiveram entre

5 e 10 por cento dos votos do aglomerado, mas, segundo o ministro, teriam sensibilizado a opinião francófona. Os responsáveis do F.D.F. respondem que os seus eleitos de 1970 foram antes de mais vons administradores e que por isso foram plebiscitados. De resto, acrescentam que «nunca foram antiflamengos», o que os partidos tradicionais contestam.

Na Valónia e na Flandres as motivações dos eleitores eram diferentes. Os valões votaram à esquerda e os flamengos à direita. A explicação do ministro (social-cristão) do interior é que os bruxelenses sentiram que o contencioso «comunitário» não estava solucionado e quiseram manifestar a sua impaciência.

A COMPARAÇÃO POSSÍVEL

Políticos e sociólogos verificam que é delicado fazer comparações com o último escrutínio comunal de 11 de Outubro de 1970. Depois da fusão das comunas, decidida pela lei de 30 de Dezembro de 1975, e que terá aplicação concreta a 1 de Janeiro de 1977, a fisionomia municipal do país está profundamente modificada. Compara-se portanto mais facilmente os resultados de domingo com os das legislativas de 1974, principalmente nos quatro cantões que cobrem bastante bem o novo recorte comunal. Trata-se de Liège, Charleroi, Mons e Anvers.

Em Liège, nota-se um avanço socialista de 7 por cento, um progresso social-cristão de 2,5 por cento, um leve recuo dos liberais (menos de 1 por cento), e uma estabilidade comunista, enquanto que a União Valónica que, nas eleições legislativas de 1974 registava 25,7 por cento das vozes, só tem em 1976, 13,8 por cento.

Surge o mesmo fenómeno em Charleroi: mais de 9 por cento para os socialistas, mais

PIERRE DE VOS

quase 1 por cento para o Partido Social-Cristão, avanço liberal de 1 por cento e leve recuo dos comunistas. Quanto à União Valónica que, em Charleroi, obtinha nas legislativas de 1974, 26,4 por cento das vozes, só tem agora 19,4 por cento.

Em Mons, os socialistas ganham 7 por cento em relação às legislativas de 1974. O Partido Social-Cristão obtém mais seis pontos, os liberais registam um statu quo, tal como a lista progressista U.D.P. (União dos Progressistas). Em contrapartida, a União Valónica que tinha em 1974, 15,2 por cento dos sufrágios, só tem em 1976, 5 por cento.

Em Anvers, região flamenga, os socialistas ganham 4 por cento dos votos, o que não reflecte a tendência no conjunto da Flandres. Os sociais-cristãos avançam 1 por cento, os liberais registam um statu quo, a Volksunie perde 1 por cento, enquanto que há um recuo dos comunistas. O escrutínio de domingo mostra um país claramente cortado em três. Cada região tem a sua imagem política. Ao lado de uma Bruxelas de francofonia muito marcada («exacerbada», não hesitam em dizer alguns), há uma Valónia socialista (o partido toma posse de todas as câmaras importantes do Sul do país), e uma Flandres onde os sociais-cristãos ainda consolidam as suas fortes posições. Conclui-se que, para o diálogo entre comunidades que, recentemente deve recommençar, os socialistas e os sociais-cristãos flamengos serão os interlocutores privilegiados. Mas terão que ter também em conta o F.D.F. Com efeito, será possível solucionar a sorte de Bruxelas, sem a participação dos principais interessados?

c) LE MONDE

SINDICATO DOS FERROVIÁRIOS DO SUL

MOÇÃO

APROVADA POR UNANIMIDADE

NO PLENÁRIO DE DELEGADOS SINDICAIS

Considerando que a unidade dos trabalhadores é a única força capaz de destruir as forças de direita e o capitalismo;

Considerando que esta unidade passa pelo Movimento Sindical, que constitui a grande força organizativa dos trabalhadores;

Considerando que as Direcções Sindicais signatárias da chamada «Carta Aberta», quer através dos seus ataques tendenciosos à Central Única dos Trabalhadores Portugueses — a INTERSINDICAL NACIONAL, quer através da sua recusa sistemática ao diálogo com todos os outros Sindicatos Portugueses, em nada tem contribuído para o reforço da unidade dos trabalhadores;

Os delegados sindicais do Sindicato dos Ferroviários do Sul, reunidos em plenário, decidem repudiar a actuação dos Sindicatos subscritores da «Carta Aberta».

Decidem, igualmente, dar um voto de confiança à sua Direcção Sindical, pela maneira como tem participado nos trabalhos preparativos do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses.

Apelam a todos os trabalhadores para que reforcem a sua unidade, participando activa e democraticamente, na luta pela realização do Congresso de todos os Sindicatos Portugueses, reunidos numa Central Sindical Única, a INTERSINDICAL NACIONAL.

Barreiro, 13 de Outubro de 1976

EXCURSÕES CP — especiais

DURANTE OS MESES DE OUTONO, QUANDO A NATUREZA, NA SUA MELANCÓLICA MUTAÇÃO, OFERECE QUADROS DE IMPREVISTA E RARA BELEZA, DESDE A COSTA ALGARVIA AOS CONFINES DO NORDESTE TRASMONTANO...

— Os melhores comboios, em 1.ª classe, a «autopullmans» de luxo

● «SERRA — OUTONO»

● Um prodígio, a face outonal da Serra da Estrela: os vales, as encostas, os picos, o cair da folha, o murmúrio das fontes e a melancolia dos silêncios profundos... Quem não viu ainda a Serra, em Novembro, não conhece a verdadeira Serra...

● Visita ao «Poço do Inferno» e a uma vila medieval «desconhecida»; almoços seleccionados da cozinha da Beira-Serra; e alojamento em excelente Hotel de 1.ª, em plena Serra (Penhas da Saúde).

3 DIAS — Novembro: 6/7/8 — 13/14/15 — 20/21/22 — 27/28/29

Procedências: Faro, Lisboa, Porto. Preços desde: 1.980\$00

● TRÁS-OS-MONTES

● Lamego, Vila Real, Vidago, Chaves, Romeu e Bragança, até aos confins da Serra de Montezinho, e ainda o Vale do Tua e o Douro, através de paisagens de singular encanto, em que a Paleta de «Mestre Pinto Outono» opera prodígios de cor...

● Visita ao Museu de Romeu; «banquete» trasmontano e outros aliciantes para os apreciadores da arte gastronómica.

4 DIAS — Outubro: 29/30/31 e 1 Novembro.

Procedências: Faro, Lisboa, Porto. Preços desde: 2.780\$00

● ALGAR SECO — LAGOS — SAGRES

● Visita de Lagos, Sagres, Cabo de S. Vicente e Algar Seco, essa maravilha da Natureza onde os rochedos parecem catedrais...

● Alojamento em Hotel de luxo (cinco estrelas) na Praia da Rocha e em Lagos (4 estrelas)

3 DIAS — 30/31 e 1/11; Novembro: 20/21/22 e 27/28/29

Procedências: Porto, Coimbra, Lisboa. Preços desde: 2.100\$00

Para Espanha, partidas diárias, nos comboios Ter e Lusitânia-Expresso

● MADRID

Estadias de 3 dias na capital espanhola, Excursões facultativas a Toledo, Vale dos Caídos, Escorial e Segóvia. Supl. de prolongamentos (para mais dias). Assistência e transferência das estações de Madrid para os Hotéis, todos centrais.

Procedências: Lisboa, Coimbra, Porto. Preços desde: 1.600\$00

DISTRIBUIÇÃO DE PROGRAMAS

LISBOA: Secções de Informações das Estações do Rossio e St.ª Apolónia
PORTO: Secção de Informações da Estação de S. Bento

INFORMAÇÕES — BILHETES

LISBOA: E. G. T. — Rua do Arsenal, 124 — Telef. 36 75 29
PORTO: E. G. T. — Rua Justino Teixeira, 469 — Telef. 57061

Centro Hospitalar de Coimbra

CONCURSO PÚBLICO N.º 71

Até ao dia 2 de Novembro de 1976, aceitam-se propostas, em carta fechada e lacrada, que deverão dar entrada até às 15 horas, para a aquisição:

— Uma viatura mista, de carga e passageiros (lotação aproximada 9/11 lugares e carga) motor a gasóleo.

O Caderno de Encargos está patente nos Serviços de Aproveitamento do C. H. C. — Rua do Cabido, 5-3.º Coimbra, onde deverão dar entrada as propostas, que serão abertas uma hora depois da hora acima indicada.

Coimbra, 13 de Outubro de 1976

OS SERVIÇOS DE APROVEITAMENTO

7.º Juízo Cível da Comarca de Lisboa ANÚNCIO

O Dr. Joaquim Augusto Valente Cantante, juiz de Direito do 7.º Juízo Cível da Comarca de Lisboa.

Faz saber que por este Juízo e 1.ª secção correm seus termos uns autos de execução sumária em que são exequente Organizações Contabilísticas, Organização e Análise, Lda com sede na Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 48-B, desta cidade, e executado ARY DE CAMPOS, cujo nome completo é ARY HENRIQUE RAMOS SILVESTRE DE CAMPOS, divorciado, residente na Rua da Palma, n.º 266, desta cidade, e neles correm editos de vinte dias, citando os credores desconhecidos para no prazo de dez dias, findo o dos editos, que se contara da segunda e última publicação deste, deduzirem os seus direitos, nos termos dos artigos 864.º e seguintes do Código de Processo Civil desde que gozem de garantia real sobre os bens penhorados.

Lisboa, 9 de Outubro de 1976

O ESCRIVÃO DE DIREITO DA 1.ª SECÇÃO (Assinatura ilegível)

O JUIZ DE DIREITO Joaquim Augusto Valente Cantante



Estrangeiro

Política de apoio ao Governo gera dissensão no P.C.I.

ROMA, 21 — (ANOP, R e «DL») — A política de apoio às medidas do governo para resolver a profunda crise económica do país, fez com que fossem revelados claros sinais de dissensão no seio do poderoso Partido Comunista Italiano. Pode ser considerado co-

mo uma precisa indicação deste facto o discurso proferido pelo presidente do PCI, Luigi Longo, proferido numa sessão da Comissão Central, e hoje publicado no órgão oficial do partido, o jornal «L'Unità». Longo criticou o secretário-geral Enrico Berlinguer, defensor

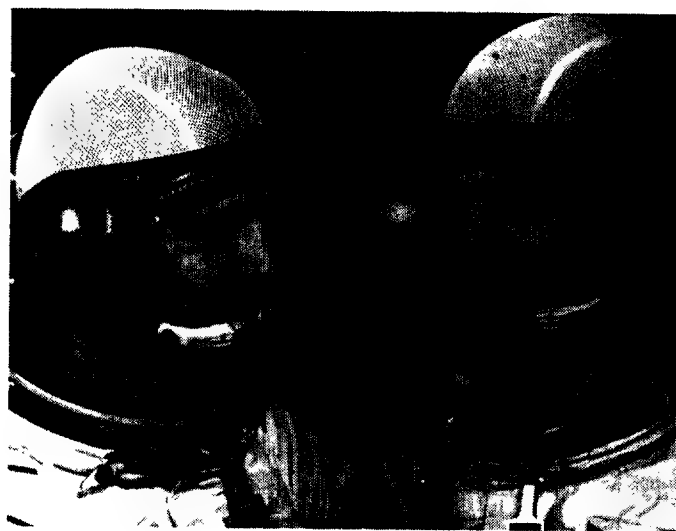
do «compromisso histórico» de partilha do poder com os democratas-cristãos, e outro conhecido dirigente do partido, Giorgio Amendola.

Longo referiu-se às greves contra as medidas adoptadas, entre as quais o aumento do preço da gasolina em 25 por cento, que têm sido largamente apoiadas pelos comunistas da Itália. Também revelou discordâncias em relação ao apelo de Berlinguer para que o PCI agisse «de maneira responsável», como se fosse um partido do governo, embora esteja fora do gabinete do governo democrata-cristão de Giulio Andreotti. As críticas a Amendola incidiram no facto deste dirigente não ter insistido numa recompensa para os duros sacrifícios dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo, num artigo de fundo publicado no jornal «La Voce Repubblicana», o presidente do Partido Republicano, Ugo La Malfa, escreve que «o que os trabalhadores italianos conquistaram nos últimos anos não pode ser mantido: ou os sindicatos apoiam

uma corajosa «revisão» ou o país morre». La Malfa critica a forma dura como os sindicatos defendem os seus filiados, desde 1950 e diz que essas entidades devem renunciar ao que obtiveram nos últimos anos a favor dos trabalhadores. O presidente do Partido Republicano prevê que «se não for feita essa revisão, as reservas do Banco da Itália volatilizar-se-ão em breve prazo sem evitar, todavia, que a inflação atinja o ritmo da inflação sul-americana».

Entretanto, em Milão, 70 mil trabalhadores desfilaram ontem, numa manifestação que foi marcada pela violência, protestando contra a política de austeridade do governo e gritando: «Os trabalhadores pagam sempre a austeridade» e «Ladrões do governo».



Vyacheslav Zudov e Valery Rozhdestvensky, os dois cosmonautas soviéticos tripulantes da Soyuz-23 que tiveram de regressar à terra por ter falhado a tentativa de acoplagem com a estação espacial Salyut-5, no passado dia 16. Recorde-se que o regresso de Zudov e Rozhdestvensky foi bastante acidentado. A capsula espacial não aterrou como é costume nos vãos espaciais soviéticos, sendo arrastada para um lago por uma tempestade de neve, sob uma temperatura de 15 graus negativos, os dois astronautas foram salvos e estão em perfeitas condições de saúde. (Foto FP).

Jogo da caça ao peão

NOVA IORQUE, 21 (F.P. e «D.L.»). — Um novo e significativo jogo electrónico acaba de surgir nos Estados Unidos: a «corrida da morte» (Death Race). O novo divertimento dos norte-americanos permite aos automobilistas frustrados «libertarem-se» dos seus «recalcanços» numa verdadeira caça aos peões.

Por apenas 25 centimos, o jogador instala-se a um volante e vê desfilar diante de si, num «écran», peões aterrorizados. O jogo consiste em manejar o volante de modo a «esmagá-los»...

Cada vez que o «automobilista» consegue «matar» um peão, ouve-se uma se-reia e, no «écran», surge uma pedra sepulcral a marcar o local do acidente.

Falando no novo divertimento dos norte-americanos, a revista «New Times» escreve que o jogo começou a ser distribuído há poucos meses e está a ter um grande êxito em todo o território dos Estados Unidos, facto que não deixa de ter o seu significado e sugere algumas preocupantes perguntas...

Violações de "pouca monta" do cessar-fogo no Líbano

BEIRUTE, 21 — (ANOP e R.) — Apesar do cessar-fogo ter entrado em vigor às 4 horas tmG de hoje ainda se ouviam esta manhã rajadas de metralhadora e explosões em Beirute.

«Esperemos que estas violações sejam de pouca monta» — disse o locutor da Rádio Beirute, controlada pela esquerda, acrescentando que «todo o país espera que este teste de paz conduza à salvação».

No entanto, foram manifestadas dúvidas em Beirute sobre se o cessar-fogo, inuído num plano apoiado pelos árabes para acabar com a guerra civil, que dura há 18 meses, seria mais eficaz do que os que o precederam.

Foguetões pareceram ter sido disparados de colinas, ocupadas por direitistas, a nordeste de Beirute, mas o fumo das granadas deflagradas sugeria que áreas em poder das forças da direita estavam também a ser bombardeadas.

Disparos de metralhadora foram ouvidos em ambos os lados da linha que divide Beirute.

O cessar-fogo é o 55.º na guerra civil libanesa.

Desconhece-se ainda qual a situação no Sul do Líbano, onde forças palestinas e cristãs

têm travado combates pelo controlo de cidades e vilas, perto da fronteira com Israel.

O dirigente da Organização de Libertação da Palestina (O. L. P.), Yasser Arafat foi o primeiro a ordenar o cessar-fogo às suas tropas e aos seus aliados muçulmanos, a que se seguiu uma ordem semelhante dos dirigentes das milícias cristãs.

As tropas sírias mantêm-se nos pontos de combate, ou seja a 16 quilómetros a leste de Beirute e 40 a sul da capital.

Na próxima segunda-feira começará no Cairo a Cimeira de 21 Estados árabes que estu-

dará os pormenores para a organização de uma força de paz no Líbano.

Entretanto, o Egipto pediu uma reunião urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para apreciação da situação nos territórios sob ocupação israelita, dadas «as continuas medidas de repressão praticadas por Israel contra os habitantes dos ditos territórios».

O pedido egípcio foi apresentado quatro dias antes de expirar o mandato da força de emergência da O. N. U., totalizando quatro mil homens na zona desmilitarizada do Sinai.

Tailândia após o golpe: recontros e prisões

BANGKOK, 21 — (R.) — Reforços da Polícia de patrulha fronteiriça e voluntários de defesa da Tailândia seguiram para a área da raia entre o país e o Laos, a nordeste, a seguir a recontros com rebeldes comunistas tailandeses e tropas laocianas, segundo revelou hoje uma fonte oficial.

Dois voluntários da defesa tailandesa foram mortos na luta com guerrilheiros comunistas, na segunda-feira, e outro tailandês perdeu a vida num recontro com tropas laocianas, no domingo.

A fonte oficial não revelou o quantitativo dos reforços enviados para a área.

O regime militar que ocupa agora o Poder na Tailândia afirmou que cerca de 200 estudantes progressistas tailandeses foram para o Laos, desde o golpe de Estado do dia 6 em Bangkok.

O Conselho Governamental disse que essas pessoas foram recolhidas por estudantes laocianos e alguns deles participaram numa manifestação em Vientiane, no último fim-de-semana, contra o golpe de Estado militar.

Entretanto, continuam em Bangkok e no resto do país as prisões de pessoas suspeitas de serem comunistas.

Um informador oficial do Conselho Militar afirmou ontem que das 4287 pessoas presas desde o golpe de Estado, 2647 se acham ainda detidas.

Números funcionários foram saneados desde o golpe de Estado, incluindo o subsecretário de Estado das Comunicações, dr. Gun Nakhandi, e o director da Televisão e Rádio nacionais, Sanpasiri Virivasi.

O Conselho Militar desencadeou também uma campanha contra a corrupção e restringiu privilégios de ministros.

Espera-se, por outro lado, que o primeiro-ministro designado, Thanin Kraivichien, anuncie amanhã a composição do seu Gabinete.

Caleidoscópio

LULING (Louisiana), 21 — (R) — Receia-se que tenham morrido, pelo menos, 75 pessoas quando um «ferry» cheio de automóveis e um petroleiro, norueguês chocaram ontem no rio Mississippi, perto de Luling.

PARIS, 21 — (R) — A Polícia prendeu ontem um suspeito, poucas horas depois de ter sido difundida para todos o país, pela Rádio, e pela Televisão, a voz do inimigo público número um da França — «o assassino louco de Grenoble», que as autoridades procuram há quatro meses devido ao assassinio de dois jovens e o rapto e possível assassinio de um terceiro.

SAINT DENIS (Reunião), 21 — (FP) — O presidente Valéry Giscard d'Estaing chegou à ilha da Reunião a bordo do super-sónico Concorde após uma escala técnica em Bahrein.

HELSÍNQUIA, 21 — (R) — Um escândalo de contrabando, envolvendo diplomatas norte-coreanos, alastrou à Finlândia, onde o Governo ordenou ontem, à noite, que o encarregado de Negócios de Pyongyang e três membros da missão abandonem o país, dentro de seis dias.

LONDRES, 21 — (R) — O ex-primeiro-ministro Harold Macmillan, que conduziu a Grã-Bretanha nos anos prósperos de 1957 a 1973, saiu da obscuridade para apelar para a formação de um Governo de unidade nacional.

MADRID, 21 — (ANOP) — O Exército de Libertação do Sara cortou todos os acessos à capital deste território, El Aiun, depois de recontros com tropas marroquinas — anunciou ontem em Madrid o jornal «Ya».

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA DA ZONA SUL

ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES

RESUMO DO REGULAMENTO E CALENDÁRIO ELEITORAL

1. CALENDÁRIO:

- Até 22/10/76 — Apresentação de listas de candidaturas e respectivos programas
- 23/10/76 — Entrada em funcionamento e 1.ª reunião da Comissão de Fiscalização
- 25/10/76 — Termo das inscrições de sindicalização para efeitos de participação no acto eleitoral
- 29/10/76 — Primeiro dia de afixação dos Cadernos Eleitorais
- 29/10/76 a 8/11/76 — Período de apresentação de reclamações por omissão ou inscrição irregulares nos cadernos eleitorais
- 11/11/76 — Afixação dos Cadernos Eleitorais definitivos
- 19/11/76 a 17/12/76 — Campanha Eleitoral
- 18/12/76 — Eleição dos Corpos Gerentes

2. SEGUNDO DETERMINA A PROPOSTA APROVADA:

- A organização e controlo do processo eleitoral caberá a uma Comissão de Fiscalização, constituída por um representante de cada uma das listas concorrentes.
- A eleição terá lugar no dia 18 de Dezembro de 1976. Funcionarão mesas de voto em cada distrito da área do Sindicato e, dada a exiguidade das instalações da actual sede, as mesas de voto no distrito de Lisboa funcionarão num local de dimensões adequadas
- Só podem participar na eleição dos Corpos Gerentes os trabalhadores da função pública que tenham realizado a sua inscrição no Sindicato, mediante o preenchimento da ficha e o pagamento da quotização provisória mínima de 10\$00, até ao dia 25 de Outubro de 1976.

TRABALHADOR DA FUNÇÃO PÚBLICA:

SINDICALIZA-TE ATÉ 25 DE OUTUBRO!
DINAMIZA A SINDICALIZAÇÃO NO TEU LOCAL DE TRABALHO!
POR UMA PARTICIPAÇÃO MASSIVA NA ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES NO NOSSO SINDICATO

Lisboa, 19/Outubro/76

A. C. D. R. P.

Estrangeiro

"ESMAGAI CHIANG CHING"

Manifestação na capital chinesa contra a viúva de Mao Tsé-tung

PEQUIM, 21 — (R) — Multidões, cheias de júbilo concentraram-se hoje no coração de Pequim para realizar manifestações maciças nas ruas contra a viúva de Mao Tsé-tung e três outros dirigentes radicais.

Foi a primeira vez que manifestações desse género ocorreram em Pequim.

Ao som do rebrantar de foguetes, do rufar de tambores e do toque de gongos, manifestantes, empunhando cartazes, desfilarão através da velha Cidade Proibida exigindo a queda de Chiang Ching, a antiga actriz cinematográfica, e dos seus associados. Milhares de soldados, trabalhadores, crianças, até mesmo dançarinas de ballet e funcionários do Ministério dos Ne-

gócios Estrangeiros participaram na parada.

Os manifestantes empunhavam cartazes com estribilhos e caricaturas toscas que apresentavam o denominado «bando dos quatro» como sementes venenosas.

Alguns gritavam «Esmagai Chiang Ching, esmagai Chiang Ching...»

As fábricas, escritórios e escolas de Pequim ficaram vazios quando centenas de milhares de pessoas se juntaram ao mar humano que desceu os vários quilómetros da Avenida da Tranquilidade Eterna.

Os quatro radicais, que se anunciou estarem presos por conspirarem para dar um golpe de Estado, foram atacados e identificados em numerosos jornais de parede. Ao mesmo

tempo, a multidão gritou o seu apoio ao primeiro-ministro Hua Kuo-feng, recentemente nomeado presidente do Partido Comunista Chinês.

Via-se nitidamente que a manifestação fora organizada com o apoio do partido. Contudo, transeuntes ficaram espantados com o comportamento invulgarmente jovial dos manifestantes.

Hora após hora, grupos de pessoas desfilarão cheias de entusiasmo através da Praça de Tien An Men.

O contingente de funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros acenou para diplomatas e jornalistas estrangeiros, enquanto o grupo do ballet de Pequim dançou nos passeios.

Cada um dos quatro radicais — Chiang Ching, o vice-presidente do P.C.C., Wang Hung-wen, o vice-primeiro-ministro Chang Chun-chiao e o teórico do partido Yao Wen-yuan — foi denunciado pelos manifestantes, que gritaram os seus nomes.

Os ataques mais violentos e vitriólicos eram dirigidos claramente a Yao, o antigo jornalista de Xangai que ajudou a desencadear a tumultuosa Revolução Cultural, há dez anos. Milhares de manifestantes exigiram a sua demissão imediata.

Circulavam, entretanto, rumores na capital de que a comissão central do P.C.C. terminara uma sessão gigantesca e que uma comunicação importante estava iminente.

Diplomatas de Pequim aguardavam a há muito esperada comunicação oficial da nomeação de Hua como presidente do P.C.C.

A sua promoção foi confirmada por informadores oficiais mas não foi ainda anunciada

pelos órgãos de comunicação social.

Aguarda-se também que a comissão entregue uma série de cargos importantes a políticos moderados, completando a dramática depuração dos radicais da hierarquia de Pequim.

A Rádio nacional transmite repetidamente o que parece ser um ataque muitíssimo velado a Chang Chun-chiao, fazendo citações de um artigo de jornal, ainda não publicado. Aludir ao vice-primeiro-ministro como reacçãoário e camaleão, que não escaparia ao veredicto da História.

Sobrinho de Mao na "conjura"?

TÓQUIO, 21 — (FP) — A agência japonesa Kyodo relata as circunstâncias em que um sobrinho do falecido presidente Mao teria entrado na «conjura» dos radicais, descoberta recentemente na China.

Citando fontes próximas das autoridades chinesas, a agência afirma que Mao Yuan-Hsin comandava uma divisão em Shenyang e tinha como objectivo mobilizar dez mil homens que deveriam participar no «golpe de Estado». Segundo a agência, Mao Yuan-Hsin teria pedido ao Estado-Maior autorização para movimentar as suas tropas mas estes projectos foram revelados por alguns dos seus oficiais ao chefe do Estado-Maior-General que por sua vez transmitiu a informação ao primeiro-ministro Hua Kuo-feng. Mao Juan-hsin foi então preso juntamente com os outros «conjurados».

Brasil: recomeçam os "desaparecimentos"

RIO DE JANEIRO — Ao que tudo indica, a prática dos desaparecimentos, que nos últimos tempos estava um pouco mais moderada em razão dos escândalos suscitados e das incessantes denúncias no exterior, está de volta no Brasil. De acordo com informações

obtidas na ex-capital brasileira, sabe-se que foram presas à velha maneira, nos primeiros dias deste mês, dois mecânicos e três geólogos. Aurélio Pereira Rosa e Corbel Pires Carvalhais (mecânicos) e Fábio Henninguer de Araújo, Marcos Magalhães Gomes e Francisco Batista Duarte (geólogos), teriam sido presos, «desaparecendo» a seguir.

Apesar das incansáveis buscas, as famílias não sabem onde nem como estão os detidos que, segundo pessoas das suas relações, não tinham qualquer actividade que justificasse maiores atenções das forças repressivas.

A detenção e o «desaparecimento» dos mecânicos e dos geólogos dá-se, precisamente, no momento em que se regista no Brasil uma escalada terrorista da extrema-direita que, nos últimos dias, praticou atentados bombistas na Associação Brasileira de Imprensa, Ordem dos Advogados do Brasil, Auditoria Militar, de Porto Alegre, Centro Brasileiro de Planejamento, de São Paulo, do sequestro, torturas e vexames ao bispo de Nova Iguaçu e do assassinio do padre Penido Burnier, numa esquadrão da Polícia do Estado de Mato Grosso.

Recorde-se que no dia 15 realizam-se no Brasil eleições municipais.

PUB.

SINDICATO

DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DO PORTO

Proposta aprovada por unanimidade e aclamação em plenário de trabalhadores do sector grossista têxteis, realizado em 19/10/76

Atendendo que um companheiro do Sector da Panificação, faleceu num acidente de viação ocorrido hoje, dia 19/10/76, na viagem de regresso do Ministério do Trabalho, em Lisboa.

Propomos: Um minuto de silêncio neste plenário de grevistas do sector grossista têxtil e um voto de pesar pela perda deste companheiro.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE VESTUÁRIO, LAVANDARIAS E TINTURARIAS DO DISTRITO DO PORTO

M O Ç A O

1 — Considerando que o Sindicato é um órgão de classe, à volta do qual os trabalhadores se unem e organizam para combater o capitalismo e o fascismo.

2 — Considerando que o Sindicato são direcções e trabalhadores não se podendo nunca desligar uma da outra parte.

3 — Considerando que o não desligar a direcção sindical dos trabalhadores do sector é a melhor forma de combater o elitismo e o vanguardismo que se opõem a um sindicalismo de massas.

4 — Considerando que o reforço da unidade não se forja nem consolida com conceitos de que as direcções é que sabem; os trabalhadores confiam nelas e por isso não precisam de intervir em tudo o que decida a sua sorte.

5 — Considerando que o Congresso de Todos os Sindicatos será decisivo para o avanço da revolução feita pelos trabalhadores.

6 — Considerando que a composição das delegações de cada Sindicato ao Congresso deve ser mista — trabalhadores eleitos e direcções.

Os trabalhadores de Vestuário, Lavandarias e Tinturarias decidem:

1 — Que o Congresso de Todos os Sindicatos não seja um congresso de direcções ou representantes destas, mas um congresso que seja expressão dum sindicalismo de base, de massas e de classe, onde a participação dos trabalhadores se faz da base ao topo, ou seja da organização na fábrica, das discussões nas assembleias, às discussões e decisões no Congresso.

2 — Que a delegação de cada Sindicato no Congresso tenha uma composição democrática, expressão do real pensar e sentir da classe trabalhadora sendo para isso exigido que cada delegado exerça o poder de intervir, propor e votar, tendo sempre como princípio quer seja dirigente ou delegado eleito os princípios defendidos pelos trabalhadores que representam.

3 — Apoiar o princípio de que a maioria da delegação ao Congresso é de trabalhadores eleitos para o efeito.

4 — Assumir o plano de acção que depois de amplamente discutido pelos trabalhadores venha a ser aprovado no Congresso, garante da unidade, da combatividade, da luta e da vitória.

Exigem:

1 — Que a Direcção do seu Sindicato defenda os princípios acima expostos cuja prática exercemos no Sector Têxtil.

2 — Que a Direcção do seu Sindicato lute pela unidade, contra o divisionismo, pela unidade e contra o pluralismo.

POR UM CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES: PELA REESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL SINDICAL ÚNICA — INTERSINDICAL NACIONAL. PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES. UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS.

APROVADO POR MAIORIA; COM 1 VOTO CONTRA E DUAS ABSTENÇÕES.

Novo primeiro-ministro seria Li Hsien-nien

HONG-KONG, 21 (R.) — Um vespertino direitista de Kong-Kong, «Nam Wah Man Pao», afirma que o vice-primeiro-ministro chinês Li Hsien-Nien foi nomeado primeiro-ministro numa importante remodelação governamental operada em Pequim sob a direcção do novo presidente do Partido Comunista, Hua Kuo-feng.

O jornal atribue a fontes fidedignas que não nomeia uma lista da nova chefia chinesa, que publica com relevo na primeira página.

Li teria também sido nomeado vice-presidente do partido juntamente com o vice-primeiro-ministro Chen Hsi-Lien e com o ministro da Defesa Yen Chien-ying. Os três são considerados moderados.

A comissão central do Partido Comunista teria decidido ainda que os «quatro de Xangai» — a viúva de Mao, Chiang Ching, o vice-presidente do partido Wang Hung-Wen e o ideólogo, Yao Wen-yan — fossem expulsos do partido e destituídos dos postos oficiais que ocupavam.

O partido do «Nam Wah Man Pao» segue-se a notícias dimanadas de Pe-

quim de que estaria a decorrer uma importante reunião da comissão central, com vista a ratificar a nomeação de Hua Kuo-feng como presidente do partido, sucedendo a Mao Tsé-tung, e a preencher as vagas deixadas pelos quatro extremistas cuja prisão tem constado insistentemente.

O vespertino diz que as novas nomeações na lista que publicou foram decididas pela comissão central que afirma está reunida há vários dias. A lista inclui Yen Chien-ying como presidente da comissão dos assuntos militares, o órgão que controla as forças armadas, contradizendo os jornais de parede recentemente aparecidos em Pequim, que apontam Hua como presidente daquela comissão, cargo ocupado anteriormente por Mao.

A lista inumera ainda 21 pessoas — entre as quais Li, Chen e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Chiao Kuan-hua — que teriam sido nomeados para o Politburo, em cuja composição não figuram os quatro radicais dados como presos. Li Hsien-nien foi íntimo colaborador do falecido primeiro-ministro Chu En-lai.

Os quatro "rebeldes" de Xangai

No início do Verão de 1966, Chang Chun-Chiao e Yao Wen-Yuan (este último publicara em Novembro de 1965 o famoso texto sobre a destituição de Hai Jui, que daria o sinal da Revolução Cultural) foram chamados a Pequim a fim de fazer parte do grupo encarregado da Revolução Cultural (G.C.R.C.), na altura ponta de lança da contestação antiburocrática. Os incidentes ocorridos em 1966 em Xangai, entre jovens revolucionários e responsáveis locais do partido, levaram as instâncias do G.C.R.C. a enviar Chang Chun-Chiao para Xangai, a fim de sustentar os «rebeldes». O nome de Wang Hong-Wen, foi ligado ao êxito da principal organização dos operários revolucionários, o «Quartel-General da revolta revolucionária dos operários de Xangai», tendência dura da contestação

operária.

A 6 de Janeiro de 1967, os «rebeldes» revolucionários dessa tendência, tomavam a direcção do jornal «Libertação» e do Wen Hui Pao, tornando-se assim senhores dos órgãos de propaganda.

A 11 de Janeiro, o Comité Central do partido, o Governo, a Comissão Militar do Comité Central e o G.C.R.C. dirigiam uma mensagem de apoio aos «rebeldes». A «Comuna de Xangai» — assim chamada em homenagem à Comuna de Paris — foi proclamada a 5 de Fevereiro de 1967. Os seus membros foram eleitos pelas massas revolucionárias. Organizaram-se comícios a que estiveram presentes Chang Chun-Chiao e Yao Wen-Yuan e, decerto, Wang Hong-Wen.

Pouco tempo depois, estes «excessos» teriam fim. O «Comité Revolucionário de Xan-

gai» sucedia à «Comuna». Entretanto, Chang Chun-Chiao fora recebido duas vezes por Mao. A criação da «Comuna» não foi aprovada nem condenada pelo presidente, que teria dado conselhos de moderação.

Os membros da «Comuna de Xangai» estiveram na origem da Revolução Cultural. Depois, o nome de Chiang Ching foi associado à tendência dirigida por Chang Yao e Wang, tendência essa conhecida pelo nome de «Grupo de Xangai».

Desde a eleição de Wang Hong-Wen, para o Secretariado Político, em Agosto de 1975 — Yao e Cheng já eram seus membros, — essa tendência teve um papel importante, lançando em especial ataques aos «direitistas». Ela foi particularmente apoiada pela juventude estudantil de Pequim e de Xangai.

© LE MONDE

NUM FUTURO NÃO DISTANTE, AS GUERRAS DEIXARÃO DE EXISTIR!... ENTÃO SURGIRÁ:

ROLLERBALL

[OS GLADIADORES DO SÉCULO XXI]

"ROLLERBALL É UM FILME IMPORTANTE"

ART BUCHWALD
NATIONALLY SYNDICATED COLUMNIST

"O IMPACTO É DEVASTADOR"

KATHLEEN CARROLL
N YORK DAILY NEWS

"ROLLERBALL... ORIGINAL, FANTÁSTICO"

ARTHUR KNIGHT
HOLLYWOOD REPORTER

CINEMA-ESPECTÁCULO

JAMES CAAN
num filme de NORMAN JEWISON
com
JOHN HOUSEMAN • MAUD ADAMS • JOHN BECK • MOSES GUNN
PAMELA HENSLEY • BARBARA TRENTHAM • RALPH RICHARDSON
argumento WILLIAM HARRISON música de ANDRÉ PREVIN
produtor associado PATRICK PALMER

United Artists

SENSACIONAL ESTREIA EM 2 CINEMAS

SÃO JORGE

HOJE AS 21.15

STAR

NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 18 ANOS

BANDA SONORA DE «ROLLERBALL» EM DISCOS U. A. DIS-
TRIBUÍDOS POR RADIOTRIUNFO, LDA.

MARIA VITÓRIA

T. 36 17 40

HOJE AS 20.30 E 22.45 H.

★ E TODOS OS DIAS ★

Não aconselhável a men. de 18 anos

UM ENORME ÉXITO!

A MELHOR REVISTA DOS ÚLTIMOS ANOS!

A SENSACIONAL PLURALREVISTA

SALVADOR e IVONE SILVA

HENRIQUE SANTANA

O BOMBO DA FESTA!

LYGIA TELLES

COLISEU

TODAS AS NOITES às 21.30 horas
Quintas e Sábados «matinéas» às 16 h.
Domingos «matinéas» às 14.30 e 17.15 horas
SÓ ATÉ DIA 31 — VEJA QUANTO ANTES!

OLIMPIADA DE CIRCO!

2 Alegres paradas de palhaços 2
6 Fabulosos números de animais 6
100 ARTISTAS 100

14 Países numa grande competição 14

Espectáculos

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

...Que o cinema é sempre um veículo ideológico é uma afirmação quase lapalissiana. Menos claro, porém, é muitas vezes onde e como os sinais ideológicos, ou apenas de propaganda, se inscrevem no filme e a que nível funcionam. Isto porque, só uma concepção primária do cinema os coloca a um primeiro grau, imediatamente legível, antes os envolve numa roupagem que os faça passar liminar, mas eficientemente. Dois filmes actualmente em exibição em Lisboa oferecem amplo material para uma breve análise que aqui se vai procurar fazer, análise que busca apenas a clarificação de alguns vectores e que de qualquer modo não procura esgotar nem os filmes nem muito menos o assunto.

«KAZABLAN» DE MENA-HEM GOLAN

Vindo de Israel o ealas mãos (e capital) dos americanos da MGM Kazablan diz-se um espectáculo musical. Como tal é de uma qualidade técnica bastante fraca mas não é aí que a nossa atenção se vai centrar.

Neste filme pode dizer-se que a ideologia se cinde em dois vectores: um claramente de propaganda (dado a um nível imediato, o da palavra), outro mais subtil que preenche a globalidade do filme. A propaganda é a do sionismo (a abrir e fechar, a emoldurar, portanto, a película) e é dada através do que um dos personagens, o velho pescador, afirma: «Somos todos puros semi-

Do cinema como veículo ideológico — dois exemplos em cartaz

tas» diz-se textualmente, enquanto na imagem desfilam judeus franceses, americanos, marroquinos, espanhóis, romenos, polacos, brancos, negros e mestiços, louros e morenos, a gama total. A juntar a isto,

listicamente feliz, contente com o seu pobre e limitado dia-a-dia, apolítica (veja-se a canção em que a democracia é primariamente gozada) e positiva, isto é, em que os seus membros são essencialmente

tante mais bem feito tecnicamente e não menos sinistro.

Aqui as «manças» são pequenas, o objectivo é simples directo, como nos melhores filmes de propaganda. O que não quer dizer que seja evidente.

A situação que nos é mostrada é a das semanas que antecederam aquele ataque (que como se sabe marcou a entrada dos Estados Unidos na II Guerra e a abertura da frente da Ásia) mas escamoteando cuidadosamente referências políticas. Assim a agressão nipónica à China, a própria ideologia fascista do Estado japonês, o isolacionismo colaboracionista do Governo americano nessa data, nada disso é dado no filme a não ser por mínimas referências de passagem. A realidade histórica está reduzida ao maniqueísmo: os «bons» americanos pacíficos atacados à traição e os «maus» japoneses agressores exalando perfídia. E isso é dado aos mínimos níveis. Da tonalidade da fotografia (gelada escura, tenebrosa quando se retrata o lado nipónico, multicolorida, jovial, «humana» do lado americano), aos personagens (os japoneses parecem ser simples máquinas de guerra, enquanto os americanos são os únicos a ter sentimentos, família, sono, etc.).

Todo o filme é conduzido neste sentido: frisar o carácter nefando do bombardeamento de Pearl Harbour. Porquê? Será que os Estados Unidos precisam hoje de justificar a sua entrada na guerra? Claro que não. O problema é outro.

Se alguns factos se guardam na memória do que foi a II Guerra eles são dois ou três: Auschwitz, Estalinegrado, Hiroshima. Porque eles representam o que de mais bárbaro nela aconteceu: o genocídio judeu, a agressão à União Soviética, a bomba atómica.

O que este filme pretende justificar (tornar justo) é Hiroshima. O próprio almirante Yamamoto (chefe da esquadra japonesa) o evidencia afirmando a encerrar este Tora! Tora! Tora! (cito de memória): «Despertamos o gigante e obrigamo-lo a uma terrível determinação». Ora enquanto Pearl Harbour, como o desembarque da Normandia ou a batalha das Ardenas foram actos de guerra, o bombardeamento atómico de Hiroshima foi uma hecatombe militarmente inútil (o Japão estava, nessa data, vencido) e provocado deliberadamente como um «aviso» à União Soviética. Hiroshima não é o fim da II Guerra Mundial mas o princípio da guerra fria.

Este filme não só quer ocultar esse facto como torná-lo uma vingança lógica da perfídia japonesa. Ou seja, e finalmente, fazer esquecer que o «dia da infâmia» (como diz o programa do Condes) para o povo americano não é o 7 de Dezembro de 1941 mas aquele dia de Agosto de 1945 em que o cogumelo de Hiroshima se ergueu brutalmente.



«Kazablan», um miserabilismo alegremente reaccionário

de imediato, a justificação nítida da existência do Estado de Israel: «Andámos 40 anos no deserto para cá chegar». O mesmo é dizer, esta terra é nossa por direito religioso e histórico. Sabemos não ser exactamente assim.

Mas o fundamental não está aí. Para além de um claro escamotear das diferenças de classe dentro do povo judeu (o que se insere no propósito nacionalista, «deste mar vim eu e David Ben Gurion» — diz-se no filme) é extremamente curioso constatar-se a extrema semelhança de estrutura que existe entre este filme e as comédias portuguesas dos anos 40, mormente «O Pátio das Cantigas». A sociedade que nos é mostrada é uma sociedade miserabi-

bons (a existência do «mau» funciona como simples contraponto e reforço). Estamos em pleno reino do «bom povo... judeu», simples e feliz. Felicidade que provém de um cinico suporte, serem todos semitas.

A própria estrutura do «herói» (Kazablan de seu nome) obedece a esses princípios: tido como marginal, duro, chefe de um bando (que é porém o mais simpático possível mesmo quando rouba carros) ele revela-se afinal ao longo do filme como um antigo combatente da guerra, condecorado e tudo, «com um coração de ouro», que não era mais que um desadaptado que o amor vem salvar.

Note-se, por outro lado, a extrema pudicícia deste filme. Não existe nele, ao nível dos personagens, o mínimo sinal de que eles sejam seres sexuados, isto é, capazes de ligação física. Concretamente o par de apaixonados não se beija ou sequer acaricia uma única vez.

Ao invés, o olhar da câmara, o nosso olhar de voyeur «protegido» pelo escuro da sala de cinema, é particularmente libidinoso quando se fixa sobre corpos de mulheres anónimas (o corpo de baile), ou seja sobre a mulher-outra (nem a mão, nem esposa) única sobre quem é permitido exercer-se a lascívia. São inúmeros os grandes planos sobre o púbis, as ancas, o peito, as nádegas dessas mulheres que a câmara identifica como «gado».

Como se pode entrever aparentemente inócuo, de puro divertimento, traz consigo uma carga letal de uma ideologia retrógrada, tradicional, pequeno-burguesa, nacionalista, numa palavra, de direita.

«TORA! TORA! TORA!» de Richard Fleischer

Noutro registo (filme de guerra com pretensão realista e documentais sobre o ataque japonês a Pearl Harbour em Dezembro de 1941) eis um filme bastante mais subtil, bas-

Esta revista contém cenas eventualmente hilariantes

ADOQUE

AGRADE CEGADA

UMA SENSACIONAL REVISTA PLURAL E SINGULAR!

HOJE: às 20.30 e 22.00
Domingos: Matinéas às 16 h.

4.ª FEIRA
Descanso da Companhia
(Não acons. MEN. 18 anos)

ADOQUE

4.ª

MÊS

EXITO!

ALBERTO

grupo 4

O CÍRCULO DE GIZ CAUCASIANO

bertolt brecht

JOÃO LOUREIRO

De 3.ª a 6.ª feira às 21.15
Sábado, também às 15.30
DOMINGO SÓ às 16 h

ÚLTIMAS

COMUNA

TEATRO DE PESQUISA

Diariamente às 21.30 h.

O MÁGICO DA CENOURA -
(A HISTÓRIA DE UM DESEMPREGADO)

PELO GRUPO FRANCÊS

TYLENCHUS

SÓ ATÉ SÁBADO

PREÇO ÚNICO — 40\$00

TEL. 76 26 24

PRAÇA DE ESPANHA

QUINZENAS MUSICAIS

QUINZENA DA MÚSICA FRANCESA

SETÚBAL (Quinta-feira)

21.30 horas — CINE-TEATRO LUISA TODI

Orquestra Sinfónica da Radiodifusão Portuguesa

Silva Pereira (Maestro) Carlos Franco (Flauta)

Adriano Jordão (Piano)

Obras de Ibert, Ravel e Cabrier

Organização da Radiodifusão Portuguesa e Secretaria de Estado da Cultura

Colaboração entre outros da Direcção-Geral do Turismo

Canal da Crítica

A. VITORINO D'ALMEIDA: DISCURSO SOBRE A CENSURA

António Vitorino de Almeida dedicou em missão de «A música e o silêncio» ao problema da censura. A questão central permaneceu no campo das relações entre o artista inovador e um certo gosto estabelecido; este funciona como uma censura ou como um travão aos clarões de novos entendimentos. De como os novos entendimentos da arte se estandartizam e passam, por sua vez, a funcionar como formas de travão, de censura por consequente. É motivo para novo romance... que o mesmo é dizer, para nova emissão.

Evidentemente que todo o artista satisfaz uma «encomenda» social. Quer dizer: membro de uma determinada colectividade, o artista não pode furtar-se aos problemas que essa mesma sociedade lhe coloca. Só que essa sociedade não é homogênea, os interesses chocam-se... e as atitudes dos artistas variam consoante a sua inserção nessa sociedade e o ângulo por que a encara. Acontece, por vezes, que um artista, respondendo afirmativamente às solicitações de uma sociedade decadente, produz simultaneamente obra revolucionária ao nível da linguagem que utiliza... e assim destrói o decadentismo em que se desenvolve.

A censura a que António Vitorino d'Almeida se referiu, tem a ver mais com as restrições ao espírito criador impostas por determinado tipo de sociedade. Foi útil que tivesse chamado a atenção para esse aspecto... quanto mais não seja para nos ajudar a combater o que em nós persiste de oposição a novas formas de linguagem.

Claro que a presença das imagens de Hitler, bem como a notável sequência da árvore tragicamente ridícula e ridiculamente pobre, pela qual trepa a hera do hino da Mocidade Portuguesa, apontam claramente para outro tipo de censura... aquela que pretende extirpar ou cortar as resistências ao obscurantismo e ao domínio injusto e ao crime instituído. Nesse campo, muito haverá que contar. A história do fascismo em Portugal não poderá fazer-se sem a autópsia dessa formidável engrenagem que se chama censura.

Autópsia que tarda a fazer-se. Como tantas outras obras indispensáveis para que se cumpra, em plenitude, uma autêntica libertação do fascismo. Mesmo nos domínios da música (domínios aparentemente menos visíveis) há muito e muito para contar.

Olá, se há!

LÉRIAS

Sem perdermos de vista a complexidade do problema. Censura? Há tantas formas de a levar à prática... De tal modo que o que se põe em causa verdadeiramente não é a sua existência, mas a maneira como se pratica, a matéria sobre que incide e o alvo que visa.

Nos países socialistas, por exemplo, os meios de infor-

mação exercem uma crítica sem quartel às deficiências, aos erros, ao funcionamento das instituições. Mas não se permite a propaganda da guerra, da inimizade entre os povos, da pornografia, da droga, do armamento, do racismo, etc.

Nos países de «capitalismo avançado» os meios de informação mais poderosos fazem a apologia do capitalismo e do imperialismo com todas as suas taras. Pode não existir uma censura prévia institucionalizada ao nível oficial... mas se nos lembrarmos que os grandes meios de informação pertencem unicamente ao grande capital, logo se concluirá da existência inevitável da censura. Teoricamente, um cidadão pode escrever o que quiser: resta saber aonde...

Nos Estados Unidos, por exemplo, a Televisão, a poderosa Televisão, não pertence ao Estado... mas pertence às foras a quem também pertence o Estado: Ford, Esso, General Motors e por aí adiante. Poderemos daqui concluir que a Televisão é livre e independente? Lérias, meus filhos, lérias.

NÃO SERÁ?

Importa saber quem reprime quem.

Ontem ouvimos parte do discurso do secretário da Comunicação Social. O qual se desdobrou entre dois planos: um deles, a liberdade de expressão até ao abuso dela; o outro, a recusa da liberdade da ideologia fascista.

Uma afirmação e uma negação ou melhor: uma restrição. A censura à ideologia fascista não pode deixar de aplaudir-se. O combate até faz parte da constituição. Correto. E as obras, senhor secretário?

As obras se calhar esbarram com as dificuldades na definição da ideologia fascista... Não será ideologia fascista a propaganda do anticomunismo?

Não será ideologia fascista a propaganda colonialista? Não será ideologia fascista a publicação de entrevistas com fascistas que defendem e propagam os seus pontos de vista?

Não será ideologia fascista sanear à esquerda e silenciar completamente sobre tais saneamentos, como se pratica na RTP?

Não será ideologia fascista dar cobertura tão carinhosa a organizações declaradamente demarcadas, por exemplo, a CAP, como se faz na Televisão?

Não será ideologia fascista, por parte da Secretaria da Comunicação Social, o ostensivo silêncio (equivalente a um *amen*) face aos despedimentos vergonhosos dos trabalhadores da RTP?

Podíamos alongar o rol. Mas basta.

Claro que a Constituição manda. Mas se há juizes que institucionalizam a Constituição, haveremos de esperar o quê? Acaso estão munidos os tribunais de instrumentos legais que os habilitem a não

confundir o crime da ideologia fascista com... o democrático uso da liberdade de expressão?

Se estão, por que não actuam ou actuam tão mal?

Se não estão, para quê as arengas tão inflamadas contra o direito à defesa da ideologia fascista? Repetindo Vinicius de Moraes, homem que diz vou não vá.

Quando será que se diz menos que vamos, para irmos realmente a sério?

BANQUEIROS, PERDÃO! BANCÁRIOS

E, já que estou com a mão na massa, não quero deixar de referir o comportamento da RTP face ao problema dos Bancários do Sul.

Começa pela reportagem que fizeram da Assembleia Geral. Reportagem confusa, a todos os níveis. Prossegue com a cobertura que deu a uma «conferência de imprensa» dos dirigentes daquele sindicato. O presidente da mesa, atentamente escutado, vomitou sobre nós uma escandalosa verborreia. Chegou-se ao ponto de se falar na existência de «golpes orquestrados» em violências, em calúnias de toda a ordem, e mais: *Inclusivamente, a Mesa da Assembleia Geral declara que tem provas disso através de documentos perdidos na Assembleia que chegaram ao nosso poder...*

Pois é verdade, amigos. Há quem se sirva destes processos. Há quem, no desespero das causas perdidas, não recue diante de acções tão... feias. Acções que não deixarão de encontrar a maior repulsa, certamente mesmo no seio de muitos que, honestamente, tomaram inicialmente a opção da direcção daquele sindicato.

Muito feio. Tão feio, tão feio, que a Televisão não quis perder a oportunidade... Quando nasce um sapo, nasce logo uma sapinha.

Atacar. Atacar quem não se pode defender. Atacar com armas tão poderosas para atingir

certos fins, para lançar a confusão e a divisão entre os trabalhadores.

A propósito: que ideologia será esta?

Sarau de piano com Hans Thurwachter

O Clube Alemão de Lisboa promove um sarau com o pianista Hans Thurwachter, hoje, pelas 19.30, na Av. General Norton de Matos, em Lisboa.

Hans Thurwachter, professor desde 1970 na Escola Nacional Superior de Música de Heidelberg-Mannheim, tocará obras de Mozart, Beethoven, Ravel, Blacher e Chopin.

Após uma formação nas escolas de música de Freiburg e Mannheim, no Conservatório Nacional de Paris e na Escola Normal de Música de Paris, Hans Thurwachter, em complemento da sua actividade como professor em Mannheim e no Mozarteum de Salzburg, já fez muitas viagens para tocar como convidado em bastantes países. As excelentes críticas de que Hans Thurwachter tem sido alvo depois de dar os seus concertos, e que atestam a «fundada técnica» e «virtuosidade segura e sem mácula» deste pianista, podem deixar antever ao auditório do sarau de piano agora anunciado tratar-se de um acontecimento fora do vulgar.

Os bilhetes de ingresso poderão ser adquiridos no local (Escola Alemã de Lisboa) à hora do espectáculo.

Hoje



«O Conde de Monte Cristo»

18.30 Abertura

18.32 Bonecos — é uma rubrica que inclui filmes destinados aos espectadores mais pequenos.

18.50 Inglês a Sorrir — o ensino dinâmico do inglês através do jogo teatral e da música.

19.20 «O Conde de Monte Cristo» — a famosa obra de Alexandre Dumas numa série de animação produzida e realizada por Halas e Batchelor especialmente dirigida ao público jovem.

19.40 A Ideia e a Imagem — um programa de Álvaro Machado, que se pretende aberto a todas as formas de cultura.

20.30 Telejornal — 1.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.

21.05 «As Trapalhadas do Robin dos Bosques» — as aventuras da lendária figura de uma série transbordante de imaginação, alegria e irreverência, realizada por Mell Brooks.

21.35 Um Programa da Direcção de Informação

23.25 Telejornal — 2.ª edição

23.40 Fecho



Amanhã

18.30: Abertura e Abre-te Sésamo... infantil; 19.00: Janela Grande — um tema que vai ser aprofundado por um jovem (ou uma jovem) apresentador que dirá sobre esse tema algumas palavras que o enquadram e definam; 19.30: Recital — Trio op. 70, n.º 1, de Beethoven. Interpretes: Pinchas Zukerman (violino), Jacqueline Dupré (violoncelo) e Daniel Barreboin (piano); 20.00: Momento Desportivo — um tema de actualidade em debate; 20.30: Telejornal — 1.ª edição; 21.05: Momento Político; 21.20: O Sentido das Formas — no 3.º programa o apresentador, dr. Ferreira de Almeida, fal-nos da Sé do Porto; 22.50: Vamos ao Fado — um programa de José Pracana. Produção de Mello Pereira. Realização de Ruy Ferrao; 23.00: «Ana Karenina» — a adaptação da conhecida obra de Leon Tolstói produzida pela RAI (Radiotelevisione Italiana). Realização de Sandro Bolchi. Interpretes: Lea Massari e Pino Colizzi; 23.15: Telejornal — 2.ª edição; 23.30: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-834271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Marçau, 8

I. S. C. S. P.

CURSO DE CIÊNCIAS POLÍTICO-SOCIAIS

— REUNIÃO —

6.ª Feira, 22/10, 18 horas

INÍCIO DAS AULAS

(A Direcção AEISCSP)

TEATRO / telef. 366745

ABC

Sucesso é

GAZA COR

SEU

PAZADOR

(4.ª feira, descanso da Companhia)

N.º acons. a men. 18 anos

TODOS OS DIAS 2 SESSÕES
às 20.30 e 22.45 horas
DOMINGOS E FERIADOS
MATINEE às 15 horas

teatro do bairro alto

R. Tenente Raúl Cascais
1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05

Teatro da Cornucópia

Tambores na Noite

de Bertolt Brecht

TODOS OS DIAS

AS 21.30

DOMINGO, AS 18 H.

2.ª Feira descanso

BREVEMENTE

«ALTA ÁUSTRIA»

DO KROETZ

BANDA DE MÚSICA

PRECISA REGENTE

Resposta à Sociedade Filarmónica Capricho Bejense

R. da Moeda N.º 10—BEJA—Telefone 22467

Desporto

TAÇA DAS TAÇAS: 3-1

Boavista: xeque ao Levsky

O Boavista é a última esperança portuguesa nas competições «uefianas» de clubes, na época 1975/76. Já o era antes do jogo de ontem: continua a sê-lo depois. Porém, nada de embalar em arco, porque o desgosto pode ser maior: o Levski não é uma equipa qualquer. Entre este grupo e os romenos do Galati anterior contrário do Boavista, que este venceu no Bessa por 2-0 (que sempre é melhor do que 3-1) há uma diferença abismal. Aumentaram as esperanças dos «axadrezados» continuarem na prova? Dois golos, são dois golos; mas há que ter perfeita consciência da superior categoria da turma búlgara. Tem perfeito cabimento o receio de dois golos chegarem para defender a eliminatória, em Sofia: quem viu o jogo de ontem concordará com a ideia.

Uma chuva autenticamente diluviana caiu anteontem sobre a cidade do Porto a provocar enxurradas e inundações, acompanhadas de vento ciclónico que soprou a mais de 100 km/h.

Coberturas prefabricadas foram arrancadas aos suportes metálicos, um tecto desabou próximo das crianças internadas no sector de pediatria

do Hospital de Santo António, o Boavista nos últimos cinco dias não pôde treinar no Bessa. Tudo, lembranças da invernada (após longa e angustiante seca) que, «trazidas» ao futebol, transportam o nosso pensamento para o recente Portugal-Polónia, de triste memória: chuva que funcionou como escape para os mais indulgentes lhe atribuírem (se outros factores poderosos não houvesse) as razões do desolador resultado com os polacos...

Pois ontem, a chuva (desejada quando há seca e repelida na «sua época») não deu origem a controvérsias, não deu motivo a carpis de mágoas, não deu azo a lamentações paternalistas: nem (sequer) deu oportunidade a críticas exacerbadas. Não houve chuva desde as 6 da manhã e o sol (o desejado sol) raiou com esplendor. A relva do Bessa estava enxada e o piso seco embora um pouco maltratado: estavam enriquecidas (indiscutivelmente) as condições para um bom espectáculo futebolístico, como realmente aconteceu. Con-

dições que não teve nem o técnico do chuto, nem o adepto do futebol, no sábado passado, nas Antas.

Este Boavista-Levski foi (realmente) um excelente espectáculo, para o que colaboraram quase todos os seus intérpretes: árbitro incluído mas juizes de linha excluídos.

Os visitantes subiram ao relvado 20 minutos antes do jogo começar (para aquecimento) quando pouca gente das cerca de 16 mil pessoas que assistiram ao jogo, se encontrava nas bancadas: alguns assistentes nos lugares menos protegidos pela cobertura, empenhavam guarda-chuvas para se preservarem do sol.

Apenas com 7 minutos jogados Spassov centrou, Mário João andava por outras paragens e Milanov (a 4 metros de Botelho, que fica estático) atirou de cabeça rente ao poste. Na jogada seguinte foi Albertino que se isolou, entrou na área a rematou por sobre a cobertura do topo sul. Ficou o aparato da corrida com o defensor visitante e a rapidez do lance. O Boavista ganha dois «cantos» seguidos e domina o jogo: aos 17 m. Artur (integrado no ataque pela esquerda) entregou a Nogueira, este a Mané, que conseguiu em desequilíbrio tocar para Celso e este contornou o guarda-contrário e fez golo.

O dispositivo tático do Boavista «de Wilson» (em 4x4x2) contrastava com o 4x3x3 dos búlgaros, mas enquanto apenas Mané aparecia a auxiliar a frente de ataque (de resto, manobrou sempre e bem a meio-campo) os visitantes, quando de posse da bola, atacavam com 5 e 6 elementos. O dinâmico futebol búlgaro, exibido em todo o campo, criava constantes embaraços à defensiva axadrezada, onde (normalmente pendular) Mário João estava em «dia não» a comprometer o sector e a provocar um certo nervosismo em Botelho, hesitante em algumas saídas, pregado ao terreno quando se impunha o abandono da sua «cidadela».

Após o golo dos «axadrezados» surgiu ascendente territorial dos visitantes, que viria a ser merecidamente concretizada com o tento do empate, surgido por «linhas tortas» à meia hora.

Mário João chutou no espaço, ao aliviar um centro a meia altura (de Voinov) e Milanov recordou outros falhanços do «capitão» português: não perdendo de vista o esférico este foi-lhe apresentado na bola esquerda para o remate certo.

O centro-campista (de grande categoria) Varsov, mostrava-se um eficiente elo de ligação entre a defesa e o ataque, através do qual se iniciavam (normalmente) os lances ofensivos de maior perigo do Levski, ora conduzidos pela esquerda, ora pela direita, numa variação de jogo que confundia e punha à deriva três terços da equipa «axadrezada», que defendia.

Foi com certa felicidade que o Boavista conseguiu o 2-1, antes do intervalo. Trindade serviu Albertino, que meteu o pé direito em forma de colher e colocar a bola à frente de Mané. Aladjov quase parou (de mão no ar, a reclamar «off-side» que o «líder» não marcou) e a bola foi colada às malhas pelo brasileiro. Foi um tento feliz, que na altura não se justificava (porque era o Levski quem estava senhor da situação) marcado numas condições contestadas e, ainda por cima, a dois minutos do intervalo.

Na 2.ª Parte, aconteceram muitas coisas boas no Bessa. Futebol rectilíneo, jogado a largura e extensão do campo, sempre veloz, assente numa excelente preparação física e algum apuro técnico, por parte do Levski; manobra esclarecida, também veloz, adornada com superior técnica, por banda do Boavista.

Do meio campo para a frente, viram-se jogadas (de parte a parte) de excelente recorte técnico. Cerca dos 65 m., os búlgaros tiveram uma jogada monumental: toques de cabeça, em progressão, entre Strojano (que substituiu Krasnov) varsov e, depois, com



Voo de Botelho, a safar o 3-2

os pés entre este e Milanov, com os «axadrezados» a assistirem sem tocar na bola à beleza do lance: potente remate final do último, ao poste, com Botelho sem esboçar defesa. Mas, outros lances houve bem delineados, em que as defesas eram constantemente dominadas pelos ataques. Futebol em estilo «ping-pong» que a assistência aplaudiu com entusiasmo: e muitas situações de golo construídas com muito mais mérito para os sectores ofensivos do que defensivos. Aliás o, Levski, no último reduto, mostrou-se muito mais permeável do que o Boavista.

Albertino (aos 58, 67 e 75 minutos) perdeu três excelentes ensejos de golo. Esteve nitidamente infeliz, o ex-leixonnense. No primeiro, a 3 metros do guarda-visitante atirou em jeito rente ao poste; no segundo, nas mesmas condições (mas de cabeça) finalizou igualmente a centímetros da madeira e, no terceiro, após uma excelente jogada pessoal, arrancou um potente remate (já dentro da grande área) que esbarrou no poste. Dos visitantes, além do assinalado lance na madeira houve outro golpe de Panov que fez tremer Mário Wilson.

uma boa «finta».

Dois tipos de futebol estiveram no Bessa: mais tecnicista (e também mais individualista) o dos «axadrezados»; mais polivalente, com mais «associação», o futebol exibido pelos búlgaros. O técnico do Levski disse, no final, que a sua equipa eliminaria sem grande esforço o Boavista. Muito convicto. A nós ficou-nos a sensação de que, efectivamente, o Boavista tem que jogar muito em Sofia para não ser eliminado.

Árbitro: Clive Thomas, do País de Gales. Boavista: Botelho, Trindade, Mário João, Carolino e Artur; Francisco Mário, Barbosa, Mané e Nogueira, Celso e Albertino.

Levski: Staikov, Grantcharov, Tichanski, Ivkov e Aladjov; Barsov, Krastanov e Panov; Voinov, Milanov e Spassov.

Substituições: Stojanov, no posto de Krastanov (aos 60 m) e Jorge Gomes em lugar de Mané (aos 89 m). Ao intervalo: 2-1. Golos: Celso (2), Milanov e Mané.

PORTUGAL

ANDEBOL

A equipa do F.C. do Porto defronta o Volani Povereto (da Itália) no 2.º jogo da 1.ª eliminatória da Taça dos Vencedores das Taças», na noite de 27 próximo, no pavilhão do Estádio das Antas. No 1.º encontro (disputado em Milão) os portugueses foram derrotados pela equipa italiana, por 10-14.

O responsável pela equipa portuguesa (o prof. António Cunha) ao referir-se aos italianos disse: «Os italianos são profis-

POR ESSA EUROPA

Para além do Boavista Levski, outros jogos se desenrolaram na «quarta-feira europeia», para os três torneios uefeiros. Desfechos:

TAÇA DOS CAMPEÕES

Banik-Bayern Munique, 2-1; Ferencvaros-Dinamo Dresden, 1-0; Trabzonpor-Liverpool, 1-0; Dinamo Kiev-PAOK, 4-0; Zurique-Palloseura, 2-0; Real Madrid-Brugge, 0-0; St. Etienne-PSV Eindhoven, 1-0; e Torino-Borussia M'Gladbach, 1-2.

TAÇA DAS TAÇAS

Slask Wroclaw-Bohemians, 3-0; Apoel Nicósta-Nápoles, 1-1; Carrick Ranger-Southampton, 2-5; Atlético Madrid-Bajduk Split, 1-0; Anderlecht-Ga-

latasaray, 5-1; Hamburgo, Hearts, 4-2; e Dinamo Tbilisi-MTK, 1-4.

TAÇA UEFA

Wisla Krakow-RWD Wolenbeek, 1-1; Akademik Sofia-Milão, 4-3; Sportul-Schalke 04, 0-1; Shakhter Donetsk-Honved, 3-0; Hibernian-Oesters, 2-0; Manchester United-Juventus, 1-0; Austria Salzburgo-E. Vermelha, 2-1; Wacker Innsbruck-Videoton, 1-1; AEK-Derby County, 2-0; Magdeburgo-Dinamo Zagreb, 2-0; Slovan Bratislava-Queen Park, 3-3; Basileia-Atlético Bilbao, 1-1; Feyenoord-Kaiserslautern, 2-2; Colónia-Grasshoppers, 2-0; Barcelona-Lokeren, 2-0; e Eintracht-Espanol, 2-1.

ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N.º 8, DE 24 DE OUTUBRO DE 1976

O Algarve, 11x 1x2 211 112x; Auto-Rádio, 111 11x 2x1 111x; Badaladas, x11 x11 xxx 1122; Boa Nova, 111 x2x 211 1121; Cardeal Saraiva, 111 x11 2x1 1x21; A Comarca de Arganil, 111 x11 211 1x11; Cavalcada do Ritmo, 1x1 111 21x x111; Clube do Ar, 111 x11 211 11x1;

Rádio Totobola, 111 x1x 2xx 1x21; O Comércio de Leixões, 11x 11x 2xx 1111; O Comércio do Porto, xx1 111 211 1x12; O Concelho de Estarreja 111 1x1 212 1x2x; Correio dos Açores, 111 xxx 211 1x21; Correio de Coimbra, 111 2x1 211 1x21; Correio do Vouga, 111 111 212 1111; A Defesa, x2x 111 221 x211; O Diário dos Açores, x1x 2xx 221 11x1; Diário de Lisboa, 1x1 1x1 2x1 xxx; Diário do Porto, 111 12x 211 11x1; Ecos de Cacia, 11x 111 21x 2111; Estrêla da Manhã, 111 x1x 211 11x1; Estúdio 64, 111 xxx 2xx 11x1; Eu Sei Tudo, 111 xx1 211 1121; Folha

do Domingo, 11x 11x 211 11x1; Gazeta das Caldas, 111 12x 211 11xx; Jornal da Beira, 111 x1x 211 11x1; O Jornal de Felgueiras, 111 11x 211 1x21; O Jornal da Lixa, 111 xx1 211 1x1; Jornal de Sintra, 111 1xx 2x1 x1x1; Linhas de Elvas, 111 11x 2x1 211; Litoral, 111 x21 21x 112x; Manchete Desportiva, 111 111 211 1x11; Maria da Fonte, 111 111 211 112x; Mundo Desportivo, 111 1x1 211 11x1; O Norte Desportivo, 111 111 211 1121; Notícias de Chaves, 111 x1x 211 11x1; Notícias do Douro, 11x xx1 211 1111; Notícias de Évora, 111 11x 211 11x1; Notícias de Felgueiras, 11x 1x1 211 x1x1; Notícias de

Gouveia, 111 xx2 211 211x; Notícias de Guimarães, x11 2x1 211 x211; Notícias das Caldas, xx1 x21 211 x121; Penalti, 111 x42 211 1121; Placard Desportivo, 111 112 211 1121; Presença Coimbra, 111 x2x 21x 11x1; Programa Sem Nome,

111 111 211 1x11; Quadrante Desportivo, 111 1xx 21x 1121; Quadrante Norte, 1x1 1xx 211 11x1; Rádio Altitude, 111 11x 211 11x1; Panorama, 1xx xxx 22x 1xxx; Rádio Placard, 111 111 111 1111; Rádio Sports, 111 11x 211 11x1; Reconquista, x11 1x1 21x 11x1; Renovação, 211 21x 211 1121; Repórter do Dia, 111 x1x 211 x121; Resenha Desportiva, 111 xx1 2x1 11xx; Encontro Musical, 111 111 211 1111; Ritmo e Amizade, 1x1 1xx 21x 111x; A Voz das Beiras, 1x2 x12 x11 11x1; Voz de Lamego, 111 111 211 1x21; A Voz do Domingo, 111 111 211 1x11; A Voz dos Ridículos, x1x 2xx 211 x1x1; Objectivo, 1x1 x12 2x1 1x21; Pajú Desportivo, x1x 2x1 22x 12xx; Alvo Desportivo, 111 211 111 1111; Jornal de Notícias, 111 11x 211 x111; O Primeiro de Janeiro, 111 211 21x 112x; Rádio Avo, x1x xxx 21x xx11; Jornal da Graça, 111 x11 211 111x.

168. É P O C A

	R E S U M O			B O L A S (a)		
	1	X	2	1	X	2
1. BELENENSES - VARZIM	58	10	1	10	1	1
2. BENFICA - BOAVISTA	59	9	1	10	1	1
3. GUIMARAES - SETÚBAL	56	12	1	9	2	1
4. PORTIMONENSE - ACADÉMICO	36	26	7	6	5	1
5. LEIXOES - ESTORIL	39	24	6	7	4	1
6. BEIRA-MAR - BRAGA	34	29	6	6	5	1
7. MONTIJO - SPORTING	1	2	66	1	1	10
8. P.FERREIRA - GIL VICENTE	54	11	4	9	2	1
9. VILA REAL - UNIAO LAMAS	52	15	2	8	3	1
10. FEIRENSE - U.COIMBRA	54	12	3	9	2	1
11. COVILHA - PENICHE	48	17	4	8	3	1
12. ORIENTAL - MARITIMO	22	25	22	4	4	4
13. CUF - VASCO DA GAMA	52	14	2	9	2	1

a) Nos termos do Art.º 132.º do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "chave" lógica será:
111 111 211 11x1

Desporto

FUTEBOL SOB LEI ANTIDEMOCRÁTICA

Federação continua a multar quem não é lá empregado

O Conselho de Disciplina da Federação de Futebol bem pode solicitar pagamento por horas extraordinárias: só na sua reunião de ontem, aplicou 52 castigos e 70 advertências, o que bem reflecte como vai (não vai) o desportivismo, por esta bela terra à beira-mar plantada.

As punições maiores foram dirigidas, no capítulo de jogadores, a Fernando Soares (Caldas), João Moura (Odivelas), Avelino Almeida (Alcochetense) e António Sousa (Cuf), todos punidos com 5 jogos de obrigatoria paragem. Depois, há que citar o mês de suspensão que pesa sobre Rui Soares (dirigente do Lusitânia de Lourosa), Cosme Garcia (massagista da Cuf), especialmente, os três meses de castigo foram endereçados a António José Rodrigues Pereira (secretário-geral do Alcanenense) «por tentativa de agressão a um árbitro».

Continuando a beneficiar de uma regulamentação obsoleta e antidemocrática, os federativos multaram, financeiramente, o já citado massagista cufista (500 escudos a entregar na Praça da Alegria) e José Maria Vieira (treinador do Cabeceirense), igualmente a ser desfalcado de meia nota, no seu erário pessoal, em benefício de um cofre que reverte (concerteza) para uma entidade que terá de andar envergonhada por afrontar a lei geral do País em que vivemos.

BELENENSES

O Belenenses renovou, por mais uma temporada, o contrato que o ligava ao médio Isidro. Notícia complementar: em jogo particular disputado ontem, os «azuis» venceram o Barreirense por 2-0 (golos de Godinho e Alfredo).

BENFICA

Alinho está indicado, por Mortimore, para o «team» benfiquista que jogará com o Boavista, no próximo domingo. Sheu e Chalana encontram-se lesionados.

ESTORIL

Problema com a ausência (demorada) de António Medei-

ros na África do Sul: os treinos da turma da Amoreira têm sido dirigidos por José Torres que, perante um caso disciplinar provocado pela defesa Amílcar, não encontrou outra solução que não fosse suspender o colega de toda a actividade no clube.

PORTO

As direcções do F.C. Porto e do Arsenal (Londres) reataram os seus contactos, no sentido da equipa inglesa de futebol jogar no Estádio das Antas, em jogo de carácter particular, no próximo dia 8 de Dezembro. A primeira tentativa feita pela direcção «portista» malograra-se em virtude de os ingleses terem um jogo do campeonato, na data que o clube português tinha proposto.

VIAGEM

Em jogo de retribuição, a equipa de futebol do Grupo Desportivo e Cultura da Sociedade dos Vinhos Borges e Irmão parte amanhã por via aérea para a Holanda, onde, no domingo de manhã, em Amsterdão, defronta o conjunto

Catering Eagles, constituído por trabalhadores, da companhia de aviação holandesa KLM.

No 1.º encontro, disputado o ano passado, em Vila Nova de Gaia, os portugueses venceram os holandeses por 3-0.

VIOLENCIA

Ser jornalista desportivo pode acarretar problemas, quando se trata de comentar jogos de futebol. Há sempre leitores ou ouvintes que não gostam do que ouvem ou lêem. Por isso José Maria Vanrell, conhecido jornalista desportivo do Uruguai, recebeu um tiro numa perna, após ter relatado (no último domingo) o jogo entre o Peñarol e Liverpool.

Outro locutor desportivo (Américo Signorelli) recebeu ameaças telefónicas, no sentido de que a sua «saúde» teria sorte igual à do colega atingido. Segundo afirmou, já aconteceu várias vezes, e também com outros locutores desportivos, haver anónimas com ameaças, e alguns foram mesmo agredidos, após os seus relatos.



CARLOS LOPES ESTÁ DE LUTO

Vítima de doença considerada incurável, faleceu ontem a mãe de Carlos Lopes, a senhora que se vê nesta imagem, a beijar o filho que o Desporto tornou vedeta mundial. O funeral de D. Emília de Jesus de Sousa Lopes processou-se para o cemitério de Vildemoinhos (Viseu) enquadrado por marido, filhos, uma multidão de amigos e diversos representantes do Sporting. Ao atleta Carlos Lopes, a expressão do nosso pesar

PORTUGAL

sionais e os nossos jogadores são, como toda a gente sabe, cem por cento amadores. Logo não nos resta outra hipótese que não seja a de uma preparação rotineira.

Por seu lado, o Belenenses, (campeão nacional), parte hoje para Israel, a fim de defrontar o Hapoel, (campeão daquele país) na 1.ª eliminatória da «Taça dos Campeões Europeus». Os clubes concordaram que os dois jogos se efectuem em Israel, nos dias 23 e 25.

Os «azuis» têm possibilidades de passar esta eliminatória, dado que o valor do andebol israelita é de nível mais baixo que o nosso. Da comitiva belenense fazem parte os seguintes jogadores: Carrasco, José, António, José Manuel, Ferreira, Jorge Henriques, José Carlos, Espadinha, Sousa, Armando, Rafael, Nuno, Hernâni, Ricardo, Vieira, José Francisco e Carlos Jorge. António Cascais segue (também) como treinador da equipa.

Entretanto, para o nosso campeonato, o F. C. Porto levou ontem de vencida o Vilanovense (32-10). Os «azuis-brancos» são (agora) os comandantes da classificação na zona nortenha do torneio.

TRABALHO

O dr. Joaquim de Sousa (secretário de Estado da Juventude e Desportos), que se encontra em visita de trabalho ao norte do País, é esperado em Coimbra amanhã. Será recebido no Governo Civil pelo chefe do distrito, estando previstos encontros com os delegados da D.G.D. e respectivos técnicos e, muito possivelmente, visitará algumas das estruturas desportivas da cidade.

XADREZ

Alexei Suetin, «grande mestre» de xadrez da URSS, que se encontra presentemente em Portugal (ao abrigo de acordos culturais celebrados entre os dois países) está desde ontem no Porto, depois de ter permanecido alguns dias em Lisboa. Suetin proferirá esta noite (no Cine-Teatro da Senhora da Hora) e amanhã (na Assembleia de Campanhã) conferências sobre Karpov, o campeão mundial.



Para um apuro inicial da turma que irá actuar perante o Luxemburgo, para o europeu de «esperanças», lá estiveram ontem, no Jamor, os convocados federativos (que se sabiam poder estar presentes, já que tanto Folha e Chalana como Matos se deviam considerar fora de qualquer hipótese de treino activo). Apenas se registaram dois golos, no duelo entre «vermelhos» e «azuis»: obra de Libanio e Rodrigues Dias. Vinte e quatro jogadores acorreram ao chamamento do Comité Técnico da F.P.F.: pena foi que dois dos treinadores da formação (Pedroto e Juca) «dado os seus afazeres profissionais em outras paragens», não tivessem podido viajar até Lisboa.

LÁ FORA

PROTESTO

O Comité Olímpico Polaco protestou contra a desclassificação de cinco halterofilistas premiados com medalhas nos Jogos Olímpicos de Montreal, que foram acusados de tomar drogas reforçadoras da força muscular. Entre os desclassificados pelo Comité Olímpico Internacional figura o polaco Zbigniew Kaczmarek (medalha de ouro), sendo os outros da Bulgária, Suécia e Estados Unidos.

As desclassificações ferem a reputação do halterofilismo. Além disso, devia-se ter em conta que as amostras de urina colhidas foram conservadas em condições impróprias — afirma-se no protesto.

ATITUDE

A U. R. S. S. não participará nas «contra-olimpiadas» de xadrez, em Trípoli, soube-se de fonte soviética ligada à modalidade, precisando que a decisão é «oficial».

Até agora, a Federação soviética limitara-se a anunciar a sua recusa em participar nas Olimpíadas promovidas pela Federação Internacional de Xadrez (FIDE) em Haifa (Israel) a partir de 25 do corrente. Os especialistas admitiam (assim) que os xadrezistas soviéticos estivessem presentes na competição paralela organizada em Trípoli, na Líbia, com a participação dos países árabes. A recusa soviética em acompanhar esses países poderá obedecer à preocupação de não acentuar a clivagem na Federação Internacional de Xadrez.

Depois de indicar que não se faria representar nas Olimpíadas e no Congresso Internacional de Xadrez (em Haifa) a Federação soviética solicitara, há mês e meio, a anulação dessa competição, fazendo notar que apenas 34 das 94 federações inscritas na FIDE tinham confirmado a sua participação.

CHUTO

Os Estados Unidos bateram o Canadá (2-0) num desafio de futebol disputado em Seattle, no Estado de Washington, a contar para a eliminatória da Taça do Mundo (no Grupo um).

BRASIL

Resultados dos encontros ontem disputados na 4.ª e penúltima jornada das meias finais (grupo dos «vencedores») do Campeonato Brasileiro de Futebol, no grupo 1: Internacional-Fortaleza, 2-0; Botafogo (SP)-Fluminense (Rio de Janeiro), 1-1 e Goiás-America (RN), 1-1.

Grupo 2: Corinthians-Operário, 3-1.

Grupo 3: Santa Cruz-Santos, 2-0; Atlético (PR)-Remo, 1-1 e Atlético (MG)-Baia, 2-1.

Grupo 4: Flamengo (RJ)-Guarani, 4-0 e Vitória-São Paulo, 2-4.

classificações no grupo 1: Internacional, 10 pontos; Botafogo, 8; Fluminense, 5; América, 3; Fortaleza, 2 e Goiás, 2.

Grupo 2: Grêmio, 6 (menos um jogo); Operário, 6; Corinthians, 5; Botafogo, 4 (menos um jogo); Curitiba, 3 (menos um jogo) e Sport, 0 (menos um jogo).

Grupo 3: Baía, 6; Atlético, 6 (menos um jogo); Santa Cruz, 6; Santos, 5; Remo, 1 (menos um jogo); Atlético, (PN), 1.

Grupo 4: Flamengo, (RJ), 8; Palmeiras, 7 (menos um jogo); Guarani, 5; América, (RJ), 4 (menos um jogo); São Paulo, 4 e Vitória, 0.

REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Por ocasião das Comemorações do 7 de Novembro, a Associação Portugal-Bulgária vai realizar uma excursão à Bulgária entre 1 e 8 de Novembro. Além da participação nos festejos daquela data os participantes terão oportunidade de contactar com organizações de agricultura, indústria e sindicatos, assim como visitar outras cidades, além de Sofia. As inscrições provisórias são realizadas na Rua do Crucifixo n.º 33, Lisboa-2, com telefones 36 32 94 - 32 88 56 - 32 36 33 e 32 42 96 até 25 de Outubro.

BASQUETEBOL

Sporting na Suíça "cifistas" batidas

A equipa do Sporting, encontra-se em Lugano (Suíça), para esta noite defrontar o Società Pallacanestro Federale Lugano, em jogo do grupo B da «Taça dos Clubes Campeões Europeus de Basquetebol». Além do Sporting, e do Lugano, fazem parte do grupo B o Real Madrid e o Cinzano.

A representação do Sporting é constituída pelos seguintes elementos: eng.º Gomes Nunes (vice-presidente), António Casaca (seccionista), Mário Albuquerque (treinador-jogador) e pelos jogadores Manuel Sobreiro, Carlos Sousa, Rui Pinheiro, Nelson Serra, Tó Mané, Quim Neves, José Roque, João Freitas, Carlos Lisboa e Helder Silva.

Depois de jogarem todos os clubes contra todos, em duas «mãos», o vencedor do grupo B ficará apurado para os quartos-de-final da competição.

Entretanto, ontem, em Tou-

lon (França) o natural desaire das encastadoras do CIF aconteceu: derrota face à turma local, por 42-92. As portuguesas alinharam do modo seguinte: Margarida (1), Manuela (4), Teresa (10), Sílvia (2), Marina (10), Dulce (5), Gabriela (2) e Bernardette (8). A equipa estará amanhã em Lisboa, pelas 23 horas.

A norte-americana Sybil Blacklock, logrando 34 pontos a seu cargo, foi a figura exponencial da partida, confirmando o valor que a catapultou para a selecção dos EUA que participou no torneio pré-olímpico (em Hamilton), somente ficando arredada da viagem a Montreal por ter contraído uma lesão. Na 4.ª-feira, no pavilhão da Luz, a encastadora-base do Toulon será atracção do jogo de 2.ª «mão», entre as «cifistas» e o «cinco» tricolor. Nota saliente a respeito de Sybil: tem somente 1 e 68 de altura...

Geral

Identificadas sementes que intoxicaram uma criança

O Instituto Botânico conseguiu identificar as sementes que uma criança ingeriu e lhe provocaram uma grave intoxicação. Trata-se de bagas da planta «nerium oliandes», vulgarmente conhecida por cevadilha.

A criança, António Manuel Dinis Trindade, de sete anos, ingeriu as bagas que encontrou no jardim de Campo de Ourique, tendo sido internada, em estado grave, no hospital de D. Estefânia. Os médicos esperaram durante horas que as sementes fossem identificadas, para poderem aplicar-lhe o antídoto conveniente.

As bagas, de forte poder alucinogénico, foram enviadas a diversos laboratórios, tendo sido pedido o auxílio da Polícia

Judiciária.

Em contacto com o hospital de D. Estefânia, fomos informados esta manhã que a criança já se encontra lúcida, sendo no entanto cedo para que os médicos possam estabelecer um diagnóstico final.

Semana de Amizade Luso-Soviética inaugurada em Baku

BAKU (Azerbaijão), 21 (ANOP-Tass) — Inaugurou-se nesta cidade o Festival de Amizade da Juventude Luso-Soviética, que decorrerá durante uma semana em Baku, capital da República Soviética do Azerbaijão.

Discursando na cerimónia inaugural, António Duarte, vice-presidente da «Associação de Amizade Portugal-URSS» salientou que o festival contribuirá para reforçar a cooperação e alargar os contactos entre jovens dos dois países, a bem da luta contra o imperialismo e a favor da paz mundial.

Por seu lado o primeiro-secretário da comissão central da Liga da Juventude Comunista do Azerbaijão, Vagif Guseinov, ao dar as boas-vindas aos visitantes portugueses sublinhou que este primeiro festival

de amizade das juventudes portuguesa e soviética representará um marco significativo na expansão do entendimento mútuo e da amizade entre os povos dos dois países.

Os participantes na semana de amizade colocaram entre tanto uma coroa de flores no túmulo dos 26 comissários de Baku que perderam a vida na luta pelo estabelecimento do poder soviético no Azerbaijão.

Durante esta semana, os jovens portugueses tomarão contacto com a vida e êxitos laborais da juventude do Azerbaijão, devendo visitar as plataformas petrolíferas ao largo da costa do Azerbaijão, assim como áreas rurais da República.

Prevê-se ainda a realização de um debate sobre o tema «O papel da juventude na vida da sociedade», dentro do âmbito da Semana de Amizade.

Fritz Caspari visitou Aldeia S.O.S.

O embaixador da República Federal da Alemanha, prof. Fritz Caspari, visitou ontem a Aldeia SOS de Bicesse, que alberga 85 crianças órfãs, e tem recebido auxílios daquele país.

Após a visita, Fritz Caspari foi convidado de honra num jantar em que participaram todas as crianças daquela comunidade.

BARES - BOTES

DANCINGS

NIVA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859/368197. Rosy Strip-teaseuse

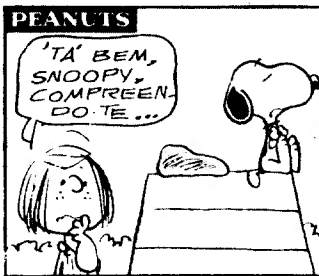
CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264945

Arte portuguesa exposta em Paris

Uma exposição de Arte Contemporânea e outra sobre Jovem Pintura Portuguesa continuam abertas ao público, até ao fim deste mês, em Paris. A primeira destas exposições foi organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretaria de Estado da Cultura, Fundação Gulbenkian e secção portuguesa da AICA. A segunda, exibida no Centro Cultural Português da Fun-

dação Gulbenkian, foi organizada pela Sociedade Nacional de Belas Artes, em colaboração com aquela Fundação.

Ambas as exposições foram visitadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros durante a sua recente deslocação a Paris, que se encontrava acompanhado pelo presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, dr. Azeredo Perdigão.



tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado com excepção do litoral para o norte do Mondego onde se apresentava muito nublado e o vento era fraco predominando de Nordeste.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

Porto	9°
COIMBRA	11°
PORTALEGRE	12°
LISBOA	14°
FARO	16°
FUNCHAL	20°

TEMPERATURAS EXTREMAS

PREVISÃO GERAL ATE AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado, aumentando progressivamente de nebulosidade durante a tarde em especial nas regiões de Norte e Centro com aguaceiros fracos; vento fraco a moderado dos quadrantes norte.

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
2.16	4.0 m 8.00
14.37	4.2 m 20.26
Dia 22	
3.02	4.3 m 8.45
15.23	4.4 m 21.09
Dia 23	
3.45	4.4 m 9.28
16.08	4.5 m 21.50

AMANHÃ
NASCER AS 6.53
OCASO AS 17.49



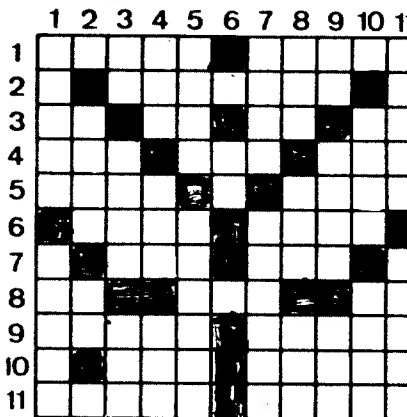
Palavras Cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11499

HORIZONTAIS:

- Carrinho sem rodas puxado por uma ou mais pessoas e em que se transporta gente. Efeimina.
- Ximarra.
- Osmio (s.q.). O lado do vento. Batraquio. Amonio (s.q.).
- Zombas. Rate. Medida de superfície.
- Nome científico do pato. Aquele que.
- Justapor. Salta.
- Estime. Mãe de Rómulo e Remo.
- Milímetro. Recusa. Miriare.
- Teima. Apellido.
- Apellido. Acarinha.
- Planta têxtil do Ceará (pl.). Nivelas.



VERTICAIS:

- Choradeira. Três mil e duzentos em romano.
- Sorte (pop.). Ruim.
- Reis. Trabalho oculto, ardiloso (fig.). Recusa.
- Graca. Ruido. Cólera.
- Grande afeição. Nefríticos.
- Artigo definido.
- Rã (pop.). Testemunhar.
- Doutora. Pronome relativo. Magnete natural.
- Autores. Lição. Lirio.
- Medida de uma superfície. Suga o leite materno.
- Equipem. Executaras.

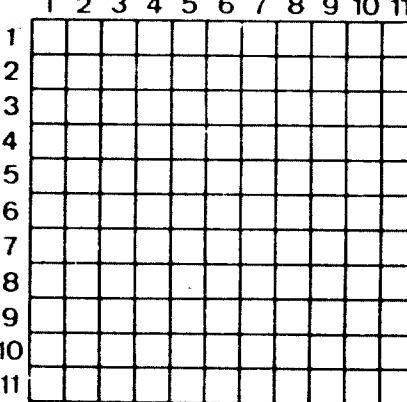
Resolva completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7659

HORIZONTAIS:

- Nome de frutos. Cidade de Portugal.
- No Malabar, chefe de pescadores, pilotos ou capitão de porto. Lábios.
- Auxílio moral. Genro de Maomé. Lirio.
- Freguesia do concelho de Sernancelhe. Acarinha.
- Prefixo que designa ar. Joieira.
- Magoado.
- Osmio (s.q.). Gemera. Frâncio (s.q.).
- Formo (fig.). Aldeia de Itália.
- Rio dos Estados Unidos. Ali-me.
- Irmã da mãe. Dá mios. Sufixo que designa pequenez.
- Daquela modo. Bater.



VERTICAIS:

- Freguesia do concelho de Celorico da Beira. Passaro dentirrosto da América.
- Rezara. Ecoais.
- Antigo povo da Ásia Menor. Ligas.
- Alumínio (s.q.). Amalucado (pop.).
- Carta de jogar. Ninho. Milímetro.
- Cloro (s.q.). Fruto da ateira. Letra grega.
- Seguia. Cólera. Campeão.
- Obra (abrev.). Removera.
- Lascivo (Bras). Quinhentos e quatro em romano.
- No alto. Vez.
- Antiga ilha do Gato, em frente à baía do Rio de Janeiro. Maquinar (fig.).

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11498

HORIZONTAIS:

- Sonha. Passa.
- Ipuã. Aias.
- Mês. SÃO. Ala.
- Ar. Ca. La. Or.
- Oasis. Mafía.
- Ra. Amo. Ra.
- Ião. Sra.
- Alas. Egro.
- Passa. Miais.
- IV. Impam. Pe.
- Marmo. Oães.

VERTICAIS:

- SIMÃO. Lapim.
- Operar. FAVA.
- Nus. Saras.
- Ha. Cl. Assim.
- Sassão. Amo.
- NA.
- Olmos. MÃO.
- Aa. Aa. Reima.
- Sia. Fraça.
- Saloi. Riçe.
- Asara. Coses.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7658

HORIZONTAIS:

- Real. Sacada.
- Asso. Oraram.
- Setubal. Nu.
- Tas. Mascas.
- As. Comeriam.
- Fo. Aar.
- Alisas. As.
- Alças. Ama.
- Liaras.
- Deram. Agã.
- Dançaram. Gó.
- Cas. Mantos.

VERTICAIS:

- Rã. Tântalo.
- Essas. Li.
- Ases. Facada.
- Lot. Colares.
- Uno. Isar.
- Isar.
- Sob. Mos. Sam.
- Arame. Ad. Ma.
- Calaras.
- Ar. Sia. At.
- Dançaram. Gó.
- Amuam. Saras.

PROVERBIO São Simão, fava na mão.

PUB

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos

Rua Joaquim António Aguiar, 66, 3.º Esq. ★ Telef. 85 71 24/5 ★ LISBOA 1
Delegações — Centro: Av. Fernão de Magalhães, 171, 1.º dt. — Coimbra
Norte: Rua da Constituição, 319 — Porto

CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO

ASSEMBLEIA GERAL

Sábado, dia 23, pelas 14.30 horas
Salão Nobre do Instituto Superior Técnico

A aprovação do clausurado geral é a etapa necessária para entrarmos na fase do clausurado específico e tabelas salariais.

TODOS A ASSEMBLEIA.
O CONTRATO É UMA TAREFA COLECTIVA

Lisboa, 19 de Outubro de 1976.

Pe'l'A DIRECÇÃO
António Ventura Trigueiro



Farmácias de Serviço

LISBOA

TRM M-1
Até às 22 horas

ALVALADE
Alentejo, Avenida da Igreja, 28-B (Telef. 712682)

AMOREIRAS
D. João V, Rua D. João V, 16 (Telef. 682772)

ANJOS
Confiança, Avenida Almirante Reis, 46-B (Telef. 821653)

AREIRO
Algarve, Av. de Roma, 7-B (Telef. 801478); Nova Lisboa, Rua Guilherme Suggia, 12 (Telef. 727721)

AVENIDAS NOVAS
Cruz Nunes, Praça Duque Saldanha, 14 (Telef. 41845)

BELEM
Remisio, Rua dos Jerónimos, 14-C (Telef. 631699)

BENFICA
Benfica, Estrada de Benfica, 678-E (Telef. 702532)

CAMPOLIDE
Central de Campolide, Rua General Tabor, 17 (Telef. 680304)

OLIVAS SUL
Fernandes Borges, Rua Cidade de Benguela, lote 300 (Telef. 31109)

PENA
Americana, Calçada de Santana, 3 (Telef. 663984)

PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Picheleira, 140-B (Telef. 720703-728395)

S. BENTO
Confiança, Praça das Flores, 59 (Telef. 690401)

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sirus, R. Fialho de Almeida, 38-A (junto da Escola Técnica do Bairro Azul) (Telef. 44000)

SETE RIOS
Laranjeiras, R. Filipe da Mata, 160 (Telef. 761035)

TURNO M-2
Toda a noite

ACANTARA
Correia de Azevedo, Rua Luís de Camões, 42-B (Telef. 638625)

ALVALADE
Avis, Av. de Roma, 56-B (Telef. 715370)

AREIRO
S. Jorge, Largo do Leão, 3-B (Telef. 534027)

BAIRRO ALTO
Azevedo, Irmão e Voiga, Rua da Misericórdia, 24 (Telef. 323540)

BAIRRO DA ENCARNACÃO
Ascenso, Praça Norte, 11-A (Telef. 311216)

BENFICA
Vilex, Estrada de Benfica, 373-B (Telef. 780548)

CAMPO DE OURIQUE
Lobis, Rua de Infantaria 16, 98-B (Telef. 688807)

CAMPO PEQUENO
Campo Pequeno, Avenida Júlio Dinis, 10 (Telef. 771661)

CONDE REDONDO
Davi, R. Conde Redondo, 68 (Telef. 54342)

GRACA
Renascença, Rua Damascano Monteiro, 104-A (Telef. 831504)

LAPA
Paiva de Costa, Rua da Lapa, 105 (Telef. 664414)

LUMIAR
Central, Rua do Lumiar, 77 (Telef. 790480)

S. VICENTE
Rosa e Viegas, Rua de S. Vicente, 31 (Telef. 864351)

XABREGAS
Grilo, Rua do Grilo, 45 (Telef. 385204)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Branco, Av. C.G. Guerra, 29 (T.2112081)

CAXIAS
Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (T.242839). Toda a noite

OEIRAS
Alcântara Guerreiro, P. Residencial Dr. Augusto de Castro, lote 10 (T.2430691). Até às 22 horas

NOVA OEIRAS
Leal, Até às 22 horas

CARCAVELOS
Central, Toda a noite

S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sábola, 29-B (T.260085). Até às 22 horas

PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (T. 2471054). Toda a noite

MONTE ESTORIL
Suíça, Cruzeiro (T.260087). Toda a noite

AMOREIRA
Amoreira (T.262313/267314). Até às 22 horas

CASCAIS
Misericórdia, R. Regimento 19, 41 (T.280141). Até às 22 horas; Cascais, R. Conde de Monte Real, B. das Caixas (T.282407). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cavaca, R. Elias Garcia, 209 (T.930019); Flama, R. Elias Garcia, 78-B (T.932485); Confiança, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A (T.938149)

DAMAIA
Damaia, P. Alexandre Gusmão, 9-A (T.970523)

VENDA NOVA
Nova, R. Elias Garcia, 10 (T.972530)

QUELUZ
Simões Lopes, Av. Elias Garcia, 51 (T.950123)

CACÉM
Araújo e Sá, E. de Paço de Arcos, lote 1-B (T.2940781)

MEM MARTINS
Quimila, E. de Mem Martins, 285 (T.2910012); Miranda Garcia, E. de Mem Martins, 173-B (T.2914103)

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)

SINTRA
Marráz, Estefânia (T.2930058)

COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T.234137)

ALHOS VEDROS
Guimarães, R. Cândido dos Reis, 30 (T.204020)

ALMADA
Silva Júnior, Av. Frederico Ulrich, 9, 2.º, piso E (T.2768030)

BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E. Nacional, 178-B (T.2040302)

BARREIRO
Santa Maria, R. Dr. Manuel Pacheco Nobre, 44-B (T.2072141)

COVA DA PIEDADE
Louro

MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)

MONTIJO
Monteio, R. Almirante Reis, 93 (T.2310035)

SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)

SETÚBAL
Soromenho, P. Machado Santos (T.22691); Alice, P. do Quebedo (T.23743)

SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 16
Até às 22 horas

Vilarinha, R. d. Vialrinha, 161 Bonfim, R. d. Bonfim, 73 Guerra, R. de Costa Cabral, 43 Guimarães, R. d. Francisco, 37 Lemos e Filhos, P. de Carlos Alberto, 31 Liça das Ass. Soc. Mútuos, R. do Bonifim, 286 Moreno, L. d. S. Domingos, 44 Vasques, R. das Condições, 794

TODA A NOITE
Castro Carneiro, R. do Padre Cruz, 146 Henriques, P. da Batalha, 64-A Serpa Pinto, R. de Serpa Pinto, 645

COIMBRA

MAZARE — Rua Ferreira Borges, 135 — Tel. 22605; **SANTA ISABEL** — Av. Sá da Bandeira, 28 — Tel. 24916; **SOLIM** — Rua Carolina Michaëlis, 20 — Tel. 72120.

Cinemas

ALVALADE
Tel 897480 15.30, 18.30 e 21.15
Luís de Funès em

AS FÉRIAS GRANDES
Um filme de Jean Giraut

3.ª Semana

Para todos

APOLLO 70
Tel 763319 14, 16.30, 19 e 21.15
A obra-prima de Luis Buñuel

VIRIDIANA
3.ª Semana
com Silvia Pinal, Fernando Rey, Francisco Rabal

Panorama do cinema mexicano
Não acons. men. 18 anos

ROBINSON CRUSOE

AVIS
Tel 47163 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. men. 13 anos
23.ª Semana

BOBBY
A projecção do filme começa 5 minutos após os horários

BERIA
Tel 776098 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. men. 13 anos

Treine-os! Excite-os! Arme-os!
... Largue-os em território nazif

DOZE INDOMÁVEIS PATIFES
Um filme de Robert Aldrich

9.ª Semana

CALEIDOSCÓPIO
Tel 795093 14, 16.30, 19 e 21.15
Não acons. men. 18 anos

Al Pacino em

UM DIA DE CÃO
6.ª Semana

Um filme de Sidney Lumet

Cinemas

CASINO ESTORIL
Tel 264521/264996 17 e 21.15
Grupo D M. 18 anos

A QUEIMA-ROUPA
Policial-metrológico

CASTIL
Tel 630194 15, 17, 19 e 21.15
Interd. men. 18 anos

Colorido

FELICIA
4.ª Semana

(Este filme contém cenas eventualmente chocantes)

COLIDES
Tel 322523 13.30, 16.15, 19 e 21.45
Grupo B — M. 10 anos

TORA! TORA! TORA!
3.ª Semana

A gigante epopeia jamais filmada
c/ Martin Balsan e Joseph Cotten

EDEN
Tel 320768 14, 16.30, 19, 21.45
Uma impressionante demonstração do poder esmagador do Kung Fu

O GUARDA-COSTAS DE FERRO
2.ª Semana

Com Chen Kuan-tai, Li Hsiu-hsien, Yueh Hua

Interdito men. 18 anos

ESTÚDIO
Tel 555134/5 15.30, 18.30, 21.15
Não acons. men. 13 anos

O PROCESSO DIMITROV
O julgamento do século!

ESTÚDIO 44
Tel 555134/5 15.30, 18.30, 21.15
Estreia, hoje às 14.30, 16.45, 21.15
Interdito a menores de 18 anos

EXIBIÇÃO
Este filme contém cenas eventualmente chocantes

IMPERIO
Tel 555134/5 Estreia às 21.15
A atriz mais sensual da actualidade LAURA ANTONELLI

MEU DEUS, AO QUE EU CHEGUEI!
Um mestre do cinema italiano LUIGI COMENCINI

Não acons. a menores de 18 anos

Às 15.00, 18.15 (10 anos)

A QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO

LONDRES
Tel 801313 14, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

O PORTEIRO DA NOITE
C/ Dirk Bogarde e Charlotte Ramping

MUNDIAL
Tel 538743 15.15, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos

NÃO HÁ AZAR
Às 15.15, 18.30
SHAMPOO

Cinemas

NIMAS
Tel 574313/574313
14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

CHOVE EM SANTIAGO
4.º mês de lotações esgotadas

O Chile de Allende a Pinochet

ODEON
Tel 326283 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. men. 13 anos

A obra-prima de Alfred Hitchcock

REBECCA
com Joan Fontaine e Laurence Olivier

3.ª Semana de enchenes

PATHE
Tel 821933 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Insolentes, contestatárias, irresistíveis!

AS GOLPISTAS
Um filme de Steve Carver

POLITEAMA
Tel 323805 14.15, 16.30, 19.00, 21.30
Interdito men. 18 anos
O filme pornográfico

PROSTITUIÇÃO CLANDESTINA
(Cont. cenas eventualmente chocantes)

RESTEIO
Tel 610376 21.00

Grupo D M. 18 anos

O AMANTE

ROMA
Tel 727778 15.30, 18.30, 21.15
Interdito men. 18 anos

SEXUALMENTE TUA
2.ª Semana

Um filme de Max Pécas

ROXY
Tel 48550 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. men. 18 anos

A JOVEM NORA
c/ Simonetta Stefanelli, Philippe Noiret, Romy Schneider

S. JORGE
Tel 554153 Hoje às 21.15 Estreia

ROLLERBALL
De Norman Jewison
Às 15.15, 18.15 Últimas

A MULHER, O AMOR E O ÓDIO
Não acons. a menores de 18 anos

TIVOLI
Tel 570595 15.15, 18.30, 21.15

Isto não é um filme, é um fabuloso espectáculo musical!

2.ª Semana

KAZABLAN
Com Yehoram Gaon, Arie Elias, Yehudah Efroni

Para todos

UNIVERSAL
Tel 774402 15, 19 e 21

Não acons. men. 18 anos

NÚMERO DOIS
O último filme de Jean-Luc Godard

Às 17 e 23

Interdito men. 18 anos

SALÓ OU OS 120 DIAS DE SODOMA
Um filme de Pier Paolo Pasolini

Outros espectáculos

LISBOA/Teatros

S. LUIS
21.30 (13 anos)
«Tudo no Jardim»

MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«As coisas que o padre faz»

COLISEU
21.30 (6 anos)
«Olimpiada do Circo»

VASCO SANTANA
21.30 (13 anos)
«Fan-shen»

MARIA MATOS
21.30 (18 anos)
«O director da Ópera»

VARIEDADES
21.45 (13 anos)
«isto é que me dói»

MARIA VITÓRIA
20.30, 22.45 (18 anos)
«O Bombo da Festa»

LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«Vamos Trocar de Mulheres»

TEATRO ABERTO
21.15 (13 anos)
«O círculo de Giz Caucasiano»

COMUNA
21.45 (18 anos)
«O Mágico da Cenoura»

ADÓQUE
20.30, 22.45 (18 anos)
«A Grande Cegada»

A.B.C.
20.30, 22.45 (18 anos)
«Cada Cor Seu Paladar»

TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.30 (13 anos)
«Tambores na Noite»

LISBOA/Cinemas

CALEIDOSCÓPIO
21.00 (18 anos)
«Um Dia de Cão»

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Técnicas do Amor»

CAPITÓLIO
21.00 (18 anos)
«Wester porno»

CINEARTE
21.15 (18 anos)
«A Insatisfeita»

EUROPA
21.15 (13 anos)
«Deus perdoa, eu não!»

MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«A Filha de Ryan»

IDEAL
21.15 (18 anos)
«Até Para Django os Cadáveres têm Preço»

JARDIM
21.15 (18 anos)
«O Esquadrão da Morte»

LUMIAR

21.15 (18 anos)
«O Justiciero da Noite»

OLIMPIA
21.00 (18 anos)
«De arma em punho»

RESTEIO
21.00 (18 anos)
«O Amante»

PARIS
21.15 (6 anos)
«A Mostarda Sobe-me ao Nariz»

PALÁCIO FOZ
21.00 (13 anos)
«Intermezzo»

PROMOTORA
21.15 (13 anos)
«O Último Beijo»

SATÉLITE
19.00, 21.15 (13 anos)
«Eram os Deuses Astronautas»

VOX
21.15 (18 anos)
«Os Teatros Eróticos de Paris»

LINHA DE SINTRA

SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (13 anos)
«Cavalgada Fantástica»

AMADORA
Cineestúdio
21.30 (18 anos)
«O Porteiro da Noite»

AMADORA
Lido
21.15 (6 anos)
«Os Gloriosos Malucos das Máquinas Voadoras»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Oxford
16.00, 21.15 (18 anos)
«A História D'O»

CASCAIS
S. José
21.15 (18 anos)
«O Grande Delírio»

ESTORIL
Palácio
21.15 (18 anos)
«Ninho de Espiões em Istambul»

PAREDE
Royal-Cine
21.15 (18 anos)
«Reza pelo Morto e Mata o Vivo»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15
«Festa do 28.º Aniversário da Sociedade»

PORTO/Cinemas

ESTÚDIO 400
21.15 (13 anos)
«O Herói do Ano 2000»

ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«Há Lodo no Cais»

ÁGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»

BATALHA
21.15 (18 anos)
«O que faz mudar um homem»

BATALHA BEBÉ
21.30 (18 anos)
«Dillinger Morreu»

COLISEU
21.15 (13 anos)
«Robby»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«Reportagem sem Freio»

ESTUDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«A Esposa Comprada»

JULIO DINIS
17.45 e 21.15 (13 anos)
«Chamada para a Morte»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Vampira»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«O Fantasma do Paraíso»

RIVOLI
21.15 (6 anos)
«A Mostarda Sobe-me ao Nariz»

S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«Fogo no Sangue»

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«Marylin e o Senador»

TRINDADE
21.16 (18 anos)
«A Rival»

VALE FORMOSO
21.15 (10 anos)
«Os Dez Mandamentos»

COIMBRA

AVENIDA
21.15 (6 anos)
«O Regresso do Fantasma Cor-de-Rosa»

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«Acidente»

S. TEOTÔNIO
21.15 (10 anos)
«Spartacus»

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Acto de Vingança»

D. JOÃO V

Tel 971794 21.00

Interdito a menores de 18 anos

HUI TIN, O MAIOR DE TODOS



1.º Programa
16.00: Música variada; 17.00: Música do Brasil; 17.30: Conjuntos; 18.05: O povo e a terra, programa do Emissor Regional de Coimbra — música portuguesa; 19.00: A criança, programa do E.R.C.; 19.35: Acção sindical; 20.00: Jornal da noite; 20.30: Orquestras; 21.00: Contraponto — tema de actualidade; 23.30: Polidesporto; 00.00: Último jornal; 00.15: Jazz; 00.30: Música de filmes; 01.00: Música na noite.

2.º Programa
16.05: Obras de Vincent d'Indy e Lalo; 17.00: A história da França em canções; 17.30: Sonata em lá maior, de César Franck; 18.00: As sinfonias de Beethoven; 19.00: O canto e os seus intérpretes, por Maria Helena de Freitas; 20.00: Sinfonia n.º 49, em fá maior, «La Passione», de Haydn; 20.30: Um concerto de violino de Saint-Saëns; 21.05: Uma cantata de Bach; 22.00: Concerto para clarinete e orquestra, de Jean Françaix; 22.30: Programa literário; 23.00: «Le Fils des Étoiles», de Erik Satie; 23.20: Intercâmbio musical; 00.40: O motele «Exultate, Jubilate», de Mozart; 01.00: Fecho.

3.º Programa
Local (187.5 m)
16.00: Emissão nacional — variante (continuação); 16.15: Casos ao acaso; 16.40: Disco... sendo; 17.10: Vamos ao médico; 17.30: Cinema em variante; 18.00: Emissão regional — contacto; 20.05: Diálogo; 21.00: Música, só música; 21.30: Quando o telefone toca; 23.03: Nocturno; 00.00: Emissão nacional; 01.00: Emissão nacional; 02.00: Fecho.

4.º Programa
16.00: Música variada; 17.00: Canções; 18.00: Apenas música; 19.00: Em órbita; 20.00: Orquestras; 21.00: Concerto; 22.00: Auditório; 24.00: Prisma; 02.00: Fecho.

IMPERIO

Tel 555134/5 Estreia às 21.15

A atriz mais sensual da actualidade LAURA ANTONELLI

MEU DEUS, AO QUE EU CHEGUEI!
Um mestre do cinema italiano LUIGI COMENCINI

Não acons. a menores de 18 anos

Às 15.00, 18.15 (10 anos)

A QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO

LONDRES

Tel 801313 14, 16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

O PORTEIRO DA NOITE
C/ Dirk Bogarde e Charlotte Ramping

MUNDIAL

Tel 538743 15.15, 18.30, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

NÃO HÁ AZAR
Às 15.15, 18.30
SHAMPOO

BIBLIOTECA DA CINEMATECA NACIONAL

Abertura ao público das 14 às 20 horas de 2.ª a 6.ª feira

INSTITUTO PORTUGUES DE CINEMA
Rua de S. Pedro de Alcântara, 45 - J.º
LISBOA-2



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBDA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL



O braço no ar é do ministro das Finanças

MEDINA CARREIRA NA PORTELA

"Novo aeroporto é solução suspensa"

«De imediato há que melhorar na medida do possível estas instalações, tornando-as um cartão de visita aprazível para os estrangeiros que nos procuram. O que está longe de acontecer neste momento, em que as carências existentes não podem merecer os louvores, mas sim as críticas justificadas dos seus milhões de utentes», afirmou aos jornalistas, o ministro das Finanças, Medina Carreira, durante a visita de trabalho que, esta manhã, efectuou ao Aeroporto da Portela, a fim de estudar «no próprio local as soluções a adoptar e as verbas a despendar, já que a História portuguesa demonstrou à evidência que a governação de gabinete é inoperante, reduzindo-se a muitos decretos e poucas

obras».

Medina Carreira, que era acompanhado pelo secretário de Estado do Trabalho, eng.º Machado Rodrigues, declarou já se encontrar em funções uma comissão técnica, constituída por elementos do seu ministério, da Direcção-Geral da Aeronáutica Civil, da Alfândega e da Guarda Fiscal, a qual deverá entregar ao Governo, até ao próximo dia 30 de Novembro, um projecto para reestruturação daquele aeroporto, uma vez que para os anos mais próximos a construção de um novo aeródromo «é uma solução suspensa, embora sem inconvenientes graves, na medida em que, nos últimos dois anos, houve um decréscimo bastante acentuado no movimento de passageiros, tornando dispensável o que até 1974 era uma necessidade inadiável».



adoça
sem engordar

À VENDA EM TODAS AS FARMÁCIAS

Circulação dará prioridade aos transportes colectivos

Encontra-se em estudo um plano visando melhorar a exploração dos transportes relativos à área de Lisboa, cujo con-

Sintra: 80 minutos de atraso

Esta manhã, na linha de Sintra, verificaram-se atrasos, nas horas de ponta, que atingiram oitenta minutos.

De acordo com as Relações Públicas da C. P., os atrasos foram originados por um comboio procedente do Cacém destinado ao Rossio. Depois de ter partido daquela localidade já com 23 minutos sobre a hora, a composição avariou-se na Damaia. Quando chegou ao Rossio, tinha gasto no percurso uma hora e vinte minutos.

Continuação da pág. 1

ze pela sequência do processo.

Entretanto, o Ângelo do Nascimento ou «da Peixeira» chegou a estar preso por mandado do Copcon, embora tardiamente cumprido, pois o visado subtraía-se à acção da justiça, passando a maior parte do tempo em Espanha e em França. Saiu, aliás, do país, no próprio dia da explosão de Monsanto, pretendendo fazer crer que se ausentara antes dessa data.

OUTROS FACTOS

O José dos Santos (morto) e o Ângelo começaram a ser vistos juntos desde a Primavera de 1975. A influência deste último sobre o outro, levava mesmo o José a deixar as suas simpatias pelo P. P. D. e a filiar-se no C. D. S., do qual se tornou acérrimo defensor e tal como o Ângelo — protegido da família Galvão de Melo, guarda-costas desta família, o Ângelo passou a ser um dos activistas do concelho de Trancoso, deslocando-se a reuniões em Viseu, Castro Daire (onde pontificava o dr. João de Oliveira) e outras vilas do distrito.

Porém, as pessoas da terra, se são resistentes às ideias progressistas, muito especialmente quando lhes falam em «entregar as terras», não são contudo violentas nem fáceis de manobrar pelos caciques. Face às circunstâncias, tornava-se-lhes difícil, aos implicados, aliciar indivíduos para actos terroristas. Viram-se assim forçados a procurar, fora de Trancoso, um novo elemento: Norberto da Silva (que acabaria por morrer em Monsanto) aliciado pelo «Ângelo da Peixeira». A viúva do Norberto confirma: o Ângelo comprometera-se a liquidar uma dívida do outro, em atraso (compra de um tractor na Guarda) e a oferecer-lhe um automóvel. Oferta estranha, já que o Ângelo não era rico nem pródigo — pelo contrário.

Na ocasião, o Norberto teria percebido que o dinheiro não vinha da algebeira do Ângelo, e a viúva ficou apreensiva com a fatura. O marido dissera-lhe que aquilo era só por ele assistir a comícios e manifestações políticas, e ela achou que era de mais.

Acrescente-se que o Norberto tinha fama de perceber de explosivos — abria poços. O Ângelo tinha portanto dois bons auxiliares: o José dos Santos, que conduzia rápido e com segurança (era homem para se pôr em Lisboa em quatro

teúdo mereceu a especial atenção do ministro e do secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, respectivamente, Rui Vilar e Machado Rodrigues.

Com efeito, a visita efectuada por aqueles dois membros do Governo, ontem, à Direcção-Geral de Transportes Terrestres (D. G. T. T.) teve como objectivo analisar e verificar a viabilidade do programa de acções a aplicar a curto prazo e tendentes à melhoria da exploração daquele sector.

Durante a visita do ministro e do secretário de Estado às instalações da D. G. T. T., foram abordados e debatidos vários problemas, todos eles assentando na preocupação do ordenamento da circulação urbana, que privilegiará uma política de transportes públicos a nível da cidade.

Monsanto: um caso silenciado

horas) e o Norberto, que sabia de explosivos. Sem contar com o Alexandre Perdigão Ventura, que permitia o uso de vários automóveis do stand de Viseu.

O SILÊNCIO DO MEDO

Os pais do José dos Santos sabem que foi o Ângelo quem aliciou o filho para a «operação» de Monsanto, mas, pese-lhes embora o desgosto, mantêm-se calados. Depois da alegria por saberem o Ângelo na prisão, o desespero de o saberem em liberdade. Conhecendo como conhecem as grandes protecções de que ele beneficia, calam-se com receio de represálias.

Uma coisa os pais do José dos Santos não perdoam ao Ângelo: que os não tivesse informado da morte do filho, da qual só vieram a ter conhecimento, uns quatro dias depois,

pelas autoridades. Entretanto, o Ângelo tinha desaparecido, fazendo crer que fora a Espanha na manhã de 25 de Setembro.

Acrescente-se que este «Ângelo da Peixeira», que nunca ou raramente se metera a viajar para Espanha, começou a fazê-lo com frequência, logo após o aparecimento do ELP no país vizinho. Habitantes de Trancoso, afirmam mesmo que «até ao 25 de Abril ele não tinha passaporte: nem sabia o que isso era».

Estas viagens a Espanha e a França, explicam-se agora; o Ângelo, que se dedicava ao «modesto» contrabando de automóveis, em ligação com retornados e proprietários de oficinas no distrito da Guarda, meteu-se ultimamente num negócio mais aliciante: o contrabando de pistolas e metralhadoras «Beretta». Faz agora a

fortuna que o estabelecimento que possui em Trancoso (à frente do qual se encontra a mulher) lhe não podia dar. Afirma-se que «domina» mesmo a fronteira, desde Vilar Formoso a Chaves.

Ironicamente, os aliciadores do José e do Norberto, não assumiram os seus compromissos: a letra do tractor que o Norberto comprou continua por pagar, e a viúva está agora sózinha e com quatro filhos para alimentar. O marido morreu-lhe em Monsanto.

Em Sequeiros, homens que conhecem toda a história, dizem que se o Ângelo tiver a coragem de aparecer por ali talvez não volte: «Aproveitamos-se de um sujeito andar à rasca da vida, prometem-lhe mundos e fundos, põem-lhe uma carga nas mãos e fogem para longe. É bom que fujam, porque se põem cá os pés...»

Saul Bellow "Nobel" da Literatura

A Academia de Estocolmo anunciou ao princípio da tarde que o Prémio Nobel da Literatura de 1976 contempla o romancista Saul Bellow, um canadiano naturalizado americano, filho, aliás, de judeus russos radicados na América.

Saul Bellow nasceu em Quebec em 1915. Em 1924 transferiu-se com a família para Chicago, onde frequentou a universidade e onde reside, alternando a actividade literária com o ensino. No seu primeiro romance «Dangling Man» (1944) Bellow descreveu e analisou o estado de espírito da impotência e da alienação difundidas entre a jovem geração americana nos últimos anos da guerra. «The Victim», romance publicado em 1947, analisa os efeitos da tensão que a moderna realidade urbana provoca na consciência do indivíduo, tensão que, no romance, se expressa num protagonista paranoico que acaba por não distinguir em si mesmo o persegui-



Saul Bellow

dor do perseguido. O protagonista de «The Adventures of Augie March» (1953), romance bastante diferente dos outros, de densa estrutura e espírito pícaro percorre a América, o México e a Europa. Em «Seize the Day» (1956) o escritor regressou ao estudo da complexa infelicidade do indivíduo na metrópole moderna. Mas, com o romance seguinte, «Henderson the Rain King» (1959)

inaugurou inesperadamente uma exuberante fantasia alegórica, centrada na personagem de um aristocrata americano que parte para a África à procura da verdade elementar do mundo e dele mesmo. O protagonista do «Herzog» (já traduzido em português) o seu livro de maior sucesso, conta a história de um intelectual hebreu.

Escritor de grandes recursos estilísticos, capaz de dar voz ao fluxo do pensamento dos seus personagens, e de evocar em toda a sua dimensão a realidade que o circunda, Bellow é hoje considerado o maior escritor americano aparecido depois da morte de Hemingway e de Faulkner.

Prestígio dos E.U.A. baixou na Europa

NOVA IORQUE, 21 — (FP) — O prestígio dos Estados Unidos junto dos habitantes dos países da Europa Ocidental atinge actualmente o seu nível mais baixo desde 1954, segundo revela uma sondagem encomendada pelo governo norte-americano e hoje publicada pelo «New York Times».

O estudo, feito no Verão, por associados da Gallup sob os auspícios da CIA, permitiu auscultar a opinião de mil pessoas de cada um dos quatro países seguintes:

Grã-Bretanha, Itália, França e Alemanha Federal.

Portugal sem cinema no fim-de-semana?

Como consequência de um decreto-lei publicado recentemente sobre publicação de taxas tributárias a artigos considerados sumptuários ou de luxo, entre os quais se contam material fotográfico e cinematográfico, toda a actividade cinematográfica (de produção, distribuição, exibição e laboratórios) poderá paralisar e levar ao encerramento das casas de espectáculos durante este fim-de-semana — revelou ontem, em Conferência de Imprensa, o Sindicato de Actividade Cinematográfica. Esta medida poderá ser a primeira forma de luta a desenvolver pelos trabalhadores da classe, caso o referido decreto-lei não seja revogado. Para a discus-

são do referido decreto, os milhares de profissionais que o sindicato congrega vão reunir-se em assembleias gerais, amanhã e no sábado, no Porto e Lisboa.

Diriam ainda elementos do Sindicato que este decreto se pode definir como uma contradição dos poderes públicos. Com efeito, salientaram, estes não têm permitido o aumento de preço de bilhetes de cinema, considerando o seu valor cultural e recreativo. Mas, ao mesmo tempo, tributam os artigos cinematográficos como sumptuários, de luxo ou supérfluos. Foi dito, no entanto, que está para breve o aumento de cinco escudos em cada bilhete de cinema.

Deputado do P.C.P. na Assembleia da N.A.T.O.

BRUXELAS, 20 — (FP). — Um deputado do Partido Comunista Português deverá participar nos trabalhos da próxima sessão plenária anual da Assembleia do Atlântico Norte, marcada para Williamsburg (Estados Unidos) de 14 a 28 de Novembro.

Ao que consta nas esferas atlânticas de Bruxelas, será esta a primeira vez que o Partido Comunista de um país membro da NATO envia um delegado a tal assembleia, exceptuando uma ocasião em que se registou a presença de vários parlamentares dinamarqueses de tendência trotsquista.

fim do ano

ATENAS

CIDADE HISTÓRICA

4 e 8 dias

desde 6 650\$00

visitas incluídas

avermamento reduzido

TRAGEM MÉDIA DIÁRIA
NO MÊS ANTERIOR: 39 904 EXS.